

TASSIANA CARLI

ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA:
uma análise a partir da psicologia moral e das virtudes

ASSIS
2018

TASSIANA CARLI

**ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA:
uma análise a partir da psicologia moral e das virtudes**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Dr. Leonardo Lemos de Souza

Bolsista: CAPES

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

Carli, Tassiana
C282e Ensaio sobre a cegueira: uma análise a partir da psicologia moral e das virtudes / Tassiana Carli. Assis, 2018.
157 f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Leonardo Lemos de Souza

1. Psicologia e literatura. 2. Psicologia - Aspectos morais e éticos. 3. Virtude. 4. Piaget, Jean, 1896-1980. 5. Saramago, José, 1922-2010. I. Título.

CDD 150
869.3

AGRADECIMENTOS

São muitas memórias a serem retomadas nesse espaço. Cada qual com sua peculiaridade, de alguma forma, me fez forte para a conclusão de mais uma travessia na vida.

Iniciando pelo Dr. Nelson Pedro, grande incentivador dessa jornada maluca, meus agradecimentos por todo apoio e pelas horas infinitas de orientação, mesmo quando isso não lhe era mais obrigatório. Grata também por me possibilitar a construção de uma pesquisadora que, em suas palavras, quase o deixou louco com as angústias recorrentes e com o fato de ter iniciado sem saber noções básicas de como se montar uma dissertação. Agora já sei e, com certeza, não pararei por aqui.

Ao Dr. Leonardo Lemos, obrigada por sempre me apoiar e amparar em minhas decisões, sejam elas na graduação ou na pós.

Às integrantes da banca de qualificação e defesa, Professoras Doutoras Rita Melissa Lepre e Luciane Guimarães Batistella Bianchini, todo meu agradecimento pelo cuidado, pela disponibilidade e pelas recomendações que possibilitaram a expansão da pesquisa.

Aos apoios institucionais, gostaria de agradecer a UNESP, FCL de Assis, meio para o qual pude retornar depois de tantos anos distante da academia e que me proporcionou diversas transformações. Agradeço também por ser um lugar apinhado de pessoas interessantes e que me fazem desenvolver a cada dia.

À instituição de fomento CAPES, por proporcionar investimentos em pesquisas, e assim contribuir com o desenvolvimento científico. Graças a ela, também pude concluir com um pouco menos de “sufoco” esta etapa.

Aos funcionários, incluindo os professores, e às pessoas da comunidade que me proporcionaram reflexões e, assim, de alguma forma, contribuíram para o meu trabalho, meu máximo respeito.

À Vânia, bibliotecária, que me acolheu em uma manhã de muito nervosismo e não hesitou em me ajudar no que estava ao seu alcance.

Nesse momento, não posso deixar de me voltar à minha família. Ao meu pai, Sidney (*in memoriam*), pois sei que estaria extremamente orgulhoso nesse momento e, provavelmente, contando, para a cidade e região de Assis (SP), que sua filha terminou o mestrado. Porém, quero acreditar que, de alguma forma, ele sabe disso e que, então, está comemorando como pode. Quem sabe não é da mesma forma?

Espalhando a notícia aos quatro ventos e se enchendo de orgulho. Ele me fez falta nesse árduo caminho, inclusive por ser fonte de sabedoria, mesmo sabendo que estive presente o tempo todo. Afinal, fui em parte tecida por ele.

À minha mãe, Lucia, por acreditar em mim mais do que eu mesma e por tentar sempre me mostrar o quão capaz eu posso ser. Exemplo de mulher forte, independente e que me faz ter muito orgulho. Grata pelos “rangos” surpresas naqueles dias em que eu não tinha comido nem um ovo por falta de tempo.

Ao Ieie, meu primeiro amor, toda minha gratidão por simplesmente tê-lo como irmão. Dono de uma atenção, cuidado e abraço que me fortalecem. Obrigada por estar comigo em todas as minhas escolhas.

Binho, segundo amor, por todo acolhimento melhor impossível e por sempre ter uma solução adulta para os meus problemas. Por todo ouvido que me dispendeu nesse processo e em todos os outros, meu muito obrigada.

Helô, a caçulinha e meu terceiro amor, porém não menos importante, grata por ser minha inspiração, quando, talvez, devesse ser o contrário devido aos quase 11 anos que me colocam cronologicamente a sua frente. Agradeço por toda paciência e todo amor, mesmo quando eu já havia perdido a razão. Ah! E pelas traduções também, *chiquitita!*

Não poderia deixar de mencionar minha cunhada, Reninha, que me acolhe tão bem em todos os nossos momentos juntas.

Aproveito, então, para agradecer também a Dona Maria e ao seu João, avós paternos e a Dona Lourdes, avó materna, referências de amor eterno e de fortaleza. Cada qual com suas lutas que já enfrentaram na vida sempre me deram a certeza de que basta estar em movimento (ou mesmo mais paradinha, como a minha vovó Lourdes, minha segunda mãe) para que tudo aconteça.

E a vida também se constitui de amizades...e que amizades!

Ao meu super parceiro Rodney Costa, toda minha gratidão pela paciência, pelos auxílios “burocráticos” e pelas tardes regadas a orientações juntos.

Ao Paulo Marinho, amigo de quase duas décadas, com quem tive o prazer de dividir novamente o espaço acadêmico – mas agora como pseudoadultos, e não mais dois juvenzinhos –, e por quem meu coração chega a transbordar por tanto companheirismo, mesmo em nossas longas ausências.

Carol, companheira de tristezas, alegrias, amores e desencantos. Ah! Sem esquecer os dias infinitos de estudos juntas e das dezenas de garrafas de café. Foi também por ela que cheguei até aqui.

E por falar em Carol, já aproveito para agradecer ao meu grupo Rolezeirxs de Assis (não nos julguem!), composto por pessoas tão queridas e especiais que me acompanharam na pós-graduação e fora dela também.

Às minhas novas e nem tão novas companheiras que me acompanharam nesse trajeto:

Renata, amiga que me acompanha há tantos anos, grata por todo amor, amizade e presença, mesmo que fiquemos tanto tempo sem nos ver.

Dani, que me acompanha também desde 2008 e que, apesar de tantos anos sem nos encontrarmos pessoalmente, consegue me fazer sentir seu amor de longe.

Mands, pela parceria de cada dia embaixo do mesmo teto e pelos diálogos que só me ampliaram, a ponto de me sentir gigante e, ao mesmo tempo, minúscula por ver o quanto há de ser feito nessa vida de militância. Obrigada também por me fazer refletir sobre meus privilégios e, assim, me transformar.

Ferdinandes, por me mostrar a potência que existe em mim, aguentar meus choros e ser essa pessoa que dá vontade de levar pra casa (tanto é que levei!).

Isa Ortiz, minha gêmea de 10 anos de diferença que me acolheu com tanto amor nessa loucura que é fazer uma segunda graduação juntamente com um mestrado.

Já que é assim, não posso me esquecer dos “migues” da graduação que me orgulham e me sustentam nessa árdua caminhada. Grata por toda partilha, principalmente as de vida. Entre alguns nomes estão Felipe Arneiro, pela amizade desde o primeiro dia de aula, Sté, pelos dias de reflexão pelo campus, e meu trio de trabalho favorito (a Isa também está nessa, então seria quarteto), Luan, Jimmy e Bala. Aproveito para deixar minhas mais sinceras desculpas por ser extremamente chata nas produções em grupo. Vou tentar melhorar!

Só mais um pouco, deixo registrada minha mais sincera admiração às “minas” fortes e potentes que encontro em sala de aula, pelo campus e pela vida.

Ao meu grande amigo Ricardo Orso, companheiro de outra graduação e de tantos caminhos percorridos, só posso agradecer pela segurança que me transmite a ponto de me fazer acreditar que, mesmo que me faltassem todos os meus, eu ainda teria alguém por mim.

Caio Russo, amigo poeta, mas nada sonhador! Grata pelas realidades expostas e por me fazer melhor para conseguir trilhar essa jornada.

Andrey, pelas comidas, pelas séries, pelas músicas, pelos abraços e pelos conflitos que nos tornaram infinitamente mais fortes. Pelas discussões acadêmicas, pelas noites refletindo, pela vida bem vivida, pela sinceridade, pelo colo nas crises de produção e por me apoiar, na prática, para que esse trabalho fosse concluído.

“Profe” Bruno El Joe, pelos ouvidos sempre bem dispostos e por ser minha referência de vida acadêmica e não acadêmica também.

Aos meus amigos e às minhas amigas, que nem conhecem Assis, mas sempre estiveram do meu lado: Mayza, minha gaja; Jô, minha inspiração; Felipe Cilli, pelos lindos reencontros.

Ao Pedro Fonseca, amigo agora um pouco distante, mas que teve grande importância no meu ingresso no mestrado. Como já disse, a gratidão é eterna!

E a todos os demais que cruzaram meu caminho e contribuíram para que minha pesquisa tivesse chegado ao fim, sendo me apoiando, me dando um ombro pra chorar, me chamando pra comer, ou pra dar o famoso “rolê”, grata por todas as formas de amor.

Não me perdoaria em deixar de fora meus companheiros de todos os dias, que aguentam meu estresse sem reclamar. Muito pelo contrário, quando me veem, me enchem de “lambeijos”. Nala (*in memoriam*), Koda, Ariel, filhos caninos e Luna, uma espécie de irmã canina.

Por fim, agradeço a mim mesma, por ter resistido a noites sem dormir, dias sem conseguir comer, crises de tremedeira e respiração ofegante e a tanta dor de cabeça para poder ser, enfim, uma pesquisadora mestra e, assim, contribuir não só acadêmica, mas socialmente.

CARLI, Tassiana. **Ensaio sobre a cegueira**: uma análise a partir da psicologia moral e das virtudes. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado consistiu em analisar os aspectos éticos e morais encontrados na obra *Ensaio sobre a cegueira* de José Saramago, principalmente em relação aos valores priorizados pela personagem denominada “mulher do médico”, tendo como referencial a psicologia moral piagetiana e a psicologia e filosofia das virtudes. A pesquisa foi do tipo documental. Os resultados apontaram que, enquanto a mulher do médico guiava-se pelo cultivo das virtudes e o uso da razão, agindo de maneira autônoma, a quase totalidade dos outros personagens procedeu pautada por uma moral heterônoma e por formas de glória, isto é, priorizavam valores como a beleza, a força física, o status social e o financeiro. Ademais, alguns tomaram a felicidade como sinônimo de hedonismo. Para a superação desse modelo de identidade heterônoma, por meio das atitudes da mulher do médico, o autor do romance defendeu o cultivo de virtudes, como a generosidade, a prudência, a compaixão, a coragem e a justiça. Ainda que não sejam consideradas virtudes, também notamos que, em certos momentos, ela foi movida pela solidariedade e pelo amor, este, o qual é, em síntese, todas as virtudes. Sendo assim, tendo por suporte o fato de ela ter sido a única que não ficou cega na obra analisada, consideramos tais excelências e o fato de ter agido autonomamente como os aspectos apontados pelo escritor para se superar o estado de heteronomia que, atualmente, encontram-se os indivíduos, ou seja, imersos em um quadro de cegueira branca.

Palavras-chave: Psicologia ético/moral e das virtudes. Saramago. *Ensaio sobre a cegueira*. Jean Piaget.

CARLI, Tassiana. **Blindness**: an analysis through moral and virtues psychology. 2018. 157 p. Dissertation (Masters in Psychology). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2018.

ABSTRACT

The present dissertation consisted of analyzing the moral aspects found in the novel *Blindness*, by José Saramago, mainly in relation to the character's doctor's wife values. We queried the moral psychology and the psychology and philosophy of the virtues as our reference. We developed the documentary research modality in the present study. The results pointed out that the doctor's wife was guided by the cultivation of the virtues besides she using the reason therefore in an autonomous way. The other characters in the majority of cases was guided by heteronomous way and by forms of glory, that is, they prioritized the beauty, the physical strength, the social and financial status. In addition part of them considered the happiness as a hedonism synonymous. To overcome this model of heteronomous identity, through the attitudes of the doctor's wife, the author of the novel advocates the cultivation of virtues, such as generosity, prudence, compassion, courage and justice. We also noticed that she was supported by solidarity and love -the last one surpasses all virtues - although they are not considered virtues. Therefore, considering that the doctor's wife was the only one that was not blinded, we consider her excellences and her autonomous way pointed by the writer to overcome the currently heteronomy state.

Keywords: Ethical/moral psychology and psychology of the virtues. Saramago. *Blindness*. Jean Piaget.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
	1.1 Apresentação	13
	1.2 Justificativas	18
2	METODOLOGIA	28
	2.1 Modalidade de pesquisa	29
	2.2 Processo.....	29
3	REFERENCIAL TEÓRICO	31
	3.1 A psicologia moral de Jean Piaget	32
	3.2 A psicologia das virtudes	38
	3.3 Ética e virtude	47
4	BIOGRAFIA: UM COMUNISTA APAIXONADO POR PILAR	51
	4.1 Antes de nascer	52
	4.2 Primeira infância	57
	4.3 Adolescência	60
	4.4 Adultícia	61
	4.5 Vida de escritor	66
	4.6 Sua morte	69
5	RESULTADOS E ANÁLISE	70
	5.1 A mulher que não foi tomada pela cegueira	71
	5.2 Referências à mulher do médico	71
	5.3 A ida do médico e de sua mulher para o manicômio e o contato com outras pessoas tomadas pela cegueira	82
	5.4 A coletividade para a mulher do médico	89
	5.5 A mulher do médico e o papel dos intelectuais em sociedades complexas	92
	5.6 A tentativa de estupro da rapariga de óculos escuros e as consequências	94

5.7 A perda da identidade	96
5.8 A chegada da comida	99
5.9 A morte do ladrão e o seu enterro	104
5.10 A beleza e a cegueira	109
5.11 O velho cego de um olho e as notícias do mundo extramuros ..	110
5.12 A selvageria e o horror	115
5.13 A coragem decorrente do desespero	118
5.14 O médico e a rapariga dos óculos escuros	122
5.15 Início dos estupros.....	129
5.16 A saída do manicômio	131
5.17 Os cegos tomados pela cegueira branca voltam a enxergar	136
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 144
 REFERÊNCIAS	 150

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

O interesse em realizar estudo sobre a obra *Ensaio sobre a cegueira*, escrita pelo prêmio Nobel de literatura José Saramago (1922-2010), publicada em 1995, decorreu, inicialmente, das possíveis relações entre literatura e psicologia. Nesse caso, referimo-nos especialmente à psicologia ético/moral, construída por Piaget (1932/1994; 1964/1973) e a das virtudes, sistematizada por Yves de La Taille (1998, 2000, 2002a, 2002b, 2002c, 2006, 2009).

A possibilidade de se realizar investigações psicológicas sobre obras literárias é possível, embora ainda apresente lacunas, segundo o emérito filósofo e psicólogo Dante Moreira Leite (1927-1976). Nesse sentido, não pretendemos conciliar as duas áreas de conhecimento, mesmo porque nos julgamos desprovidos de conhecimentos para realizar tal feito. Apenas propomos a análise psicológica de uma personagem da mencionada obra literária. De qualquer maneira, a partir das reflexões desenvolvidas pelo referido estudioso, fizemos considerações sobre a relação entre psicologia e literatura. A nossa intenção, com isso, foi a de defender a realização do nosso estudo, a saber: analisar os aspectos éticos/morais da obra de Saramago (1995), especialmente os valores encontrados na personagem “a mulher do médico”.

A princípio, ressaltamos que a relação entre as duas referidas áreas de saber, segundo Leite (1965/1977), nem sempre foi considerada plausível. De um lado, havia sociólogos e psicólogos que reduziam a definição de arte à mera manifestação de fatores sociais e/ou psicológicos. Estes tendiam a explicar a literatura – um fenômeno artístico – basicamente de três formas.

Primeira: tendo como parâmetro o marxismo (BOTTOMORE, s.d./2001), sociólogos e psicólogos sociais tendiam a compreender a literatura como uma decorrência da infraestrutura econômica. Dessa forma, ela seria mera expressão dessa base – a superestrutura. A nosso ver, essa interpretação é equivocada ou incompleta até para o próprio marxismo. Amparamo-nos, para fazer essa afirmação, no trecho a seguir:

[Infraestrutura] Conceito que no marxismo designa numa sociedade sua estrutura econômica, ou seja, as relações econômicas de produção e as contradições delas decorrentes. A infraestrutura, sendo a base material da sociedade, determina a superestrutura, isto é, a ordem política, jurídica, cultural, educacional, etc. dessa sociedade; porém, essa relação *não deve*

ser vista de forma mecânica, mas dialética, já que a superestrutura, por sua vez, influencia também a infraestrutura, assegurando sua manutenção e reprodução, ou podendo levar a modificações nela. (JAPIASSU; MARCONDES, 1989, p. 133, *itálicos nossos*)

Para nós, um caso representativo é o do escritor russo F. M. Dostoiévski (1821-1881). Em *Crime e castigo* (1866/1998), observamos que as condições objetivas de vida acabaram por levar o personagem Raskólnikova a cometer várias atrocidades, como assassinato e roubo. Mesmo o citado escritor só produziu tal obra porque vivia em condições de miséria impostas pelo *status quo* da Rússia czarista. Isso o fazia contar com a produção de folhetins para os jornais visando garantir sua sobrevivência. Contudo, se adotarmos essa análise – os aspectos idiossincráticos, referentes ao autor –, acabamos por deixar de lado outros que foram influenciadores de seus escritos. Afinal, outras pessoas submetidas às mesmas condições não produziram obras dessa envergadura.

Outros estudiosos concebiam as obras literárias, assim como outras produções imateriais de um modo geral, como resultantes das percepções¹. Isso significa, então, que a literatura, por exemplo, seria meramente produto do meio. Essa noção está intimamente ligada à filosofia empirista, para a qual os comportamentos e as ideias são decorrentes dos sentidos.

Suponhamos que a mente é, como dissemos, um papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela é suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado. (LOCKE, 1690/1999, p. 57)

Nesse caso, o sujeito é tomado como um ser passivo. Por conseguinte, a arte seria apenas um meio para expressão de determinadas condições ambientais. Novamente, encontramos a ideia de que a subjetividade não influencia nas obras literárias. Todavia, diferentemente da primeira concepção – a marxista – que

¹ Para os empiristas, “nossos conhecimentos começam com a experiência dos sentidos, isto é, com as sensações [decorrentes do ambiente externo]. Os objetos exteriores excitam nossos órgãos dos sentidos e vemos cores, sentimos sabores e odores, ouvimos sons, sentimos a diferença entre o áspero e o liso, o quente e o frio, etc. As sensações se reúnem e formam uma percepção; ou seja, percebemos uma única coisa ou um único objeto que nos chegou por meio de várias e diferentes sensações. Assim, vejo uma cor vermelha e uma forma arredondada, aspiro um perfume adocicado, sinto a maciez e digo: “Percebo uma rosa”. A “rosa” é o resultado da reunião de várias sensações diferentes num único objeto de percepção” (CHAUÍ, 2000, p. 88).

entende o sujeito como produto e produtor de sua história, aqui praticamente desaparece a individualidade.

Terceiro: há, ainda, os que consideram tais obras como resultado do processo de sublimação. Grosso modo, tal mecanismo é o nome dado por Freud para designar o processo por meio do qual são realizadas as produções humanas, como a literatura (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967/1988). À primeira vista, tais produções não parecem ter relação com a sexualidade. Entretanto, para Freud, “o seu elemento propulsor [está] na força da pulsão sexual” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967/1988, p. 638). Nesse sentido, a literatura seria consequência do processo sublimatório. Parece-nos, contudo, que, se o indivíduo é levado em consideração, o social não é problematizado; sem contar que a obra de arte seria apenas resultante de fatores inconscientes.

Por outra via, críticos de literatura não admitiam a análise de uma obra se não fosse segundo os próprios parâmetros literários, ou seja, em conceitos que não correspondessem à própria arte. Como afirmou Leite (1965/1977, p. 15), resguardavam “o estudo literário como a única forma de compreender a literatura”.

Dissonante às duas proposições expostas, Leite (1965/1977) considerou “inaceitáveis” os argumentos apresentados em defesa dos pontos de vista, tanto sociológico e psicológico quanto crítico literário.

Ora, como se poderia explicar o fato de obras, igualmente decorrentes da superestrutura, das percepções e da sublimação, não carregarem consigo manifestações literárias, se são esses fatores que usualmente, para sociólogos e psicólogos, definem a expressão artística? Por outro lado, mesmo considerando parcialmente correta a teoria de que “o valor de uma obra literária independe de suas suposições extraliterárias” (LEITE, 1965/1977, p. 16), como é possível desprezar elementos que compõem a aceção da obra, como os sociais, por exemplo? Infere-se, dessa forma, que as relações entre psicologia e literatura, em nossa opinião, são dialógicas; portanto não opostas, como parecem defender alguns estudiosos das áreas sociológica, psicológica e literária.

Com o passar do tempo, todavia, até mesmo os críticos literários começaram a discernir e a valorizar a importância de se reconhecer a análise de obras literárias a partir da ciência e/ou de outras perspectivas. Ainda assim, esses críticos mantinham o receio de que tais obras fossem, por exemplo, reduzidas a fórmulas matemáticas, como concebia a ciência a partir do século XVII.

Por esse prisma, devemos reconhecer a ruptura do sujeito contemporâneo em relação a determinadas inclinações sociais que marcam épocas e envolvem os indivíduos praticamente de forma automática. A esse respeito, Leite (1965/1977) cita a religião e as ciências naturais. Para o referido pesquisador, o novo saber hegemônico é o psicológico. Este nos possibilita realizar análises e interpretações acerca do indivíduo consigo e com os outros.

A explicação psicológica da arte é apenas um caso [...] em que se procura uma forma de compreensão a partir de características do indivíduo. Fundamentalmente essa necessidade de explicação é uma consequência da vida social: à medida que o homem perde a crença em forças sobrenaturais ou na determinação hereditária de características individuais, precisa encontrar outras explicações para elas. (LEITE, 1965/1977, p. 19)

O crítico literário e pesquisador Antonio Candido (1918-2017) argumentou em sentido semelhante – embora voltado principalmente à questão sociológica. Ele fez isso quando afirmou que a análise literária deve levar em consideração alguns elementos apresentados pela tessitura da obra. Por exemplo, a estrutura social, os valores e as técnicas de comunicação (CANDIDO, 1965/2000).

A estrutura social corresponde à posição socialmente marcada do artista e às características do grupo receptor. Por sua vez, os valores dizem respeito ao que o artista quer colocar em evidência e problematizar, assim como indicar quais devem ser seguidos. Já as técnicas de comunicação dizem respeito às formas de transmissão.

Vidas secas (1938/2003) do escritor Graciliano Ramos (1892-1953) é um exemplo típico. O autor alagoano, tendo convivido com a seca que assolava o sertão do Nordeste, retratou em sua obra todo o sofrimento de uma família de retirantes nordestinos devido à seca intermitente da região. Assim, buscou informar o estado precário em que viviam as pessoas da época, pois elas eram obrigadas a mudarem-se cada vez que a seca dominava o lugar em que estavam. Os personagens foram apresentados de forma áspera, condizente com o ambiente em que viviam, tomado pela seca e pela exploração dos detentores do poder, promovendo, como consequência, a desumanização, a coisificação e o processo de animalização do homem. Em Fabiano (personagem principal), observamos esses aspectos, a ponto de o próprio se considerar um bicho, devido à sua condição miserável e à falta de

habilidade com as palavras, já que era um homem sem instruções, o que o fazia “grunhir” vocábulos.

Mesmo a estética da obra é marcada pelo contexto em exposição. Ramos (1938/2003) utilizou, por exemplo, o discurso indireto livre para ressaltar as mazelas sociais. Em outras palavras, se apoiou na falta de linearidade da narrativa como analogia ao nomadismo das personagens, que se dá por fragmentação temporal e espacial e o pouco uso de adjetivos, com a finalidade de revelar a aspereza do ambiente e suas influências sobre os sujeitos que se encontram ali.

Em síntese,

[...] a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-se segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio [os dois últimos são característicos das técnicas de comunicação]. (CANDIDO, 1965/2000, p. 20)

Salientamos que, mesmo sendo social o foco de análise literária de Candido (1965/2000), em nossa opinião, igualmente, é inteiramente truista o envolvimento da literatura com a psicologia – assim como o era, para o referido autor, em relação à sociologia. Isso ocorre porque a psicologia se preocupa com o indivíduo, elemento fundamental da sociedade. Nesse sentido, observamos a indissociável relação entre o social, o psicológico e o literário. Em outros termos, a literatura, por vezes, fala mais do nosso tempo e da psicologia humana do que as ciências que se destinam ao estudo da sociedade e do indivíduo.

Acrescente-se, a essa posição, as considerações de Leite (1965/1977, p. 20):

[...] a nossa literatura tem sido vista [...] sob seu aspecto “social”, isso se deve ao fato de apresentar quase exclusivamente o aspecto mais superficial ou aparente de nossa vida coletiva. Sempre que o escritor ultrapassa essa camada de aparências, vê-se a necessidade, não apenas de uma análise histórica ou sociológica, mas também da perspectiva psicológica.

Pode-se, todavia, perceber a psicologia em uma obra literária à medida que a posição social do artista e o tema são, em parte, determinados pelo próprio sujeito e, ao produzi-la, o literato acaba por emitir regras de conduta (filosofia moral) e evidenciar uma subjetividade ou várias (psicologia). Por conseguinte, pensamos que a obra de arte oferece indícios sobre a concepção de homem e de mundo defendida pelo artista (portanto, ela propõe uma filosofia), faz análise do momento presente

(sociologia) e dos seus personagens/tipos (psicologia). Como afirmou o psicólogo Yves de La Taille (1956-), ao fazer considerações sobre a obra *O juízo moral na criança* (1932/1994) do emérito epistemólogo e psicólogo Jean Piaget (1896-1980): “não basta que a Sociologia explique a guerra; é também preciso explicar o guerreiro [e suas produções, como a literatura]” (LA TAILLE, 1994, p. 20).

Diante do exposto, analisamos o aspecto ético/moral expresso na obra *Ensaio sobre a cegueira*, publicada em 1995, do escritor e prêmio Nobel de literatura José Saramago (1922-2010), mais especificamente em relação aos valores encontrados na personagem denominada “mulher do médico” – a única que não foi tomada pela cegueira branca.

São nossas hipóteses:

- a) a obra aponta os valores considerados válidos e que têm funcionado como reguladores morais e éticos;
- b) denuncia, por meio de certos valores, os efeitos da sociedade pós-industrial;
- c) e oferece caminhos, por meio de algumas virtudes, à superação desse quadro de cegueira branca que, a nosso ver, tem tomado todas as sociedades, sobremaneira, as do mundo Ocidental.

1.2 Justificativas

A nossa pretensão em analisar a citada obra começou a tomar forma, além do que dissertamos acerca da defesa do diálogo entre literatura e psicologia, a partir do nosso exercício profissional como docentes há mais de sete anos nos Ensinos Fundamental e Médio (em escolas públicas e privadas). Observamos, durante esse período, que os alunos não apresentavam interesse pelo aprendizado de conteúdos relacionados à língua portuguesa, principalmente quando se tratava da leitura de obras consideradas clássicas.

Diante disso, indagamo-nos acerca dos motivos desse desinteresse. Inicialmente, pensamos tratar-se do fato de os clássicos referenciarem contextos distantes dos vividos por nossos alunos, além de a linguagem empregada geralmente estar, do mesmo modo, distante da usualmente empregada por eles.

Consideramos, então, a possibilidade de apresentar-lhes obras mais atuais e que tivessem uma linguagem (comunicação) considerada mais fácil. Apresentamos,

assim, *Admirável mundo novo* (1932/2007) do escritor inglês Aldous Huxley (1894-1963). A referida produção apresenta um mundo futurístico em que as pessoas são criadas em laboratório, condicionadas psicologicamente e divididas em “castas”. As estratificações sociais são marcadas por indivíduos homogêneos, feitos para atender às necessidades sociais.

Os Alfas, pertencentes à classe superior, são responsáveis por funções de direção e administração, por exemplo. Os Betas, classe abaixo, por funções técnicas, como Lenina Crowne, vacinadora, e Fanny Crowne, embriologista. Na classe inferior, encontram-se os Gamas, Deltas e Ípsilons, que apenas executam tarefas manuais. O condicionamento visa à estruturação de uma sociedade em que uma minoria detém o poder e o conhecimento; portanto, controladora de todos os outros indivíduos.

Inicialmente, notamos que, para os estudantes, a obra não trazia nada além do que lhes era mostrado explicitamente, ou seja, não passava de uma ficção que retratava uma sociedade imaginária [não seria “já existente”?]. Devido a isso, foi considerada cansativa e desprovida de elementos que promovessem o interesse pela leitura.

Em seguida, lhe propusemos a sua releitura, agora pautada em outros elementos. Expusemos a importância de se considerar a posição do artista na composição da obra, apontando, sob a ótica de Candido (1965/2000), que a obra é produzida pelo sujeito, o qual está profundamente imerso nos ideais e valores de sua época. Como cita o referido estudioso, “a obra exige necessariamente a presença do artista criador” (CANDIDO, 1965/2000, p. 23).

Dessa forma, podemos verificar que o fato de Huxley ter vivido, como denomina o historiador Eric Hobsbawn (1917-2012) (1995), em uma era catastrófica – quando defensores dos regimes políticos totalitários (nazismo, fascismo e stalinismo) assumiram o poder, e, conseqüentemente, resultaram-se guerras e destruições – fê-lo provavelmente inquieto psicologicamente e, por conseguinte, acabou manifestando a sua crítica por intermédio da obra, sobretudo acerca do receio da perda da liberdade e da individualidade.

A partir desses elementos, pedimos que eles refletissem sobre formas de controle já adotadas pela sociedade atual, sem as pessoas se darem conta desse aspecto. Como todos tinham e gostavam de lidar com as novas mídias, pedimos que refletissem sobre os efeitos delas em suas vidas. Um dos estudantes chegou a

mentonar que perdera a oportunidade de emprego porque os recrutadores acessaram sua página do *Facebook* e tiveram contato com conteúdos e imagens de que eles não gostaram. Diante disso, inclusive, ele chegou a se sentir vigiado.

Na sequência, também pela inclinação de Candido (1965/2000), apresentamos aos alunos a formação da obra, especificamente em relação ao seu conteúdo – construído por influências, principalmente, de valores sociais. Por exemplo, em *Admirável mundo novo* (HUXLEY, 1932/2007), verificamos a revelação de uma insatisfação – não apenas individual (a do artista), mas coletiva (a da sociedade) – por estar em jogo a liberdade. Destarte, concordamos com o citado autor quando enfatiza a importância da experiência cotidiana do indivíduo para a inspiração, principalmente, quando esta advém de um objeto considerado valioso pelo grupo.

Por fim, ressaltamos o público como outro elemento a ser considerado para a criação literária. Mais uma vez pela visão de Candido (1965/2000), apontamos as mudanças ocorridas nas criações das comunidades primitivas às atuais. As primeiras não permitiam a segregação visível entre artista e público. Manifestavam-se em sociedades com pequenos números de indivíduos, em que havia uma estreita ligação da expressão artística com os outros aspectos da vida social, o que propiciava a participação do coletivo em manifestações das artes (canto, dança, representação teatral, entre outros). Já as produções atuais agem em uma sociedade diferente, com um contingente maior de pessoas, promovendo o “surgimento” de variados públicos e possibilitando a plena distinção entre criador e receptor. Constatamos que há entre eles um ciclo que resulta na obra. Em outras palavras, o artista direciona a criação a um segmento do grupo receptor, e este “decide o destino da obra, ao interessar-se por ela e nela fixar a atenção” (CANDIDO, 1965/2000, p. 31). Ademais, o público age determinantemente sobre o artista. É o caso de escritores que reformulam o modo de escrever, ou mesmo passam a se concentrar em outros gêneros para atender as exigências de seus leitores.

Para indicar o “surgimento” da aceitação pública de uma obra, apontamos um fator influente: os próprios padrões sociais. Por isso, voltamo-nos às redes sociais e debatemos a respeito de frases que, equivocadamente, apresentam como autores pessoas célebres. A necessidade de se “mostrar” conhecedor, e não propriamente ser, para ser socialmente reconhecido, a fim de que o indivíduo se sinta parte do

todo, faz com que esse tipo de erro se propague. Como afirma Candido (1965/2000, p. 32), “[...] mesmo quando pensamos ser nós mesmos, somos públicos, pertencemos a uma massa cujas reações obedecem a condicionantes do momento e do meio”.

A esse propósito – tema estudado por Bruckner (2000), Costa (1985, 1989), La Taille (1998, 2009), Pedro-Silva (2006), entre outros – o poema *Eu, etiqueta* de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) é exemplar:

Em minha calça está grudado um nome
Que não é meu de batismo ou de cartório
Um nome... estranho
Meu blusão traz lembrete de bebida
Que jamais pus na boca, nessa vida,
Em minha camiseta, a marca de cigarro
Que não fumo, até hoje não fumei.
Minhas meias falam de produtos
Que nunca experimentei
Mas são comunicados a meus pés.
Meu tênis é proclama colorido
De alguma coisa não provada
Por este provador de longa idade.
Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
Minha gravata e cinto e escova e pente,
Meu copo, minha xícara,
Minha toalha de banho e sabonete,
Meu isso, meu aquilo.
Desde a cabeça ao bico dos sapatos,
São mensagens,
Letras falantes,
Gritos visuais,
Ordens de uso, abuso, reincidências.
Costume, hábito, premência,
Indispensabilidade,
E fazem de mim homem-anúncio itinerante,
Escravo da matéria anunciada.
Estou, estou na moda.
É duro andar na moda, ainda que a moda
Seja negar minha identidade,
Trocá-lo por mil, açambarcando
Todas as marcas registradas,
Todos os logotipos do mercado.
Com que inocência demito-me de ser
Eu que antes era e me sabia
Tão diverso de outros, tão mim mesmo,
Ser pensante sentinte e solitário
Com outros seres diversos e conscientes
De sua humana, invencível condição.
Agora sou anúncio
Ora vulgar ora bizarro.
Em língua nacional ou em qualquer língua
(Qualquer, principalmente.)
E nisto me comprazo, tiro glória
De minha anulação.
Não sou – vê lá – anúncio contratado.

Eu é que mimosamente pago
 Para anunciar, para vender
 Em bares festas praias pérgulas piscinas,
 E bem à vista exibo esta etiqueta
 Global no corpo que desiste
 De ser veste e sandália de uma essência
 Tão viva, independente,
 Que moda ou suborno algum a compromete.
 Onde terei jogado fora
 meu gosto e capacidade de escolher,
 Minhas idiossincrasias tão pessoais,
 Tão minhas que no rosto se espelhavam
 E cada gesto, cada olhar,
 Cada vinco da roupa
 Sou gravado de forma universal,
 Saio da estampa, não de casa,
 Da vitrine me tiram, recolocam,
 Objeto pulsante mas objeto
 Que se oferece como signo de outros
 Objetos estáticos, tarifados.
 Por me ostentar assim, tão orgulhoso
 De ser não eu, mas artigo industrial,
 Peço que meu nome retifiquem.
 Já não me convém o título de homem.
 Meu nome novo é Coisa.
 Eu sou a Coisa, coisamente. (ANDRADE, 1984/2015, p. 53-55)

Com a segunda leitura, focada em tais elementos, notamos uma nova construção de conhecimentos por parte dos estudantes. Julgamos ter oferecido a eles estímulos que os levaram a se sentirem receptivos à leitura de outras obras literárias, fator que também nos impulsionou a seguir com as nossas indagações acerca da relação entre literatura e psicologia.

Mesmo assim, apesar do aumento do interesse pela leitura, não notamos mudanças em suas condutas; sequer na forma de pensar. Eles continuavam a emitir opiniões baseadas no senso comum e/ou preconceituosas sobre temáticas da vida atual – descriminalização do aborto e das drogas leves, homossexualidade, sexismo, etnia, entre outras. Além disso, permaneciam priorizando formas de glória (beleza, prestígio social e dinheiro) e considerando *démodé* aqueles que defendiam valores como honestidade, justiça, lealdade, generosidade, doçura, humildade, bom senso, entre outras virtudes.

Diante disso, começamos a questionar sobre o que poderia ser feito – por intermédio da literatura – para que eles comesçassem a problematizar tais valores. Afinal, assim como alguns autores, consideramos que estamos a viver uma crise moral e ética. É o que podemos depreender, por exemplo, das reflexões de Zygmunt Bauman (1925-2017) em várias de suas obras (1997, 1998, 2000, 2003, 2006,

2007). Com a intenção de fazer com que os citados estudantes repensassem sobre seus atos e julgamentos éticos/morais, aconselhamos nova releitura. Tendo como alicerce a obra de Huxley (1932/2007), nesse momento, guiamo-los a refletir sobre as consequências do demasiado individualismo, preponderante hoje, e como isso tem tornado o sujeito ausente em sua identidade moral de valores vitais à sociedade, como a justiça.

Desse modo, notamos algumas mudanças de opinião, aspecto que nos motivou a prosseguir nos nossos questionamentos. Uma vez finalizado o trabalho com os estudantes, tivemos a percepção de ter elevado a importância de outros valores não associados às formas de glória. Os adolescentes, objetos dessa intervenção, a nosso ver, encontravam-se profundamente arraigados por preconceitos (por exemplo, a submissão feminina) e apresentando postura narcísica (egoísta) e, por conseguinte, mostrando-se refratários à expansão e à modificação de suas posições e de seus argumentos.

Outro motivo que nos levou a propor a referida pesquisa acerca de uma personagem da obra *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 1995) foi a nossa percepção de que estamos vivendo um momento de profunda crise de valores morais e éticos, como já apontamos. A esse respeito, teceram considerações Bauman (1997), Bruckner (2000), Costa (1985; 1989), Habermas (1985/1990), La Taille (2002a, 2009), Lipovetsky (2004), Rouanet (1993), Sennett (1976/1988), Pedro-Silva (2006) dentre vários estudiosos dedicados à análise da atualidade.

Richard Sennett (1943-) considera que as pessoas, atualmente, só tem se preocupado com os próprios interesses. Assim, elas apenas buscam refletir sobre a própria vida psíquica, com o objetivo de desvelar os verdadeiros sentimentos, esquecendo-se do fato, ou mesmo desconhecendo, de que eles são produzidos socialmente, além de transformar a convivência com amigos íntimos e familiares em um fim em si mesmo. O citado autor (SENNETT, 1976/1988) afirmou que essa situação está relacionada à valorização da esfera privada em detrimento da pública. Ao realizar análise histórica das razões que levaram à transformação da dimensão pública numa questão de obrigação formal, este estudioso notou que as pessoas não estão preocupadas com a descoberta de princípios supraindividuais.

Edgard de Assis Carvalho (Prefácio, apud COSTA, 1989, p. 9), ao comentar as posições políticas do psicanalista Hélio Pelegrino (1924-1988), assim resumiu o

seu pensamento acerca do mundo contemporâneo, atravessado pela mentalidade da sobrevivência:

[...] um mundo sem amor, desoxigenante, terminal, incapaz de garantir a socialidade [sic] mínima. Nesse cenário dilacerador é que explodem a violência generalizada, a impotência social, o descalabro institucional, a reprodução ampliada da cultura do narcisismo que, de um lado, aposta na desestruturação da sociabilidade e, de outro, investe no curto-circuito da autopreservação e da autoconservação desmesurada.

Segundo Jurandir Freire Costa (1944-) e Cristopher Lasch (1932-1994)², essa mentalidade é produto da cultura da violência. Ela, ao apontar a todo o instante a impotência e a impossibilidade de mudança do sombrio quadro social instituído, ativa mecanismos narcisistas de proteção do EU. Isso pode levar, por exemplo, a modelos de relacionamentos, referentes às convivências em geral, pautados na superficialidade e brevidade. Nesse sentido, Bauman (1997) os define como líquidos, e Piaget (1932/1994), heterônomos, portanto a mercê do *clima cultural geral*³. Em outros termos, o sujeito dá a impressão de que está se relacionando, mas, na verdade, sequer está levando em consideração o outro.

Justificamos, também, a nossa pesquisa, porque estudos psicológicos referentes aos valores morais são relevantes, já que o sujeito possui uma imagem valorativa de si. Segundo Roger Perron (1991, p. 24 apud LA TAILLE, 2002c, p. 16)

As representações de si são construídas como conjunto de valores. Todas as características pelas quais o sujeito pode se definir são, com efeito, sentidas, em graus diversos, como desejáveis ou não (...) 'sou valor porque sou, sou porque sou valor'.

Ademais, conforme Alfred Adler (1870-1937), a leitura que fazemos de nós é sempre positiva (1933/1991). Em outros termos, o referido psicólogo austríaco considera que somente o fato de se ser humano já implica buscar fugir do sentimento de inferioridade. Este, para Adler (1933/1991), é responsável por

² Referimo-nos às obras de Costa "Narcisismo em tempos sombrios" (1985 e *Psicanálise e moral* (1989) e as de Lasch *A cultura do narcisismo: a vida americana numa época de esperanças em declínio* (1979/1983) e *O mínimo eu: a sobrevivência psíquica em tempos difíceis* (1984/1987).

³ O clima cultural geral (*general cultural climate*) consiste "[...] particularmente na influência ideológica pela qual os *media* modelam a opinião pública. [Assim,] Se o nosso clima cultural foi padronizado sob o impacto do controle social e da concentração tecnológica a um grau sem precedentes, podemos esperar que os hábitos de pensamento dos indivíduos reflitam a dinâmica de sua própria personalidade. Tais personalidades podem, na verdade, ser produtos dessa padronização" (ROUANET, 1989, p. 175).

neuroses, bem como por comportamentos agressivos e imorais. Por perspectiva contrária, La Taille (2002c) critica o valor “estar bem consigo mesmo” apontado por Adler (1933/1991) como autoestima, ou seja, sentimento do valor que não está relacionado à moral (beleza física, inteligência, sucesso profissional). Dessa forma, La Taille (2002c, p. 23) enuncia:

[...] não consideramos a autoestima como condição necessária ao agir e pensar morais, contrariando assim uma opinião popular (retomada por Adler, 1933/1991) segundo a qual ‘quem está de bem consigo mesmo’ age moralmente. Não vemos porque pessoas que agem imoralmente, ou simplesmente costumam colocar a moral em segundo plano, teriam necessariamente problemas de autoestima. Tal tese apoia-se, no fundo, na ideia de que a imoralidade relaciona-se com a patologia (ou a ignorância), tese claramente desmentida por estudos como os da psicanálise.

Apesar disso, a questão é que Piaget (1954/2014) retoma a afirmação de Adler (1933/1991) de que valorizar positivamente a si próprio compõe as identidades de maneira geral, portanto constitui força motivacional.

Justificamos nossa escolha por constatar lacuna na literatura em relação a estudos científicos voltados para a análise da obra *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 1995), sob o viés da psicologia da moralidade e eticidade humana. Ademais, procuramos também construir novos olhares para a psicologia da moralidade humana. Conforme levantamento bibliográfico feito em 2016, nas bases de dados *Dedalus*, *Scielo* e *Google Acadêmico*, não encontramos estudos, por meio dos unitermos “Saramago”, “Ensaio sobre a cegueira”, “psicologia moral”; psicologia moral *and* Saramago”, “psicologia das virtudes”, psicologia das virtudes *and* Saramago”.

A maioria dos estudos referentes à obra em questão tratou de assuntos pertinentes à análise de elementos importantes à literatura, como *Os espaços infernais e labirínticos em Ensaio sobre a cegueira* (RICHTER, 2007). Mesmo quando envolvia a psicologia, não apresentava questões proporcionadas pela psicologia moral de Piaget (1932/1994), como *A violência é cega: reflexões em torno de Ensaio sobre a cegueira* de José Saramago (TEIXEIRA, 2010). Igualmente, não encontramos investigações relacionadas à psicologia das virtudes, sistematizada por La Taille (1992, 1998, 2000, 2002a, 2002b), que tenha tido a referida obra de Saramago (1995) analisada, tampouco qualquer outra do mesmo escritor.

Por fim, ao analisar os aspectos morais da obra de Saramago (1995) a partir dos mencionados referenciais, foi nossa intenção contribuir para os aspectos apresentados a seguir:

- a) apresentar, por intermédio da obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), contribuições para a expansão do campo de estudos da Psicologia Moral e das Virtudes;
- b) oferecer elementos sobre os aspectos éticos e morais presentes nas relações atuais;
- c) promover reflexões sobre ou para o ensino da literatura nos cursos de Ensino Fundamental, Médio e Superior;
- d) identificar na obra *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 1995) questões atuais sobre a ética, a moral, os valores e as consequências de uma sociedade pós-industrial na construção da identidade.

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho consistiu em analisar os aspectos ético/morais encontrados na obra *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 1995), sobretudo em relação à mulher do médico, a única personagem não tomada pela cegueira branca.

Especificamente, foram nossos objetivos:

- 1 – identificar a natureza dos valores priorizados pela “mulher do médico”, isto é, se eles eram mais afeitos à dimensão moral (pública), ética (privada) ou se constituíam em formas de glória;
- 2 – tendo como parâmetro a análise dessa personagem, em analogia com as sociedades pós-industriais, identificar os valores que têm sido priorizados por grande parte dos indivíduos a ponto de não se considerar o outro em suas relações;
- 3 – igualmente, por intermédio da “mulher do médico”, analisar os valores que Saramago (1995) apregoou como necessários para a superação desse modelo de identidade heterônoma e de sociedade tomada pela cegueira branca.

Para a análise dos valores da “mulher do médico”, empregamos como referência a psicologia moral de Piaget (1932/1994), a psicologia das virtudes, sistematizada por La Taille (1992, 1998, 2000, 2002a, 2002b), bem como a filosofia das virtudes de Comte-Sponville (1995).

Por conta disso – antes de entrar na análise da personagem – na Parte II deste trabalho, apresentamos nossa metodologia, a saber, realizamos uma pesquisa documental.

Na Parte III, discorremos sobre o referencial teórico adotado. Basicamente, tecemos considerações sobre os valores éticos/morais referentes à Psicologia moral (PIAGET, 1932/1994), à Psicologia das virtudes (LA TAILLE, 1992, 1998, 2000, 2002a, 2002b), além de nos voltarmos a definições de virtude e sua importância na construção da moralidade (COMTE-SPONVILLE, 1995).

Na parte IV, apresentamos a vida de Saramago e o contexto histórico em que se deu o seu nascimento, a adolescência, a adultícia e, por fim, a velhice e sua morte.

Na parte V, apresentamos análise de falas, pensamentos e condutas da “mulher do médico” – a única a **não** ser tomada pela cegueira branca;

Por fim, apresentamos um conjunto de considerações finais, à guisa de conclusão.

2.1 Modalidade de pesquisa

Denominamos documental a modalidade de pesquisa que desenvolvemos no presente estudo, conforme a conceituação apontada por Gil (1987). Ela muito se assemelha à bibliográfica, diferenciando-se em relação à natureza das fontes, pois a documental trata analiticamente de materiais que ainda não foram submetidos a tal expediente ou que podem ser reconstituídos de acordo com o objeto de estudo em questão – no nosso caso, os valores presentes na “mulher do médico” em *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 1995). Essa modalidade de pesquisa contribui para a análise de documentos já acusados, mas que permitem receber variadas interpretações; embora não tenham sido desenvolvidas pesquisas sobre a psicologia moral e ética quanto a essa obra.

Dessa forma, “esquadrinhamos” a obra. Fizemos um exame minucioso de todos os elementos relacionados à psicologia ética e moral. Para tal, consideramos as proposições de Piaget (1932/1994) e de outros estudiosos e colaboradores. Entre eles, citamos: Comte-Sponville (1995), Gilligan (1982), Kohlberg (1981/1992) e La Taille (1992, 1998, 2000, 2002a, 2002b).

2.2 Processo

Inicialmente, a partir da elaboração do nosso projeto de pesquisa, realizamos uma leitura que nos permitisse estar frente à amplitude de perspectivas possibilitadas pela obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), entretanto já nos atentando às cenas que pudessem nos levar às análises pretendidas.

Em continuação, realizamos o levantamento acerca da biografia de Saramago, compreendendo o período anterior ao seu nascimento até a sua morte, bem como do contexto histórico ao qual pertenceu. A partir de então, elaboramos um capítulo concernente à biografia de Saramago. Procedemos dessa forma por termos por apropriada a noção de que o artista possui um papel social, o qual, por sua vez, influencia o conteúdo de suas obras.

Paralelamente, fizemos leituras e estudos sobre a sociedade moderna e a neo ou pós-moderna. Visávamos, com isso, demonstrar a possibilidade de autonomia por parte do sujeito racional e virtuoso, como nos aponta Piaget (1932/1994), o que contrasta com algumas teorias pós-modernas que colocam o

sujeito como descentrado, criando, assim, o referencial da “morte do sujeito”. Ressaltamos, porém, que o citado referencial foi retirado de nossa pesquisa por não tê-la contemplado.

Na sequência, passamos para uma nova leitura, o estudo e o fichamento da obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995). Assim, pudemos direcionar ainda mais nossa pesquisa, já que elegemos a “mulher do médico”, uma personagem da obra, como nosso cerne analítico. Dessa forma, selecionamos os trechos referentes à mulher do médico, única personagem não tomada pela cegueira.

Para a execução da análise, optamos pela divisão em subitens, tais como a questão da coletividade ou falta dela, do machismo, do estupro, do papel dos intelectuais em sociedades complexas, da perda de identidade, do cuidado com o próximo, da beleza, do excesso de informações decorrente das sociedades pós-industriais, entre outros.

Com isso, pudemos realizar, então, a análise dos resultados que encontramos. Após o exame de qualificação, porém, considerando as recomendações, refizemos parte da análise.

Posteriormente, elaboramos um resumo da análise de modo a facilitar a possível leitura realizada por outros pesquisadores ou interessados pelo tema.

Por fim, foram elaboradas nossas considerações finais.

Julgamos importante ressaltar também que a pesquisa foi vista pela banca de defesa como contribuinte para outras áreas do saber, como a educacional. Desse modo, pretendemos desenvolver uma pesquisa em continuação à presente dissertação destacando tais implicações.

3.1 A psicologia moral de Jean Piaget

Embora Piaget tenha escrito apenas uma obra em relação ao desenvolvimento moral, a saber, *O juízo moral na criança* (1932/1994), o referido pensador trouxe grande contribuição para o campo da Psicologia Moral.

Na mencionada obra, informamos que o emérito pensador de Genebra definiu a moral como um conjunto de regras e valores que tem por finalidade possibilitar a harmonia social. Isso significa que a aquisição de valores morais é essencial para a vida em sociedade, independente do conteúdo dessa moral.

Na sequência, iniciou os estudos sobre a psicogênese moral por meio dos jogos regrados (bolinha de gude, por exemplo). Diante disso, a primeira indagação a ser feita refere-se aos motivos que o teriam levado a iniciar seus estudos sobre o juízo moral justamente com os jogos, pois eles não são morais.

É possível depreender que ele agiu assim porque os jogos, como a moral, trata-se de uma atividade interpessoal ou interindividual; o respeito necessário para a sua efetivação é produto de acordos mútuos e envolve valores morais (justiça e honestidade, por exemplo).

Utilizou como método, visando o estudo da consciência sobre as regras do jogo, o interrogatório acerca da origem das regras – de onde elas vieram, quem as inventou e se podiam ser modificadas. Quanto à prática, Piaget (1932/1994) pediu aos sujeitos que o ensinassem a jogar, com o argumento de que tinha jogado há muito tempo e, por isso, tinha se esquecido de como proceder no citado jogo.

Os resultados mostraram que as crianças constroem três maneiras distintas de se relacionar com as regras do jogo, nomeadas por Piaget (1932/1994) de *anomia*, *heteronomia* e *autonomia*. É evidente que esses modos de relacionamento são dependentes da interação do sujeito com o meio físico e, sobretudo, com o social. Caso ele não interaja ou os estímulos ofertados sejam poucos ou de qualidade questionável, esse processo não ocorrerá. Em outros termos, a aquisição das regras do jogo e da moral, tendo por parâmetro La Taille (1992), a) não é produto apenas do indivíduo (apesar de ele participar ativamente desse processo); b) é produto também do meio, já que é um fato social, ou seja, em última análise, c) é produto de relações interindividuais.

Além disso, não podemos desprezar a força dos afetos nesse processo, como afirmou o próprio Piaget (1964/1973, p. 37-38, *italicos nossos*):

Em toda conduta, as motivações e o dinamismo energético provêm da afetividade, enquanto que as técnicas e o ajustamento dos meios empregados constituem o aspecto cognitivo. Nunca há ação puramente intelectual (sentimentos múltiplos intervêm, por exemplo: na solução de um problema matemático, interesses, valores, impressão de harmonia) assim como também *não há atos que sejam puramente afetivos (o amor supõe a compreensão)*.

Feitos esses esclarecimentos, os resultados apontaram que, primeiro, as crianças interagem com as regras do jogo de maneira anômica. Essa forma de relação, segundo Piaget (1932/1994), vai do nascimento até a idade média de 5 (cinco) ou 6 (seis) anos de idade. Essencialmente, caracteriza-se pela ausência da moral, ou seja, os sujeitos nessa condição “não seguem regras coletivas”, estando mais interessados em satisfazer-se do ponto de vista motor e fantasioso. Apesar disso, durante esse momento, a criança começa a considerar interessante a noção de regularidade.

Na sequência, Piaget (1932/1994) notou que as crianças com idade entre 6 (seis) e 9 (nove) ou 10 (dez) anos, em média, apresentavam comportamentos diferentes em relação a tais regras. Ele denominou esse “período” de heteronomia, que significa ser governado por outras pessoas – o equivalente de menoridade em Kant (1783/2005).

Agora, elas manifestam “interesse em participar das atividades coletivas e regradas” (LA TAILLE, 1992, p. 50). Contudo, ainda o fazem de maneira egocêntrica, ou seja, elas brincam ao lado de outras crianças, mas não com ou contra elas.

Duas características explicitam, então, a heteronomia: a primeira refere-se à interpretação acerca da origem das regras, assim como à possibilidade de elas serem modificadas. As crianças, nesse momento, acreditam que as regras foram feitas há muito tempo por “senhores” e/ou por Deus e, mesmo que os jogadores concordem, é impossível que elas sejam modificadas. Dessa forma, elas não se concebem como legisladoras (inventoras de regras).

A segunda refere-se ao respeito rígido e inquestionável no tocante às regras, do ponto de vista teórico (no discurso), e o desrespeito prático. Em outras palavras, como o próprio Piaget (1932/1994) verificou, depois de iniciado o jogo, as crianças introduziam novas regras, visando obter melhor desempenho, sem tomar consciência de que as estavam desrespeitando. Isso ocorria porque elas ainda não

tinham construído o significado da existência das regras, vendo-as de maneira semelhante às leis físicas.

Na autonomia, que ele verificou ocorrer a partir dos 9 (nove) ou 10 (dez) anos em diante, a maioria dos sujeitos apresentou características opostas às do período anterior. Nesse momento, eles respeitam e cumprem efetivamente as regras, além de tal respeito ser produto de acordos mútuos. Aqui podemos dizer que eles passam a se comportar como legisladores.

Diante desses resultados, o referido estudioso começou a indagar se, em relação aos deveres propriamente morais, os sujeitos se relacionariam também dessa maneira. Com a finalidade de solucionar esse questionamento, realizou novos estudos, tendo como objeto os deveres morais.

Antes, porém, de apresentar os resultados, julgamos importante apresentar os motivos que o levou a prosseguir seus estudos de psicologia moral a partir da análise da relação do sujeito com o dever. Elencamos: a) o ingresso no universo moral se dá pela aprendizagem de diversos deveres impostos pelos pais, como o de não mentir, não furtar, não falar palavrão, entre outros, e b) a imposição desses deveres só é possível quando o sujeito manifesta interesse em participar de atividades coletivas e regradas.

Ao estabelecer conversações com as crianças sobre o furto, a mentira e o desajeitamento material, chegou aos seguintes resultados: há uma fase de heteronomia, antes da de autonomia, que se traduz pelo realismo moral. Este, por sua vez, apresenta três características:

1ª toda ação será considerada boa se estiver de acordo com as regras ou com aquilo que os adultos dizem;

2ª os deveres são entendidos literalmente, ou seja, ao pé-da-letra;

3ª por conseguinte, o desrespeito aos deveres é julgado em função do seu aspecto exterior (realidade objetiva) e não da intencionalidade (realidade subjetiva). Isso acontece porque a) as normas morais não são construídas ou reconstruídas pelo sujeito, b) a concepção de dever é compreendida como sinônimo de obediência ao estabelecido, c) há o desconhecimento do espírito e das razões que levaram à formulação das leis.

Na autonomia ocorre a superação desse estado de coisas (o realismo moral). Em consequência, os deveres passam a ser produtos de acordos entre os indivíduos e não mais mera obediência ao instituído.

Piaget (1932/1994) deu prosseguimento aos seus estudos acerca da psicologia moral, investigando a noção de justiça.

Concordamos com La Taille (1992) que ele fez isso por vários motivos.

Primeiro: em relação ao dever, foi vista basicamente a moral da heteronomia. Isso significa que o dever se cumpre, não necessitando de reflexão. A justiça, diferentemente, demanda o pensar, a análise da situação sob diferentes perspectivas. Só assim, o sujeito tomará uma decisão justa. Podemos dizer que o modelo ontogenético apresentado por Piaget (1932/1994) prevê a construção de um sujeito autônomo.

Segundo: a justiça é a noção moral mais racional e fácil de ser investigada do ponto de vista metodológico. O próprio Piaget (1932/1994, p. 156, *itálicos nossos*) dá subsídios a essa tese ao dizer que

[...] se o aspecto afetivo da cooperação e da reciprocidade escapa ao interrogatório, há uma noção, a *mais racional* sem dúvida das noções morais [...] cuja análise psicológica pode ser tentada sem muitas dificuldades: a noção de justiça.

Terceiro: é mais ou menos independente das influências adultas para se desenvolver. “É quase sempre à custa e não por causa do adulto que impõe à consciência as noções de justo e de injusto”, tornando necessário, tão somente, o respeito mútuo e a solidariedade entre as crianças (PIAGET, 1932/1994, p. 156).

Quarto: é a noção ou virtude que reúne as demais, como afirmou Bergson (apud LA TAILLE, 1992) e Aristóteles (343 a.C./1991), pois envolve ideias relacionadas à reciprocidade e ao equilíbrio.

Escrevia Bergson que a noção de justiça é a mais instrutiva de todas as noções morais porque engloba todas as outras: ela envolve ideias matemáticas como as de proporção, peso, compensação, igualdade, e costuma ser evocada pela imagem da balança, símbolo da reciprocidade e do equilíbrio. (LA TAILLE, 1992, p. 53)

De maneira semelhante aos inquéritos acerca dos deveres, Piaget (1932/1994, p. 160) perguntou às crianças aspectos com o seguinte teor: “Será que as punições que se dão às crianças são sempre muito justas, ou então, será que há umas menos justas do que outras?”

Os resultados novamente mostraram que a criança, antes da autonomia, se relaciona de maneira heterônoma em relação a esse valor. Isso significa que elas: a)

confundem justiça com lei e com o que as autoridades dizem; b) partem da ideia de que todo crime será castigado, seja por meio da justiça “imane” ou retributiva.

Já na autonomia, ocorre a separação entre justiça, lei e autoridade. A ideia principal aqui é a seguinte: todo ato deve ser avaliado por meio da reciprocidade e da aplicação do imperativo categórico kantiano, a saber: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas querer que ela se torne lei universal” (KANT, 1785/2004, p. 51). Quanto às sanções, as crianças privilegiam as por reciprocidade, como a de “excluir do grupo alguém que mentiu porque a mentira é justamente incompatível com a confiança mútua” (LA TAILLE, 1992, p. 54).

Feitas essas pesquisas, Piaget encerrou *O juízo moral na criança* (1932/1994) dissertando sobre os fatores determinantes do desenvolvimento moral, ou seja, os motivos responsáveis pela “passagem” da heteronomia para a autonomia.

Cabe dizer, inicialmente, que as relações interindividuais produzem efeitos psicológicos diversos. E, como dissemos, não são unicamente produtos da sociedade como um todo e nem do indivíduo como unidade isolada. Elas podem ser agrupadas em dois tipos de relação: as de coação e as de cooperação.

As coercitivas são relações assimétricas, de imposição, ou seja, um dos polos impõe ao outro suas formas de pensar, seus critérios e verdades. Isso acontece porque as regras são dadas de antemão e, portanto, não são construídas ou reconstruídas pelos sujeitos. Assim, nesse tipo de relação, não há reciprocidade, pois é uma relação constituída. Quase sempre mantida pela tradição e por nela não existir a reciprocidade (pensamento operatório), reforça o egocentrismo (característica principal do período pré-operatório), já que dificulta o colocar-se no lugar do outro.

Imaginemos os reflexos: o sujeito tem seus pensamentos como sendo a verdade, que, por sua vez, foram introjetados pela tradição imposta; assim, não leva em consideração os do próximo. Os sujeitos, em decorrência, acabam acreditando, mas não sabem os motivos para isso. Nas palavras de Jean Jacques Rousseau (1712-1778), eles estão condenados a muito crer e a nada saber (1762/1973).

No que se refere à moral, esse tipo de relação leva ao respeito unilateral pelas leis e/ou pelas autoridades, além de uma assimilação deformante das razões de ser das diversas regras (o sujeito se pauta, basicamente, pelo realismo moral).

Desse tipo de relação, deriva a heteronomia moral, a qual fornece um modelo a ser seguido.

As cooperativas – que significa agir mentalmente (pensar), levando em consideração outrem – são simétricas; portanto, norteadas pela reciprocidade. Por esse motivo, são relações constituintes. Dessa forma, solicitam mútuos acordos entre os sujeitos, pois as regras não são dadas de antemão.

Sublinhamos que, somente com a cooperação, o desenvolvimento intelectual e moral podem ocorrer. Nesse sentido, há a exigência de descentração, exatamente o processo que pode levar ao respeito mútuo e à autonomia.

É inclusive, por isso, que Piaget (1932/1994) defendeu os trabalhos em grupo. Para ele, estes promovem a cooperação, exatamente por constituir relações entre iguais.

Em síntese:

na heteronomia [coação], o dever determina o bem (é bom o que é conforme às regras aprendidas), na autonomia [cooperação], o bem determina o dever (deve-se agir de uma determinada forma porque é bom).
(LA TAILLE, 1992, p. 60)

Esclarecemos que esse agir não significa fazer igual, mas levar em consideração o outro, mesmo quando se discorda dele. É, tão somente, coordenar pontos de vista (é um escutar o outro). Do ponto de vista linguístico, é realmente concretizar o processo comunicativo, ou seja, a relação entre emissor e receptor. Assim, as relações de cooperação fornecem um método (uma forma), ou seja, “o bem não é definido de antemão, mas poderá nascer ou se renovar a cada experiência de cooperação” (LA TAILLE, 1992, p. 61).

Sendo assim, entendemos que o indivíduo contemporâneo evidencia-se ser um sujeito heterônomo. Para Kant (1783/2005), isso significa que ele não age de maneira moral, pois, para este autor, agir dessa forma só é possível se ele basear-se no imperativo categórico, isto é, pela reciprocidade. Para Piaget (1932/1994), diferentemente, ele é moral; porém, o seu discurso e sua prática pautam-se pela heteronomia, que significa ser governado por outras pessoas. Nesse sentido, praticamente todas as pessoas não teriam subjetividade ou esta não poderia ser compreendida como autônoma, “completa”. De qualquer forma, é possível depreender de Piaget (1932/1994) que isso não inviabiliza a sua teoria acerca da

possibilidade de construção da subjetividade ou que inexistam pessoas autônomas (apesar de elas serem raras).

3.2 A psicologia das virtudes

O outro referencial adotado – a psicologia das virtudes –, é decorrente do piagetiano. Só o apresentamos separadamente, por questões didáticas, e por La Taille (1992, 1998, 2000, 2002a, 2002b), seu principal sistematizador no Brasil, tecer considerações, também, sobre a dimensão ética (a do *dever ser*).

La Taille (1998) propõe que o indivíduo atua moralmente por meio de influência de valores que não se resumem unicamente à justiça, como defende Kohlberg (1981/1992), Kant (1785/2004) e até Piaget (1932/1994).

A esse respeito, a psicóloga Gilligan (1982) defende que as pessoas são pautadas, além da ética da justiça, pela ética do cuidado. Tal premissa baseou-se em estudos feitos a partir da aplicação de dilemas morais em meninos e meninas. Ao fazer isso, constatou que, frequentemente, o menino era guiado pela ética da justiça. Por causa disso, em presença de um dilema moral, ele reagia como se estivesse diante de um problema matemático. A menina, ao contrário, preocupava-se com o resultado do seu ato para a relação. Ela considerava “o mundo constituído de relacionamentos e não de pessoas isoladas, um mundo compatível com conexões humanas em vez de um sistema de regras” (GILLIGAN, 1982, p. 40). Consideramos importante ressaltar, entretanto, que, ao aplicar dilemas morais em meninos e meninas, a referida pesquisadora não pretendia comprovar qualquer espécie de binarismo de gênero em sua teoria, mas somente assim o fez a fim de perceber outras orientações morais existentes (não apenas a justiça).

Flanagan (1991/1996), por sua vez, critica as perspectivas de Piaget (1932/1994) e de Kohlberg (1981/1992) por considerá-las limitadas. Para Flanagan (1991/1996), os dois citados pensadores reduzem a moral à ética da justiça e a um conjunto de regras que regula as relações interpessoais.

Ademais, o referido filósofo problematiza o conteúdo e o método priorizados por Piaget (1932/1994) no estudo da moralidade. Segundo Pedro-Silva (2006, p. 60), isso significa dizer que Flanagan (1991/1996) questiona

[...] as suas [de Piaget] ideias de desenvolvimento moral, a descrição da psicologia moral em períodos, a primazia da razão na determinação da moralidade, o uso da linguagem como meio de verificação da consciência moral, e o fato de sua concepção de moralidade em direção à autonomia estar centrada na justiça e incidir unicamente nas relações interpessoais.

Em relação ao fato de Piaget (1932/1994), conforme já dito, ter iniciado seus estudos sobre o desenvolvimento da moralidade a partir dos jogos de regras, Flanagan (1991/1996) demonstra certa simpatia, já que, em diversos casos, as regras do jogo são moldadas pela própria vida moral. Ele também concorda com a perspectiva piagetiana de a criança “passar” de uma fase heterônoma para uma autônoma, como já explicamos.

A questão, porém, encontra-se no fato de Piaget (1932/1994) não ter mencionado a diferença existente entre o desenvolvimento das regras de um jogo e as da vida moral propriamente. Nesse sentido, Flanagan (1991/1996) explana que as regras de um único jogo podem ser várias, inclusive paradoxais entre si, enquanto não se é possível aprender várias concepções morais. Assim, quando a criança aprende preceitos morais, ela não tem à disposição outros sistemas de regras possíveis.

Ainda em relação aos jogos compostos por um conjunto de regras, Flanagan (1991/1996) critica o fato de Piaget (1932/1994) compará-los à vida moral. Para aquele, os jogos, como bolinha de gude, pressupõem a disposição de todos os jogadores para executá-los. Em outros termos, todos devem estar dispostos a seguir as regras do jogo para que sua realização seja possível. Entretanto, existem jogos que, por serem praticados individualmente, não necessitam da coordenação de diferentes perspectivas, não se encontrando, assim, subjugados a coações externas.

Por essa via, de acordo com Pedro-Silva (2006, p. 62), isso também pode ocorrer

[...] com uma pessoa quando estabelece objetivos para sua vida, muitas vezes pouco dependente das opiniões alheias, ou quando apresenta atitudes de compaixão e generosidade em relação a um amigo que passa por problemas. Embora em tais situações possam estar presentes condutas decorrentes desse elemento de obrigação, como a tolerância mútua, elas não são, em si, vistas como deveres para o sujeito e tampouco são dependentes de relações interpessoais.

Além do mais, Flanagan (1991/1996) também aponta para a inexistência de estruturas de regras complexas e codificadas em determinados jogos, como o próprio Piaget (1932/1994) verificou em relação ao jogo de amarelinha.

Por fim, defende que alguns elementos morais, como o amor, a amizade e a generosidade são totalmente estranhos aos jogos de regras. Sobre isso,

Cada vez que um jogador ou um time ganha um ponto ou melhora sua posição, um outro jogador sofre uma perda correspondente, e no fim há um que ganha e um que perde. Isto distingue o jogo de bolinhas de numerosos jogos de um único jogador (apesar de existirem jogos com um só jogador e com resultado nulo, como o solitário), assim como numerosos jogos ou formas de jogo de vários jogadores, como pular corda, correr, acertar a cesta de basquete, brincar de boneca, representar uma peça de teatro ou cantar. É certamente verdadeiro que aspectos importantes da moral têm como objeto a regulação (ou o controle) do comportamento dos indivíduos em situações competitivas. Mas isto não é verdadeiro para toda a vida ética. (FLANAGAN, 1991/1996, p. 226-227)

Em seus apontamentos, Flanagan (1991/1996) enfatiza, porém, alguns momentos de reconhecimento da restrição dessa teoria – pautada na ética da justiça - pelo próprio Piaget (1932/1994).

Inicialmente, ele aponta para a afirmação piagetiana de que parte da consciência moral se forma relativamente independente das regras morais, sobretudo aquelas que viabilizam a cooperação.

[...] o sentimento do bem resultaria daquela tendência mesma que impele os indivíduos a se respeitarem e situarem-se mentalmente no espírito uns dos outros [...] não há nada na forma do dever que obrigue seu conteúdo a estar conforme ao bem [...] (PIAGET, 1932/1994, p. 285-286)

Dessa forma, vemos um Piaget (1932/1994) hesitante quanto a afirmar que o respeito decorre unicamente de uma necessidade racional. Os sentimentos também têm importante contribuição nesse processo, já que, para ele, o indivíduo teme decair moralmente aos olhos do sujeito respeitado. Ademais, existem os valores não morais, estimados pelo indivíduo, que também devem ser considerados.

Piaget (1932/1994) ainda defende que não existe nada na moral alicerçada em regras que justifique a intenção dos indivíduos de agirem segundo o bem. Nessa perspectiva, Flanagan (1991/1996) diz que não basta às pessoas terem uma concepção autônoma das regras que as governam no âmbito ético, mas importa que elas consigam avaliar criticamente o conteúdo em relação à qualidade das regras

que as cercam. Caso contrário, todo tipo de ideal autônomo, mesmo que duvidoso, torna-se legítimo. É o caso, por exemplo, de indivíduos que fazem o uso de sua competência cognitiva e moral para subjugar os demais.

Flanagan (1991/1996) também tece críticas relacionadas diretamente a Kohlberg (1981/1992), outro representante da justiça como principal norteadora da moralidade. Devido a essa perspectiva, este limitou suas pesquisas a uma concepção deontológica. Isso significa dizer que toda a vida ética é passível de análise e é guiada por um modo de pensar único e unificado.

Kohlberg (1981/1992) justifica sua escolha por entender a justiça como a primeira virtude da sociedade, que deve ser também a do indivíduo. Sendo assim, ampara-se na concepção de moralidade como um sistema de regras que visa à regulação das relações interpessoais. São, dessa maneira, desconsideradas como morais as normas para a construção de uma vida boa.

A esse respeito, Flanagan (1991/1996, p. 236-237) discorre:

A ideia de que uma concepção da moral exclusivamente centrada nos direitos, nos deveres e nas obrigações não é uma invenção recente [...] O fato de que outros aspectos da moral tenham desaparecido do quadro da psicologia moral é, em grande medida, devido à predominância do pensamento de Lawrence Kohlberg. Em vez de explorar esta lacuna da teoria de Piaget, Kohlberg a recobre, apropriando-se de maneira obstinada de tudo o que é mais racionalista na obra de Piaget.

Acerca das referidas apropriações, Flanagan (1991/1996) demonstra sua utilização indevida por Kohlberg (1981/1992) a partir de passagens da obra de Piaget (1932/1994). O primeiro afirma que este, Piaget, considera constantemente em sua obra a presença de outras virtudes morais.

Por exemplo, quando Piaget (1932/1994) refere-se às regras dos jogos, aponta que as crianças são levadas a obedecê-las, além da necessidade de respeitar a lei, por uma espécie de boa vontade.

Piaget (1932/1994) também discorre sobre outras virtudes, como a generosidade, presentes nas relações entre pais e filhos. Segundo ele, tais excelências não foram impostas, portanto não são engendradas a partir da moral da obediência. Ele, ao pesquisar se as crianças realmente consideram profícuas as punições, ainda retoma a generosidade como uma virtude eficazmente influente nas condutas morais, já que impede a reincidência do delito.

Ademais, quando se volta para a relação entre noção de justiça e autoridade adulta, percebe que existe uma fase em que as crianças, mesmo não concordando que seja justa a ordem dos pais, obedecem-lhes por gentileza.

Por fim, além de outras virtudes capazes de guiar as condutas morais, Piaget (1932/1994) coloca a solidariedade como eixo norteador das condutas quando investigou a responsabilidade coletiva – todos serem punidos se o agente causador do delito for desconhecido ou se ninguém quiser denunciá-lo.

Julgamos, portanto, pertinentes as críticas em relação a Kohlberg (1981/1992), ao defender uma concepção deontológica e racionalista da moralidade humana a ponto de, por um lado, subestimar, e por outro, superestimar aspectos significativos da obra de Piaget (1932/1994).

Os filósofos Campbell e Christopher (1996) também teceram críticas nesse sentido. Eles reconhecem que, para a construção da moral, não bastam apenas a justiça (razão) ou o cuidado (afeto). Para eles, outros valores podem influenciar os julgamentos e as condutas morais.

Em relação à razão como norteadora do desenvolvimento moral, os autores a definiu como o cerne da filosofia moral de Kant (1783/2005). Este apenas considerava uma ação como moral quando estivesse de acordo com o dever e também tivesse sido feita por dever. Assim, a ação apenas seria considerada moral se fosse passível de universalidade, ou seja, quando racionalmente era validada para todos os seres racionais; portanto, em detrimento de interesses individuais.

Dessa perspectiva kantiana, Campbell & Christopher (1996) afirmam ter emergido duas outras concepções complementares: a formalista e altruísta. Segundo Pedro-Silva (2006, p. 72),

[enquanto a primeira] privilegia a forma do raciocínio moral em detrimento do seu conteúdo; a segunda concebe a ação moral como essencialmente voltada para o outro, pois está baseada no sacrifício dos interesses pessoais em nome dos alheios. Logo, tem-se uma moral referenciada no outro – *other-regarding*.

Dessa forma, para Campbell & Christopher (1996), valores intrapessoais – *self-regarding* – considerados morais em muitas sociedades, como a coragem e a honestidade, são relegados.

Os referidos pensadores também creditam ao caráter racionalista que compõe grande parte das pesquisas a subordinação do desenvolvimento moral ao cognitivo, como defendia Kohlberg (1981/1992).

Tugendhat (1996), filósofo que tem como temas de reflexão a ética e a linguagem, fez críticas semelhantes quando se referiu ao fundamento (princípios) que, segundo Kant (1783/2005), determina a ação moral. Ele concorda com este filósofo em relação ao que expressa o imperativo categórico apenas se a intenção for a de viver em sociedade. Entretanto, tece críticas à tese kantiana a respeito de o fundamento da moral estar apoiado numa razão pura, sem influência do mundo empírico e dos sentimentos (inclinações). Importa dizer que Kant (1783/2005) concorda que as inclinações também exercem influência nas ações morais, porém ele quer que a razão seja o cerne. Tugendhat (1996, p. 168, *itálicos nossos*) tece considerações a esse respeito ao analisar a formalidade kantiana:

‘P, se se deixa determinar exclusivamente pela razão, *quer* necessariamente x’, então podemos ver agora que Kant nem contesta esta proposição, mas que ele apenas questiona pela possibilidade de P deixar-se determinar exclusivamente pela razão – *sem inclinações*. Que o ser humano, quando se deixa determinar pela razão pura, necessariamente vai querer x, é de fato analítico [...] Mas que ele pode deixar-se determinar pela razão pura, isto deve parecer um prodígio [...] não só, que é tão difícil (e na minha opinião: impossível) tornar inteligível uma proposição que pretende que fazer algo seja racional em si e não apenas relativamente, mas ainda também que a motivação correspondente vai contra o antropologicamente [diria, também, psicologicamente] compreensível e faz Kant apelar a uma proposição sintética *a priori*, que o obrigará por sua vez então à suposição, que o homem só pode ser moral, se ele é ao mesmo tempo compreendido como membro de um mundo suprassensível.

Taylor (1989/1996) – professor de filosofia moral –, também aponta críticas sobre o reducionismo moral quando analisa aspectos acerca de *identidade* moderna. Para o referido autor, a concepção kantiana subjuga a moral às obrigações referentes ao outro em detrimento do próprio eu.

Nesse sentido, para ele, ao se definir a moral como um conjunto de obrigações que tem o outro como figura principal, marginalizam-se outras questões consideradas moralmente valorosas, importantes tanto individualmente quanto nas próprias relações. Falamos sobre o modo como se vive a vida, como se atende apropriadamente aos interesses ou às exigências depositadas em si próprios por outras pessoas, inclusive aquelas que se voltam para a construção de uma vida

plena, ou seja, boa e significativa. Para ele, estas são imprescindíveis pra compreender as questões morais.

Sendo assim, Taylor (1989/1996) busca refletir acerca do conceito de identidade e o modo como esta se articula com a moral. Conforme afirma, a relação entre elas foi abandonada devido ao relativismo moral engendrado pela natureza pluralista das sociedades modernas. Ademais, também houve influência dos paradigmas voltados à definição do conteúdo da obrigação em detrimento daquele que se preocupa com a natureza de uma vida boa.

A 'moralidade', com efeito, pode ser e com frequência é definida tão-somente em termos do respeito aos outros. Considera-se que a categoria da moral abrange precisamente nossas obrigações para com as outras pessoas. *Se, contudo, adotarmos essa definição, teremos de admitir que existem outras questões além da moral que são de essencial importância para nós e põem em jogo uma avaliação forte.* Há questões sobre como vou levar minha vida que remetem ao aspecto de que tipo de vida vale a pena ter ou que tipo de vida vai cumprir a promessa implícita em meus talentos particulares, nas exigências incidentes sobre alguém com minha capacidade, ou do que constitui uma vida rica e significativa em contraposição a uma vida voltada para questões secundárias ou trivialidades. Trata-se de interrogações de avaliação forte, visto que quem as faz não tem dúvida de que se possa, ao seguir os próprios anseios e desejos imediatos, dar um mau passo e, em consequência, fracassar na tarefa de levar uma vida plena. (TAYLOR, 1989/1996, p. 28-29, *itálicos nossos*)

Em síntese, Taylor (1989/1996) enfatiza a importância das noções acerca de uma vida plena para se apreender a moralidade, e não apenas das que estão pautadas na obrigação para com o outro. Ademais, afirma que existem os aspectos referentes à dignidade, ou seja, que fazem do indivíduo alguém digno de respeito ou não.

Não me refiro agora ao respeito a direitos, no sentido da não-violação, que podemos denominar respeito 'ativo', mas ao pensar bem de alguém, até mesmo admirá-lo, que é o que está implícito quando dizemos na linguagem comum que alguém tem nosso respeito [consideração]. (TAYLOR, 1989/1996, p. 29)

Dessa forma, os referidos pensadores apresentaram a necessidade de se considerar outras concepções de moralidade a fim de retomar a relação entre o desenvolvimento do eu e outros valores. Para tal, a doutrina moral aristotélica lhes pareceu mais apropriada. Segundo Aristóteles (343 a.C./1991), as virtudes são as

únicas que podem nos conduzir ao bem e à felicidade. Assim, devemos nos orientar para a busca da felicidade por meio de seu exercício.

Além dos argumentos de cunho filosófico acerca dos valores morais já apontados, julgamos necessário destacar os de base psicológica. Isso porque o sujeito possui uma imagem de valor de si, isto é, fazemos uma leitura positiva de nós mesmos, a qual, segundo Perron (1991), configura um valor a ser preservado.

La Taille (1998, 2000, 2002a, 2002b), por sua vez, classifica os valores empúblicos (morais), privados (éticos) ou formas de glória.

Os públicos almejam a harmonia social, como o faz a noção de justiça. Por isso a moral é construída tendo o outro como objeto de preocupação e, dessa forma, diz respeito à dimensão do “dever agir”.

Referindo-se aos privados (éticos), estão alicerçados no *eudemonismo* (ARISTÓTELES, 343 a.C./1991) e também buscam a harmonia ou alguma forma de felicidade, ou seja, dizem respeito à dimensão do “dever ser”. Embora busquem harmonia, ela se encontra agora no pessoal, diferentemente dos valores públicos, que visam à social. Entretanto, só podem ser considerados éticos se estiverem subordinados aos morais. Isso porque os éticos não são essenciais à harmonia social, segundo La Taille (1998, 2000). Para nós, é o caso, por exemplo, da amizade, que, apesar de gerar felicidade, é dispensável para a ordem social. Dessa forma, se os considerarmos diretores de nossas ações, a harmonia social e, conseqüentemente, a individual tendem a desaparecer.

Eis como La Taille (2006, p. 29-30) se pronunciou acerca dos valores morais e éticos, iniciando sua reflexão com a definição de *eudemonismo*, pois alguns autores

[...] consideram que os homens sabem o que é a felicidade, devendo a filosofia dar-lhes as técnicas apropriadas para conquistá-la. É o caso do utilitarismo [...] para quem a felicidade consiste em prazer e ausência de dor – coisa que todo ser humano [...] sabe muito bem, mesmo que intuitivamente. Outras teorias debruçam-se sobre a problematização do que seja a felicidade, negando-lhe um *status* natural. [Para Aristóteles] não há felicidade possível sem o cultivo das virtudes, por intermédio do qual os homens podem atingir a *elevação*. [Isso não significa que] Os teóricos do eudemonismo desconhecem a dimensão deontológica (deveres) e sua importância fundamental para o convívio, mas a colocam no segundo plano de suas reflexões [...] Esse não é o caso de pensadores como Kant, o qual elege a dimensão dos deveres [moral] como central em suas reflexões. [...] para ele, a tarefa da moral não é a de ensinar como ser feliz, mas como *merecer* sê-lo. Em suma, os dois temas, o da moral – deveres – e o da ética

– “vida boa” –, encontram-se em todas as reflexões sobre as condutas humanas e o porvir de suas vidas.

As formas de glória (beleza, força física, fama, riqueza) podem ser consideradas valores, como afirma La Taille (1998, 2000), pois são apreciadas pelos indivíduos, além também de serem *fortes* influenciadoras de suas ações. Tais valores, a nosso ver, são decorrentes do hedonismo e/ou do *higienismo*, ou seja, da busca pelo prazer individual ou do cuidado consigo mesmo (como se, para isso, nenhuma ou pouca importância tivesse outrem).

É uma trivialidade comum a religiosos e ateus, racionalistas e místicos: o hedonismo nos corrompe, torna-nos pequenos, covardes e, claro, consumistas. Será que é verdade? Uma coisa é óbvia: somos demasiado preocupados com nossa sobrevivência para sermos hedonistas. Um pé na balança e um olhar inquieto para os números do colesterol na hora de abocanhar chocolate ou queijo, um ou dois preservativos (sobrepostos) no momento de transar (de preferência no sábado, que amanhã dá para descansar), preocupados com nossa reputação na hora de escolher o lugar de um encontro furtivo, apreensivos na hora de gastar, envergonhados, temerosos e arrependidos já antes do ato: esses somos nós, os pretensos “hedonistas” modernos. Os únicos hedonistas, entre nós, são poucos e marginalizados: heroinômanos queimando o organismo para viver um orgasmo permanente ou promíscuos procurando raivosamente o gozo, noite adentro, nos escassos e precários lugares da orgia. O papa, em geral, opõe o suposto “hedonismo” contemporâneo à “cultura da vida”. É a maneira que ele encontrou para defender casamento e procriação contra divórcio e aborto. O estranho é que os outros (que não são papas) não percebam que a “cultura da vida” já ganhou faz tempo: a preservação de nossa existência é, para nós, infinitamente mais importante do que a procura do prazer. Somos higienistas, isso, sim. Mas não hedonistas. [...] A tese segundo a qual o luxo e a luxúria enfraquecem os cérebros e os músculos é uma ideia “pop” [...] (CALLIGARIS, 2007).

Portanto, não julgamos as formas de glória como valores públicos ou privados, uma vez que não visam à harmonia social ou à alguma forma de felicidade.

Ressaltamos que, para La Taille (1998, 2000), o tipo de valor é determinante das ações morais. Assim, se os valores públicos forem centrais em nossa identidade moral⁴, o sujeito poderá envergonhar-se, por exemplo, por ter agido desonestamente. Por outro lado, se predominar as formas de glória, o indivíduo provavelmente nutrirá indignidade por não possuir fama, riqueza ou por não alcançar o padrão de beleza sonhado.

⁴ Sobre a personalidade moral, ver Puig (1998).

Ademais é possível ao indivíduo, conforme o mesmo autor, privilegiar alguns valores em detrimento de outros, o que o faz associar sua identidade a específicas noções morais, como coragem, lealdade, honestidade, generosidade, e não a outros valores. Por fim, um único sujeito poderá compor sua identidade por mais valores públicos (dever agir) ou privados (dever ser).

Assim, segundo Pedro-Silva (2006, p. 91, *itálicos do autor*),

Depreende-se dessas considerações a necessidade de se ampliar os paradigmas de entendimento e análise da moralidade humana. Isso implica alargar tanto o leque dos fatores psicológicos que influenciam a moralidade quanto a investigação de outros temas morais, que não os classicamente pesquisados: a *ética da justiça* e o relacionamento interpessoal (*dilemas que sempre envolvem o outro como objeto*).

Sendo assim, os críticos, de um modo geral, propõem que outras concepções de moralidade sejam integradas às pesquisas sobre o desenvolvimento moral, reintegrando a importância do eu e de outros valores além do da justiça.

A partir do que já expusemos, julgamos importante salientar que concordamos com a tese de que a psicologia moral deve também integrar como objeto de estudo os valores correspondentes à construção de uma vida boa. Apesar de eles nem sempre serem considerados virtuosos, temos ciência de sua importância para quem os adota. Assim, por meio da definição de virtude, podemos avaliar se determinado valor adotado constitui uma excelência moral.

3.3 Ética e virtude

Iniciamos com a consideração de que, quando falamos em virtude, remetemo-nos ao campo da ética. Esta opera acerca da investigação do que seria felicidade e infelicidade, bem e mal, justo e injusto e a respeito dos valores a que os homens se submetem. Nesse sentido, a virtude configura o conceito principal para se compreender as perspectivas dos filósofos em divergentes sistemas morais.

Sobre a definição de virtude, Comte-Sponville (1995) a conceitua como uma força que age ou que pode agir. Por exemplo, os objetos são dotados de uma excelência, sem importar o uso que se faça deles, como a faca, que possui excelência em cortar. Mesmo que ela seja utilizada para golpear alguém, sua excelência em si (cortar) não diminuirá. Para o referido pensador, “sua capacidade

específica também comanda sua excelência própria. Mas essa normatividade permanece objetiva ou moralmente indiferente. À faca basta cumprir sua função, sem a julgar [...]” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 8).

Quanto ao homem, o processo se constitui de maneira mais complexa. Primeiramente, segundo o referido filósofo, o homem não possui uma excelência predeterminada. Pelo contrário, suas virtudes precisam ser construídas. Ademais, as virtudes podem vir a desaparecer ou ser consideradas vícios de acordo com o contexto histórico e cultural. Temos, então, a virtude humana como resultante de um cruzamento do fator biológico (hominização) e da exigência cultural (humanização).

Por essa perspectiva, para ele, a virtude é o poder de humanidade. São as virtudes morais que fazem o homem parecer mais humano, mais excelente que outro. Sem a virtude, então, seríamos qualificados de inumanos.

Para Comte-Sponville (1995, p. 9-10)

A virtude, repete-se desde Aristóteles, é uma disposição adquirida de fazer o bem. É preciso dizer mais, porém: ela é o próprio bem, em espírito e em verdade. Não o Bem absoluto, não o Bem em si, que bastaria conhecer ou aplicar. O bem não é para se contemplar, é para se fazer. Assim é a virtude: é o esforço para se portar bem, que define o bem nesse próprio esforço [...] A virtude ou, antes, as virtudes [...] são nossos valores morais, se quiserem, mas encarnados, tanto quanto quisermos, mas vividos, mas em ato. Sempre singulares, como cada um de nós, sempre plurais, como as fraquezas que elas combatem ou corrigem.

O referido pensador nos apresenta um *Pequeno tratado das grandes virtudes* (1995), utilizado também como nosso referencial, em que discorre sobre 18 excelências que considera mais importantes, como a generosidade, a compaixão, a justiça, a coragem, a prudência, entre outras.

O tema das virtudes, porém, tem sido alvo de estudos desde a Grécia Antiga.

Platão (380 a.C./2006) afirmava que a virtude residia no homem que vivia em conformidade com as normas da justiça. Ademais, considerava necessária uma definição que abrangesse todas as virtudes. Enfim, para ele, virtude possuía um significado de ascese, considerando que a define como “liberação e troca de todas as paixões, prazeres e valores individuais pelo pensamento, considerado, por ele, um valor universal e ligado à *imutabilidade das formas eternas*” (apud PEDRO-SILVA, 2006, p. 93-94, *itálicos do autor*).

Por sua vez, Epicuro (s.d./1997) apontou para o fato de que o homem deve cultivar as virtudes para, assim, atingir a felicidade, ato considerado como a

finalidade da vida. Ele ainda considerava a prudência a virtude mais importante, da qual decorrem as demais e que possibilita uma vida feliz.

A noção de virtude definida como a arte do bem viver e de prudência como a mais importante das excelências morais também é compartilhada por Sêneca (s.d./2008).

Pascal (1670/1979), filósofo representante da moral cristã, nos diz:

A verdadeira e única verdade consiste, pois, em odiar a si mesmo (porquanto somos odiosos pela concupiscência e em buscar um ser realmente amável para amá-lo. Mas, como não podemos amar o que está fora de nós, cumpre-nos amar um ser que esteja em nós, e que não seja nós, e isso é certo para todos. Ora, somente o ser universal assim é. O reino de Deus está em nós: o bem universal está em nós, somos nós mesmos e não somos nós. (PASCAL, 1670/1979, p. 160)

Kant (1783/2005), em sua perspectiva, colocar-se-á contrariamente a uma ética baseada na busca da felicidade. A virtude, para ele, deve se definir pela força empregada pelo homem a fim de cumprir seu dever.

A nosso ver, porém, Aristóteles (343 a.C./1991) foi o que melhor contribuiu para se pensar a moralidade a partir de um conjunto de virtudes voltadas para a busca da felicidade, por meio do cultivo de uma vida boa.

Para o referido pensador, o homem tende a se inclinar para a busca da felicidade. No entanto, chama-nos a atenção para a necessidade de não se confundir a plena realização do homem (eudemonismo) com a busca do prazer (hedonismo) ou da riqueza. Pelo contrário, a felicidade se encontra na existência racional, a qual pode ser atingida por completo a partir da prática das virtudes. Esse agir com excelência, entretanto, não é inato, mas produto do exercício habitual. Dessa maneira, as virtudes são consequências da experiência, da idade e do tempo.

De acordo com Pedro-Silva (2006, p. 97),

Aristóteles assinala ainda que as virtudes podem ser intelectuais ou éticas, dado que no homem habitam tanto a racionalidade quanto a irracionalidade. Ao passo que as intelectuais agem sobremaneira na parte racional do homem, as éticas têm seu campo de atuação no controle das paixões e apetites, de tal maneira que sejam direcionadas para fins racionais. Diferentemente das paixões e faculdades, as virtudes são, portanto, *disposições de caráter*.

Em relação a tais disposições, ressaltamos que, para Aristóteles (343 a.C./1991), elas estão distantes de dois elementos, que são a ausência ou o apego

demasiado a um valor. Sendo assim, as virtudes estão no meio termo – a medida considerada justa. Em outras palavras, qualquer ação praticada em excesso ou a sua falta é considerada má, ainda que seja de coragem, generosidade, amizade, entre outras. O mesmo se vale em relação aos sentimentos: ira ou compaixão em demasia, por exemplo.

Observamos, portanto, a partir dos referenciais apresentados acerca da psicologia ético/moral e das virtudes o quão prejudicial se torna alicerçar a ética em um único princípio diretor, bem como considerar a justiça como a única virtude valorosa, apesar de Aristóteles (referência – *Ética a Nicômaco*) considerá-la a virtude das virtudes.

Como nos aponta La Taille (1998), é urgente que reconheçamos a existência de diversas virtudes morais, as quais podem ser *self-regarding* (coragem, por exemplo) ou *other-regarding* (como a justiça). Estas, segundo o citado pesquisador, foram relegadas como objetos de estudo possivelmente por influência dos referenciais piagetianos e kolhbergianos.

Flanagan (1991/1996), nesse sentido, também nos atenta para o fato de ser impossível uma pessoa se conduzir por apenas um princípio, ou seja, não há alguém, por exemplo, que seja justo, generoso, corajoso, bondoso e prudente o tempo todo.

Por tais motivos, então, além da moralidade piagetiana, pautamo-nos também no estudo das virtudes para realizar a análise sobre os valores presentes na personagem a “mulher do médico” da obra *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 1995).

Isto posto, antes de procedermos a tal análise, apresentamos breve biografia do referido escritor. Ela nos auxiliará a compreender as teses, a nosso ver, defendidas por ele, com esse romance.

4 BIOGRAFIA: UM COMUNISTA APAIXONADO POR PILAR

Apresentamos a biografia de Saramago não por meio do estabelecimento de uma cronologia, como usualmente é feito, informando apenas dados, como o ano de nascimento e de morte do autor, bem como os respectivos locais em que viveu, sua filiação, as principais ocupações, entre outros dados.

Escrevemos sobre a sua vida, a partir de uma apresentação histórica do contexto português, que vai desde antes de seu nascimento até sua morte. Ademais, passamos por aspectos que, a nosso ver, dão sustentação a sua produção literária. Estamos falando de 1) seu nascimento em uma família pobre e carente do saber acadêmico, semelhante à vida dos nordestinos exposta em *Morte e vida severina* (1956/2007), de João Cabral de Melo Neto (1920-1999); 2) a adoção da ideologia comunista e o seu ateísmo, sobretudo tendo nascido no país com o maior números de católicos apostólicos romanos; 3) a vida de jornalista e de profundo observador da realidade; 4) por fim, o amor por Pilar, sua segunda esposa e grande amor de sua vida, a quem dirigiu grande parte de suas dedicatórias, fato que nos levou a pensar que, provavelmente, ela o tenha inspirado a escrever alguns de seus ensaios, como o referente à cegueira branca (1995) e a falta de lucidez em tempos atuais (2004).

4.1 Antes de nascer

Como já escrevemos, tendo por parâmetro Candido (1965/2000), a posição do autor constitui um dos elementos-chave, juntamente ao contexto histórico e ao público receptor, da análise de uma obra literária. Em outros termos, é necessário que se compreendam os “atravessamentos” históricos e sociais que compõem a subjetividade do autor, elementos que – uma vez ressignificados ou reconstruídos por ele – tendem a refletir em suas narrativas.

Nesse sentido, optamos por iniciar os apontamentos da trajetória política, social, econômica de Portugal próximo ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), também conhecida como a Grande Guerra, que precede o nascimento do referido escritor, mas que oferece aspectos necessários para compreender o que se compõe posteriormente.

O grande nome de destaque com o qual iniciamos a presente contextualização é o de Sidónio Pais (1872-1918), republicano com diversas atuações políticas em Portugal, tendo exercido muitos cargos na estrutura do estado

português, tais como: deputado da Assembleia Nacional Constituinte (1910-1911), sendo um dos responsáveis pela elaboração da Constituição Portuguesa de 1911; Ministro do Fomento, equivalente ao atual Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Brasileiro; Ministro das Finanças; embaixador português na Alemanha de 1912 até 1916, quando este país declarou guerra à nação lusitana.

Por conta desse acontecimento, ele deixou a embaixada e retornou a Portugal, onde passou a fazer parte dos setores que se opunham à participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Por conseguinte, foi um enfático líder contestatário ao Partido Democrático, de ideologia esquerdista, representante governamental naquele momento. Por conta disso, de 5 a 8 de dezembro de 1917, presidiu um movimento de insurreição formado por uma Junta Militar Revolucionária. Com o apoio de grupos civis, o golpe de Estado se concretizou, com a vitória dos revoltosos. Bernardino Machado (1851-1944), então Presidente da República na época, foi destituído do cargo e forçado ao exílio. Assim, em dezembro de 1917, Sidónio toma posse como Presidente do Ministério (o equivalente ao cargo de Primeiro-Ministro, ou seja, de Chefe de Governo), acumulando as pastas de Ministro da Guerra e de Ministro dos Negócios Estrangeiros, equivalente ao Ministério das Relações Exteriores Brasileiro. Em ruptura com a Constituição de 1911, a qual contribuiu para a elaboração, assumiu as funções de Presidente da República até que fossem realizadas novas eleições.

Inicia-se, assim, o período denominado República Nova, marcado pela imposição de decretos ditatoriais que suspenderam importantes redações constitucionais. Em outras palavras, não foi, por exemplo, consultado o Congresso da República quanto aos novos decretos e Sidónio ocupou, simultaneamente, os cargos de Chefe de Estado e Chefe de Governo, eliminando os cargos de Ministros que compunham o governo em prol apenas da função de Secretários de Estado, sendo, com essas medidas, então, contrário à Constituição vigente. Vale ressaltar que a instituição dos novos decretos que contradiziam profundamente a Constituição de 1911 fê-los conhecidos como a Constituição de 1918.

Entre as medidas adotadas por Sidónio, encontrou-se a alteração da Lei de Separação entre as Igrejas e o Estado, decretada em 1911, pelo Regime Provisório Republicano, liderado por Teófilo Braga (1843-1924), e que tinha como principal defensor Afonso Costa (1831-1937), ministro da Justiça e dos Cultos do referido governo. A reforma se constituiu como modo de apaziguar as relações com a Igreja

Católica Apostólica Romana, que se encontrava em conflito com o sistema republicano desde a implantação da citada lei, fato que atraiu o apoio dos católicos ao regime. Ademais, foi estabelecido o sufrágio direto e universal para eleger o Presidente da República, destituindo a necessidade de legitimação do Congresso ao enredar por uma vertente plebiscitária; e a reformulação da distribuição de poder entre os órgãos de soberania do Estado, que, conforme já explanado, passaram a ser constituídos por Secretários de Estado, no lugar de Ministros.

Com tais medidas, apesar da reação dos republicanos históricos e da Maçonaria⁵, Sidónio recebeu apoio maciço dos referidos católicos, dos republicanos moderados e da população rural, a maior parte existente nesse período, por volta de 80%, de acordo com José Manuel Sobral (2009) *et al.*, mestre em estudos brasileiros(2009).

Desse modo, com o apoio dos referidos grupos, em abril de 1918, Sidónio foi eleito Presidente da República por sufrágio direto dos cidadãos eleitores, com 514.000 votos, quantidade sem precedentes históricos, que representava 57,0% do total de eleitores recenseados.

Em abril de 1918, porém, a força militar portuguesa da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) denominada Corpo Expedicionário Português (CEP), a qual foi enviada à França a fim de ganhar apoio de seus aliados e proteger seus territórios ultramarinos ameaçados pela Alemanha, foi derrotada na *Batalha de La Lys*. Ocorrida no vale da ribeira de cidade do mesmo nome, localizada na região de Flandres (Bélgica), foi considerada um dos maiores ataques a Portugal e provocou muitas oposições.

A partir de então, ocorreram diversas greves, contestações, bem como conspirações. Em punição, a 13 de outubro de 1918, Sidónio decretou Estado de

⁵ A maçonaria tem sua origem ligada às antigas corporações de mestres-pedreiros responsáveis pelas construções de igrejas e catedrais na Idade Média (476-1453). Tinham como objetivo a construção de um templo ideal e os conhecimentos de arquitetura, considerada a arte real, eram repassados somente a quem fosse considerado merecedor. Por isso, o caráter misterioso que sempre cercou a maçonaria, a despeito de eles não guardarem mais segredos sobre arquitetura. Com o passar do tempo, começaram a integrar essa corporação os chamados Maçons Aceitos, que eram basicamente pensadores e alquimistas da época. A partir de então, passa a se organizar uma sociedade que pretendia a construção do Templo de Salomão, local ideal para a prática das ciências. Assim, aos poucos, outros elementos começaram a preponderar, como o estudo de esoterismo e da alquimia, além de a maçonaria ter se voltado para fins filantrópicos. O Livro das Constituições Macônicas, aprovado em 1723, traz o viés de uma doutrina humanitária, aberta aos considerados homens bons e leais, de honra e honestidade, independente de sua religião, além da lealdade aos poderes públicos. (ALBUQUERQUE, 1970).

Sítio⁶, fato que o levou a recuperar provisoriamente o controle da situação, mas por pouco tempo.

Com uma ditadura cada vez mais pessoal, pautada em intimidação e repressão em larga escala contra qualquer forma de oposição, Sidónio foi alvo de várias contraposições, acabando por ser assassinado em 1918, por José Júlio da Costa (1893-1946), militante republicano e ex-sargento do exército.

Após sua morte, o país entrou em guerra civil. Em 19 de janeiro de 1919, a denominada Junta Militar do Norte, formada por defensores da monarquia, proclamou a volta desse regime de governo, tendo Paiva Couceiro (1861-1944) como regente. No entanto, apenas parte da população do Norte do Vouga e Viseu⁷ aderiu a esse regime, tendo sido “destruído” em fevereiro do mesmo ano, ou seja, menos de um mês depois de ter sido instaurado.

A defesa da República ficou uma vez mais nas mãos das camadas populares urbanas, enquadradas pelo exército. A maioria dos soldados reconhece-se mais facilmente nos oficiais com que embarcou para a Flandres, dos que nos oficiais monárquicos que Sidónio integrara ou reintegrara na segunda fase do seu consulado. As eleições realizaram-se a 11 de Maio, depois de adiadas 4 semanas, com os seguintes resultados para a Assembleia de Deputados: fraca mobilização eleitoral; 1 deputado Católico, 8 Socialistas, 13 independentes, 17 Unionistas, 38 Evolucionistas e 86 Democráticos. O Partido Democrático reconfirmou a sua maioria anterior a Sidónio: 53%. Deveria governar. Esta imagem de corte com o passado era intencional. O Partido que recuperou o controlo [sic] do Governo em 1919 ensaiou algumas modificações relativamente às formas de actuação que o haviam caracterizado entre 1913 e 1917. Evitou reeditar conflitos com a Igreja (numa carta apostólica de 29 de Junho, Bento XV ofereceria o reconhecimento da República portuguesa pelo Vaticano) e actuou com prudência na questão dos saneamentos da Administração. Contemporizou com a eleição de António José de Almeida para a Presidência da República e com uma revisão constitucional que atribuía ao Presidente a faculdade da dissolução parlamentar. (SERRA, 1997, p. 24)

A Grande Guerra [Primeira Guerra Mundial] (1914-1918) fortaleceu a crise do modelo liberal em voga e passou-se a advogar em favor de um nacionalismo autoritário, marcado pela intervenção econômica.

⁶ Constitui o meio por qual o Chefe de Estado suspende temporariamente os direitos da população, bem como submete os poderes legislativo e judiciário ao executivo, com o argumento da restauração da ordem pública.

⁷ Segundo Vasconcellos (1982), havia a predominância da religião católica ao Norte e Centro, em detrimento do Sul. Esse contraste é atribuído ao fato de os sulistas terem contato com o islão. Como sabemos, o regime monárquico e a Igreja Católica Apostólica Romana sempre atuaram em conjunto. Assim, podemos pensar sobre o fato de o Norte ter defendido o regresso do regime monárquico, enquanto pelo Sul essa proposta foi refutada.

No plano político, o regime republicano conseguiu impedir a reintegração do poder pelos monárquicos. Porém, o parlamentarismo vigente na República era visto com desconfiança. Entre os argumentos estava o de que esse sistema tinha como finalidade possibilitar a hegemonia de um partido no poder – no caso, o Democrático –, e não a garantia de um autêntico regime democrático. Além da hesitação dos partidos da República e das elites políticas republicanas, o receio também adveio dos camponeses e operários, que não tinham sido incluídos no sistema eleitoral, bem como da classe média em sua cada vez mais recorrente abstenção de voto, uma vez que se viu prejudicada economicamente com a instauração do citado regime.

Mas a Guerra também fez os ex-combatentes e perturbou as relações cívico-militares. Na Europa, as dificuldades de absorção dos militares regressados da frente gerou novas dissidências sociais. Em Portugal, o militantismo dos soldados ex-combatentes é pouco expressivo, comparativamente com o de outros países, como a França ou a Itália. Mas a Guerra proporcionou um crescente intervencionismo militar na política e o pós-Guerra não inflectiu esse curso em sentido inverso. Os golpes militares – nas suas diversas modalidades – sempre efectuados em nome de um paradigma de ordem e de segurança, anunciavam invariavelmente ser seu objectivo resolver uma crise que os partidos não se mostravam capazes de por si resolver. Em 1919 tomaram posse 4 novos Governos, em 1920, 7, em 1921, 6, em 1922, 2, em 1923, 2, em 1924, 3, em 1925, 4. Independentemente do significado, [...] que houver a atribuir à queda dos Governos em geral e dos motivos de cada uma em particular, a evolução da cadência aí está como indicador. (SERRA, 1997, p. 26)

Em decorrência, passam a emergir várias e divergentes organizações ideológicas. Entre elas, no campo monárquico, a mais influente no decorrer da Primeira República foi o Integralismo Lusitano, que se tornara um movimento político ainda em 1916. Viam-se suas características contrarrevolucionárias, nacionalistas e antiliberais, defensoras da monarquia tradicional e do corporativismo presentes nas manifestações e nas organizações políticas de cunho direitista em meios estudantis, militares e patronais. Além disso, os integralistas não se importavam em mostrar a reverência com que admiravam o sistema ditatorial de Primo de Rivera (1870-1930), na Espanha, e de Benito Mussolini (1883-1945), na Itália.

Outra organização influente, embora, segundo o professor universitário e pesquisador João B. Serra (1949-), os estudos a seu respeito sejam insuficientes, foi a denominada *Cruzada Nun'Alvares*, datada de 1918. Configurada por monárquicos, sidonistas, católicos, entre outros grupos, seu objetivo era o de unir as direitas não

republicanas. Seus integrantes, a partir de 1923, também tinham como paradigma de governo ideal o regime ditatorial de Mussolini (SERRA, 1997).

Embora o fascismo italiano tenha influenciado em grande medida as direitas portuguesas, apenas uma organização expressamente fascista foi criada: o Nacionalismo Lusitano, a ponto de o seu órgão de imprensa chamar-se *A ditadura – periódico do fascismo português* (1923). Entretanto, a referida organização teve curta duração, desfazendo-se oficialmente em 1924. Segundo Serra (1997), na origem do Nacionalismo Lusitano encontravam-se basicamente aspectos sidonistas, evidenciando a influência da ditadura de Sidónio na cultura política dos defensores de ideologias de direita no período da Primeira República (1910-1926).

É nesse contexto econômico, político e social que nasce Saramago.

4.2 Primeira infância

Segundo sua autobiografia, o citado autor nasceu em uma família de camponeses sem propriedades na aldeia de Azinhaga, que se localiza no concelho de Golegã, na província do Ribatejo, à margem direita do rio Almonda, por volta de 100 quilômetros a nordeste de Lisboa. Azinhaga é extremamente fértil devido ao seu curso ao longo do rio Almonda, o que caracteriza sua importância na região. Assim, com o decorrer do tempo, grande parte de suas terras foram doadas a diversas ordens e à nobreza, o que levou ao desenvolvimento de importantes quintas, propriedades rurais geralmente com casa de habitação. Então, vê-se desenvolver uma sociedade marcada pelos proprietários e pelos assalariados. Dessa forma, era evidente o paradoxo: terra e proprietários ricos, de um lado, e povo faminto e pobre de outro.

Filho de José de Souza e Maria da Piedade, era para ter o nome homônimo ao de seu pai, caso não se houvesse acrescido “Saramago” por livre e espontânea iniciativa do funcionário do Cartório de Registro Civil. Cabe dizer que tal termo denomina uma planta herbácea cujas folhas serviam de alimento às famílias pobres. Era destinado como alcunha à sua família, provavelmente por ser um alimento que compunha com frequência suas refeições e das demais pessoas pobres.

Saramago, ao tecer considerações sobre o seu nascimento, afirma que, embora houvesse nascido em 16 de outubro de 1922, em seu registro consta o dia

18, artimanha para que a sua família não arcasse com o pagamento de uma multa por ausência de declaração de nascimento no prazo instituído legalmente.

Era filho de pais analfabetos do saber acadêmico, como era comum em países que falavam a língua portuguesa⁸.

Além dessa condição, sua família tinha péssimas condições econômicas. Basicamente, eles trabalhavam no campo e poucos recursos pecuniários tinham para oferecer uma vida minimamente “decente”, segundo os padrões recomendados por organismos, como o Banco Mundial que estabelece uma renda mínima de 1 (um) dólar por dia.

Em 1924, provavelmente por tais condições inóspitas e exploradoras, seu pai decidiu deixar a aldeia em que viviam e fixou-se com a família em Lisboa, decisão que Saramago atribui ao fato de seu progenitor ter participado como soldado de artilharia da Primeira Guerra Mundial, o que o levou a conhecer outros modos de vida. Esse fato talvez tenha influenciado o gosto de Saramago pelo conhecimento de outras culturas.

Na capital, José de Souza passou a exercer a função de polícia de segurança pública, que, nas palavras do autor em questão, era um cargo para o qual “não se exigiam mais “habilitações literárias” que ler, escrever e contar”. Nesse mesmo ano, morre seu irmão Francisco, aos 4 anos de idade, dois a mais que o autor, o que provavelmente causou grande impacto em sua vida, sobretudo em ter tido apenas uma filha.

Embora houvesse uma melhora na situação familiar, a questão econômica ainda era de grande pesar. Apenas aos 13 ou 14 anos, Saramago conheceu a configuração de um lar composto somente pelos seus consanguíneos, já que, anterior a isso, sempre havia dividido o espaço com outras famílias. Segundo o citado escritor, durante esse período e até à maioridade, passava longas temporadas na aldeia com seus avós maternos, Jerónimo Melrinho e Josefa Caixinha. Esse aspecto deve o ter influenciado, em alguma medida, para não se referir aos ascendentes de seus personagens.

⁸ Fazemos tal afirmação porque, segundo Ferraro e Kreidlow (2004), mais de 71,2% da população brasileira, na década de 1920 – cuja quase totalidade da população era católica – era analfabeta, diferentemente de países protestantes, como os EUA.

Aluno notável na escola primária, transitou para o liceu, em 1932, onde permaneceu por dois anos apenas, já que seus pais não tinham condições de mantê-lo.

Quanto ao contexto que o cercava, entre os anos de 1924 e 1925, de acordo com Serra:

O fracasso das diversas tentativas de introduzir mecanismos de autorregulação, a audiência das direitas não republicanas e a inexistência de movimento de massas de tipo fascista colocou a intervenção do Exército na ordem do dia. O intervencionismo militar na política é, aliás, outro elemento caracterizador da crise. Esse intervencionismo assume diversas modalidades, desde a simples pressão no sentido de influenciar ou modificar políticas até ao uso da violência para substituir governantes. Os investigadores têm posto em destaque a este propósito, o protagonismo militar da actividade política em Portugal que se acentua com e depois da Guerra. O número de militares que chefiaram Governos entre 1919 e 1926 aumentou consideravelmente em relação ao período anterior a Sidónio. O mesmo se poderá dizer de outros cargos políticos, como deputados, ministros e governadores civis. (SERRA, 1997, p. 32)

Dessa forma, em abril de 1925, ocorreu um movimento militar consideravelmente impactante, ainda conforme o citado autor, e, em julho do mesmo ano, ocorreu uma revolta na Marinha, que teve como protagonista o capitão de fragata Mendes Cabeçadas (1883-1965). Em 1926, juntas militares regionais são erigidas, e a adesão ao referido movimento foi tão intensa que encobriu as ações populares de tentativas de se manter a República, outrora tão eficazes.

Em maio do mesmo ano (1926), alguns segmentos das Forças Armadas, utilizando-se de violência, saíram em protesto contra a hegemonia partidária, a ineficácia do parlamento, as agitações populares e a crise das instituições. Os integrantes desse movimento impunham a demissão do Presidente da República, passando um militar ao cargo de Chefe do Estado, com a manutenção da ruptura das funções entre este e o Chefe de Governo.

Assim, a divisão do poder culminou com a separação de diversos grupos coligados, como os dos republicanos conservadores, liderados um por Cabeçadas e outro por Manuel Gomes da Costa (1863-1929), gerando benefício ao militar Antônio Carmona (1869-1951), que, por meio da ação de métodos autoritários sidonistas já explanados, tornou-se Presidente da República.

Com a derrota da Junta Militar de Lisboa, constituída pelos moderados e chefiada por Cabeçadas, pelas tropas que saíram da cidade de Braga, comandadas

por Gomes da Costa, e, posteriormente, com a queda deste, abriu-se caminho para os apoiadores da ditadura. A Gomes da Costa, sucedeu Carmona na chefia do Governo. Apesar do levante do Partido Democrático, de movimentos militares e civis e de unidades militares, as forças vinculadas ao Governo, sendo superiores, acabaram por vencer. Então, Carmona, ao assumir a Presidência, propôs a separação entre Chefia de Estado e de Governo, consolidando sua posição política de chefe do sistema ditatorial por meio das eleições presidenciais, convocadas por ele próprio, em março de 1928, para as quais não houve outro candidato.

Nesse contexto, começou a ascender uma conhecida personalidade da política portuguesa na época: António de Salazar (1889-1970), político conservador, responsável pela concretização do regime autoritário intitulado *Estado Novo* (1933-1974).

4.3 Adolescência

Seus pais não tinham condições de mantê-lo no liceu e a solução apresentada foi seu ingresso, em 1935, numa escola de ensino profissional – a Escola Industrial de Afonso Domingues. Neste instituto, durante cinco anos, aprendeu as operações de um serralheiro mecânico; aspecto que provavelmente o influenciou a aderir à ideologia comunista.

Apesar de o currículo institucional ser voltado para uma formação técnica, eram oferecidas, também, as disciplinas de Língua Francesa e de Literatura.

Outro dado refere-se a sua relação com os livros. Embora tenha sido presenteado por sua mãe com o primeiro livro que leu (*A Toutinegra do Moinho*, de Émile de Richebourg), atribui aos livros escolares a função de disparadores de sua fruição literária. Informamos que em sua autobiografia ele declarou que livro seu, comprado por si mesmo, embora com um empréstimo concedido por um amigo, ocorreu somente aos 19 anos. A nosso ver, essa afirmação já demonstra a importância dada pelo autor à sua necessidade de ser autônomo.

Ao findar o curso, atuou por volta de dois anos como serralheiro mecânico numa oficina reparatória de automóveis. Nesse mesmo período, começara a frequentar a biblioteca pública de Lisboa, momento em que, como autodidata, desenvolveu e aprimorou seu gosto pela leitura.

Voltados para o contexto desse momento da vida de Saramago, temos Salazar, inicialmente (1928) nomeado Ministro das Finanças no governo de Carmona, em que opera sua política de contenção de gastos públicos, declinando os investimentos em setores de base (saúde e educação) e aumentando os impostos.

Com essas medidas, a economia de Portugal se estabilizou, o que deu credibilidade, inclusive popular, a Salazar. Em 1932, assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, aprovando uma nova Constituição em 1933, a qual lhe concedeu plenos direitos como Chefe de Governo, e, por outro lado, concedeu o direito de voto às mulheres e benefícios ao operariado. Durante a década de 1940, esse político posicionou-se de forma neutra em relação à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), além de ter estabelecido acordos com a Igreja Católica a fim de se obter seu apoio político. Ademais, em 1949, o referido regime se aliou aos Estados Unidos da América e passou a compor a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), reafirmando suas raízes anticomunistas.

Evidencia-se que esses acontecimentos certamente acabaram por influenciar o posicionamento ideológico de Saramago. Afinal, como filho de camponeses, que praticamente foram expulsos de sua terra, por ter vivido em condições de miséria, e tendo trabalhado como serralheiro – e portanto, tendo a sua força de trabalho explorada – fê-lo pensar em uma sociedade menos injusta. Neste caso, só lhe restava aderir à ideologia comunista.

4.4 Adultícia

Casou-se, pela primeira vez, em 1944, aos 22 anos, com Ilda Reis, artista plástica portuguesa separando-se em 1970. Esta faleceu em 1998. Nessa ocasião (1944), ele era empregado administrativo de um organismo de Segurança Social. Em 1947, isto é, três anos depois de contraído o matrimônio, nasceu sua única filha, Violante, ainda viva, bióloga e professora, além de atuante política, exercendo o cargo de deputada da Assembleia Legislativa da Madeira (1996-2000) e de vereadora na Câmara Municipal do Funchal (1997-2001).

Devido a questões políticas, encontrou-se desempregado em 1949, época em que foi auxiliado por um antigo professor da escola técnica. Este o indicou para uma ocupação na Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Previdente. Nesse ofício, desempenhou as funções de calculador de subsídios e de pensões.

Posteriormente, no final da década de 1950, iniciou seus trabalhos em uma editora, o que lhe possibilitou conhecer e relacionar-se com importantes escritores portugueses da época. A fim de contribuir ainda mais no orçamento familiar, passou a exercer a atividade de tradutor nos tempos livres, atividade que desenvolveu até 1981, tendo entre suas muitas traduções obras de autores renomados, como Charles Baudelaire (1821-1867), Leon Tolstoi (1828-1910) e Raymond Bayer (1898-1960).

No campo amoroso, divorciou-se de sua primeira cônjuge em 1970 para viver com Isabel de Nóbrega (1925-), escritora portuguesa com quem se relacionou até 1986.

Abandonou seu trabalho editorial no final de 1971, passando a trabalhar como coordenador do caderno de cultura e como editorialista durante os dois anos subsequentes (1972 e 1973) no *Diário de Lisboa* – jornal diário vespertino na época. Em abril de 1975, iniciou seu ofício como diretor-adjunto do *Diário de Notícias*. Aqui é importante ressaltar que, nesse período, o país vivia um momento de indefinição político-militar e pôde se observar uma hegemônica afeição de diversos setores ao Partido Comunista Português (PCP). Assim, o referido periódico, antes dirigido por membros próximos ao Partido Socialista (PS), passou a ter em sua direção membros filiados ao Partido Comunista Português (PCP), entre eles, Saramago. A intenção, segundo Zita Seabra (1949-), militante do partido na época, era o controle dos órgãos de comunicação a fim de se concretizar a revolução comunista pretendida pelo PCP.

Em novembro de 1975, foi decretado estado de sítio por Costa Gomes, então Presidente da República, na área compreendida pela Região Militar de Lisboa, e os jornais estatais foram proibidos de publicar. Destarte, Saramago foi demitido pelo que denominou golpe político-militar, que discordava da orientação político-ideológica do periódico em questão, a qual se voltava à denúncia de processos e personagens corruptos, e, por isso, fora acusado de produzir informações tendenciosas, deturpadas e monolíticas. Assim, sem emprego novamente, e ciente das circunstâncias políticas que o cercavam, decidiu dedicar-se inteiramente à literatura. Então, em 1977, se fixou por algum tempo em Lavre, povoação rural do Alentejo, fato que lhe possibilitou conviver, observar, estudar e registrar acontecimentos que, segundo ele, deram origem ao romance *Levantando do chão* (SARAMAGO, 1980).

Ademais, na década de 1980, conhece seu grande amor, conforme suas próprias palavras, a jornalista espanhola Pilar del Río (1950-), com 36 anos, com quem se casa em 1988. Com ela, se autoexilou em Lanzarote, uma pequena ilha vulcânica na Espanha, em 1993, depois de ter uma de suas obras vetadas pelo governo, *O evangelho segundo Jesus Cristo* (SARAMAGO, 1991).

Além do que já foi exposto sobre o contexto político que o cercava em sua vida adulta, a década de 1960 foi marcada pelo enrijecimento do colonialismo, que implicou guerra, principalmente contra Angola, Timor-Leste e Moçambique, regiões que lutavam por sua independência de Portugal. Em decorrência, houve conturbações econômicas e sociais, que se intensificaram ainda mais com o afastamento de Salazar, em 1968, por motivo de saúde. A substituição se deu por Marcello Caetano (1906-1980), que viu perecer o Estado Novo em 1974, como explicaremos adiante.

Em suma, esse regime, tendo como fundamento o integralismo lusitano, bem como o fascismo italiano, caracterizou-se por seu caráter fascista, autocrata, corporativista, antidemocrático, anticomunista e antiparlamentarista, sendo que em 41 anos de existência, 35 foram liderados por Salazar.

Embora se contasse com a existência de um Parlamento e uma Assembleia Nacional, o Presidente do Conselho de Ministros centralizava os poderes executivo e legislativo. Ademais, havia uma forte aproximação entre esse novo regime e a Igreja Católica, além de desdobramentos para se manter as colônias portuguesas do Ultramar.

Em relação às representações políticas, ocorreu nesse período ditatorial (1925-1976), além do enfraquecimento da Assembleia Nacional, o de sindicatos profissionais, sendo atribuída ao Estado a responsabilidade de mediação entre trabalhadores e seus patrões; a cassação de legendas partidárias a fim de se instaurar um modelo unipartidário (União Nacional).

Quanto às punições aplicadas aos que confrontassem o sistema do Estado Novo, eram realizadas pelas ações dos aparelhos repressivos do Estado, dentre eles, a Polícia Política (PIDE), que efetuou prisões de adversários políticos em colônias penais e espaços de deportação. Havia também as organizações paramilitares, como a Legião Portuguesa, que agiam de forma extremamente violenta. A censura e a repressão eram operacionalizadas frequentemente, além de

se tentar manipulações por meio de propaganda política do Estado Novo, que enfatizava o culto ao seu líder.

No percurso histórico, em 1974, com Marcello Caetano no poder, ocorreu o levantamento militar, conhecido como *Revolução dos Cravos*, que destituiu o regime ditatorial vigente desde 1926. Liderada por oficiais militares, em especial por capitães que compuseram a guerra colonial, foi comemorada com grande entusiasmo por diversos setores sociais.

As reuniões clandestinas que decidiriam a trajetória do golpe já estavam se realizando desde 1973. Assim, na noite de 25 de abril de 1974, como acordado, *E depois do adeus*, canção de Paulo de Carvalho⁹, é transmitida por meio audiofônico (rádio), o primeiro sinal da revolução. A canção *Grândola, Vila Morena*, de José Afonso¹⁰, foi o sinal seguinte, marcando o início do processo revolucionário.

No norte, o Movimento das Forças Armadas toma o Quartel General [sic] da Região Militar do Porto, O aeroporto de Pedras Rubras e a Rádio Televisão Portuguesa e a Rádio Continental no Porto. O regime ordenou a forças sedeadas em Braga para avançarem sobre O Porto, mas estas já tinham aderido ao golpe. À Escola Prática de Cavalaria, que partiu de Santarém, coube o papel mais importante: a ocupação do Terreiro do Paço. As forças da Escola eram comandadas pelo então capitão Salgueiro Maia e ocuparam o Terreiro às primeiras horas da manhã. Salgueiro Maia moveu, mais tarde, parte das suas forças para o Quartel do Carmo, onde se encontrava o Chefe do Governo, Marcelo Caetano, que ao final do dia se rendeu, fazendo, contudo, a exigência de entregar o poder ao General António Spínola, para que o “poder não caísse na rua”. (PENAS, FISTEOS E RIO, 2007, p. 25)

Assim, os militares depuseram Marcelo Caetano, que fugiu para o Brasil. A população, efusiva com a situação, saiu às ruas para comemorar e distribuiu cravos aos soldados revolucionários como maneira de agradecê-los.

⁹ Quis saber quem sou/ O que faço aqui/ Quem me abandonou/ De quem me esqueci/ Perguntei por mim/ Quis saber de nós/ Mas o mar/ Não me traz/ Tua voz/ Em silêncio, amor/ Em tristeza e fim/ Eu te sinto, em flor/ Eu te sofro, em mim/ Eu te lembro, assim/ Partir é morrer/ Como amar/ É ganhar/ E perder/ Tu vieste em flor/ Eu te desfolhei/ Tu te deste em amor/ Eu nada te dei/ Em teu corpo, amor/ Eu adormeci/ Morri nele/ E ao morrer/ Renasci/ E depois do amor/ E depois de nós/ O dizer adeus/ O ficarmos sós/ Teu lugar a mais/ Tua ausência em mim/ Tua paz/ Que perdi/ Minha dor/ Que aprendi/ De novo vieste em flor/ Te desfolhei/ E depois do amor/ E depois de nós/ O adeus/ O ficarmos sós.

¹⁰ Grândola, vila morena/ Terra da fraternidade/ O povo é quem mais ordena/ Dentro de ti, ó cidade/ Dentro de ti, ó cidade/ O povo é quem mais ordena/ Terra da fraternidade/ Grândola, vila morena/ Em cada esquina, um amigo/ Em cada rosto, igualdade/ Grândola, vila morena/ Terra da fraternidade/ Terra da fraternidade/ Grândola, vila morena/ Em cada rosto, igualdade/ O povo é quem mais ordena/ À sombra duma azinheira/ Que já não sabia a idade/ Jurei ter por companheira/ Grândola, a tua vontade/ Grândola a tua vontade/ Jurei ter por companheira/ À sombra duma azinheira/ Que já não sabia a idade.

Após uma tentativa de golpe por António de Spínola (1910-1996), que levou a sua deposição, formou-se o *I Governo Transitório* (abril a julho de 1974), liderado pela Junta de Salvação Nacional, integrada por militares. O intento do Movimento das Forças Armadas resumia-se, basicamente, em “democratizar, descolonizar e desenvolver” Portugal. Assim, medidas consideradas prioritárias foram tomadas, como a extinção da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), polícia política responsável por reprimir qualquer ideologia contrária ao regime e da censura, bem como o direito à autonomia sindical e legitimação dos partidos políticos. Posteriormente, os presos políticos foram libertos, e os militantes que se encontravam em exílio puderam retornar.

Portugal, então, passou por dois agitados anos (1974-75), período denominado *Processo Revolucionário em Curso*, em que se sucederam mais cinco governos provisórios, caracterizado pela luta travada entre esquerda e direita, bem como pela libertação das colônias. Em 25 de abril de 1975, ocorreram as primeiras eleições livres, as quais deram a vitória ao Partido Socialista.

O modelo político democrático que começou a se desenvolver a partir da referida revolução levou a implicações em diversas áreas sociais, já que houve pressão social para que a democratização atingisse todos os aspectos, além do político. O cenário português começou a se modificar efetivamente. Ocorreu o aumento populacional (exilados, prisioneiros e residentes das colônias portuguesas na África retornaram ou passaram a viver em Portugal); a maior participação feminina nos âmbitos públicos; a liberdade de expressão; o processo participativo das massas em decisões antes restritas ao governo; entre outros. Porém, se nos dirigirmos a um período referente às duas últimas décadas do século XX,

[...] tem-se assistido a um declínio muito marcado da participação social e cívica, designadamente nos clubes e associações locais de bairro, incluindo agremiações culturais, de entre-ajuda e desportivas, assim como no associativismo profissional. A nova cultura de massas, o crescimento dos aglomerados suburbanos, a separação do trabalho e da residência, a expansão da televisão e outros factores terão em grande parte destruído um velho tecido associativo. [...] assistiu-se a dois processos aparentemente contraditórios. Um aumento da participação e das respectivas instituições e associações nas actividades e nos sectores relacionados com a vida política, a defesa de interesses profissionais e económicos, o sindicalismo e o associativismo patronal. E uma diminuição visível das formas de participação social e cultural, de carácter voluntário, repousando em tradições locais. [...] A “cultura de massas” arrefeceu o ânimo associativo de muitas pessoas. (BARRETO, 2002, p. 26-27)

Em novembro de 1975, o fracasso de uma tentativa de golpe por oficiais de extrema esquerda liquida o período revolucionário, fase em que o *Diário de Notícias* é fechado e Saramago demitido, como já exposto.

Em suma, da metade do século XX até por volta do final dos anos de 1960, Portugal era conhecido por constituir o mais antigo império colonial ultramarino, a mais duradoura ditadura moderna; o país com as mais elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil; o menor PIB; a majoritária população agrícola; a ineficácia dos sistemas de segurança social; a derradeira “revolução socialista” na Europa, que, na verdade, se concretizou como uma revolução democrática.

A sociedade portuguesa, entretanto, sofreu mudanças em rapidez descomunal, com a conquista da independência das colônias, a revolução política e a instauração de um regime democrático. Ademais, “a abertura ao exterior (comércio livre, emigração, turismo e integração europeia) esteve na origem das mais importantes transformações, incluindo o crescimento económico [sic] dos anos sessenta”. (BARRETO, 2002, p. 28)

Por outra via, essa dinâmica de transformações, somada à posição periférica do país e à escassez de recursos, foi responsável por desequilíbrios nos campos da produção, dos sistemas de proteção do capital humano e social.

4.5 Vida de escritor

No ano de 1947, publicou sua primeira obra, o romance intitulado *A viúva*, lançado como *Terra do Pecado* devido a interesses comerciais da editora. Escreveu também *Claraboia*, e iniciou outro romance que não o desenvolveu, o qual atribuiu o título *O mel e o fel* ou *Luís, o filho de Tadeu*. A desistência deu-se por Saramago supor que não havia nada a contribuir com essa narrativa. Permaneceu até 1966 sem exercer seu ofício de escritor, realizando atividades na Companhia Previdente e na Editora Estúdios Cor, conforme já apontamos. Mesmo assim, foi nesse ano em que publicou *Os poemas possíveis* (1966).

Entre maio de 1967 e novembro de 1968, exerceu função de crítico literário, porém, a publicação de *Os poemas possíveis* (1966), como já mencionado, fê-lo voltar a dedicar-se ao ramo literário. Em 1970, publicou mais uma coletânea de poemas *Provavelmente alegria* (1970). Em 1971 e 1973, *Deste mundo e do outro* (1971) e *A bagagem do viajante* (1973), respectivamente, coletânea de crônicas,

consideradas, pela crítica, fundamentais para o entendimento de seu trabalho posterior.

Essa afirmação é feita, pois, segundo Miné (1994), as coletâneas de crônicas trazem características das obras posteriores, sendo elas a perspectiva de um caminho trilhado em busca de descobertas e possibilidades de experiência e aprendizagem do autor (*A bagagem do viajante*, 1973). Ademais, demonstraram um escritor sempre atento a tudo que lhe é desconhecido, além de apontar sua relação com a cidade, sentindo suas asperezas e calmarias (*Deste lado e do outro*, 1971). Em *As opiniões que o DL teve* (1974), Saramago apresentou o contexto dos últimos tempos de ditadura que seria destituída em abril daquele ano, conforme apontamos, com a *Revolução dos cravos*.

Sequentemente, destacam-se duas publicações: *O ano de 1933* (1975), um longo poema, e *Apontamentos* (1975), recompilação de crônicas publicadas no *Diário de Notícias*. Publicou *Levantando do chão* (1980), o qual é influenciado estilisticamente (flexibilidade em relação à pontuação) pelo seu modo de vida, e o qual é trazido em uma reportagem:

Meu estilo começou em 1979, quando eu estava escrevendo *Levantando do Chão*. O mundo que eu descrevia era o Portugal rural, durante os primeiros dois terços do século passado – um mundo no qual a cultura de contar histórias predominava, e eram passadas de geração a geração, sem que se usasse a palavra escrita. (SARAMAGO apud MAIA, 2010, itálicos da reportagem)

Anterior a isso, em 1978, publicou uma coletânea de contos, *Objecto quase* (1978). Em 1979, *A noite* (1979) e *Que farei com este livro?* (1980), duas peças teatrais. Os anos 1980, porém, foram marcados pela publicação de romances, exceto a de mais uma peça teatral: *A segunda vida de Francisco de Assis* (1987). Entre as narrativas da referida década, encontram-se: *Memorial do Convento* (1982), *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), *A Jangada de Pedra* (1986), *História do Cerco de Lisboa* (1989).

Em 1991, o governo português vetou a apresentação do romance *O evangelho segundo Jesus Cristo* (1991) ao Prêmio Literário Europeu sob o argumento de que o conteúdo era ultrajante aos católicos. Isso levou Saramago e Pilar, como já dissemos, em 1993, a se mudarem para a Ilha de Lanzarote, no

arquipélago de Canárias. Foi nesta localidade que ele produziu suas últimas e mais recentes obras.

Dessa forma, neste mesmo ano, é publicada a peça *In Nomine Dei* (1993), além de se iniciar a escrita dos *Cadernos de Lanzarote* (1994), publicados em cinco volumes. Em 1995, publicou o objeto de nossa pesquisa, a obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), ano em que lhe foi atribuído o Prêmio Camões; em 1997, *Todos os nomes* e *O conto da ilha desconhecida*. Em 1998 é agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura pelo romance *Ensaio sobre a cegueira* (1995). Conforme suas palavras,

Em consequência da atribuição do Prémio Nobel, a minha actividade pública viu-se incrementada. Viajei pelos cinco continentes, oferecendo conferências, recebendo graus académicos, participando em reuniões e congressos, tanto de carácter literário como social e político, mas, sobretudo, participei em acções reivindicativas da dignificação dos seres humanos e do cumprimento da Declaração dos Direitos Humanos pela consecução de uma sociedade mais justa, onde a pessoa seja prioridade absoluta, e não o comércio ou as lutas por um poder hegemônico, sempre destrutivas. (SARAMAGO, s.d.)

Seguem-se, na sequência, as demais produções desse, a nosso ver, belíssimo escritor: *Folhas Políticas* (1999), *A Caverna* (2000), *A Maior Flor do Mundo* (2001), *O Homem Duplicado* (2002), *Ensaio sobre a Lucidez* (2004), *Don Giovanni ou o Dissoluto Absolvido* (2005), *As Intermittências da Morte* (2005), *As Pequenas Memórias* (2006) e *A Viagem do Elefante* (2008).

Apesar de não constar em sua biografia, em 2009 publicou *Caim* (2009), *O caderno* (2009) e *O caderno II* (2009). Por fim, postumamente, publicou-se *Claraboia* (finalizado em 1953 e publicado em 2011) e *Alabardas, alabardas, espingardas, espingardas* (2014), romance iniciado em 2010 que não foi concluído.

Em 2007 foi criada uma Fundação com o seu nome, com sede em Lisboa, que objetiva

[...] a defesa e a divulgação da literatura contemporânea, a defesa e a exigência de cumprimento da carta dos direitos humanos, além da atenção que devemos, como cidadãos responsáveis, ao cuidado do meio ambiente. (SARAMAGO, s.d.)

Em síntese, a despeito de ter sido um escritor tardio, passou a ser reconhecido (embora ainda haja controvérsias) pelos seus conterrâneos apenas

após a conquista do prêmio Nobel e a película cinematográfica *Ensaio sobre a cegueira*, dirigida e adaptada pelo cineasta brasileiro Fernando Meirelles (1955-), diretor de *Cidade de Deus* (2002) e do *O Jardineiro Fiel* (2005), o qual o fez chorar, pois julgava que os cineastas seriam incapazes de adaptar suas obras para o cinema, mantendo toda a intensidade e a sua intenção.

Podemos dizer que – ao menos em relação aos seus ensaios – ele procurava, tendo Portugal como pano de fundo, dissertar sobre os reflexos do capitalismo pós-industrial no campo das relações intra e interpessoais, revelando as mazelas e os benefícios de uma sociedade moderna (ou para alguns, *pós* ou *neomoderna*). Dessa forma, Saramago parece-nos que pretendeu denunciar a realidade, bem como oferecer caminhos para a superação do *status quo*.

4.6 Sua morte

Ele faleceu em 2010, aos 87 anos, em plena atividade, deixando por meio de suas produções, a nosso ver, grande contribuição para o entendimento das características típicas da modernidade, sobretudo dos seus efeitos sobre a subjetividade. Em outros termos, consideramos que ele foi um profundo conhecedor da alma humana em *tempos de insuficiência* ou *mal estar da cultura*.

5 RESULTADOS E ANÁLISE

5.1 A mulher que não foi tomada pela cegueira branca

Apresentamos análise sobre trechos em que Saramago (1995) faz considerações sobre a mulher do médico, que, conforme já informamos, foi a única personagem não tomada pela cegueira branca.

Cabe dizer que o objetivo principal do presente estudo é o de analisar os aspectos ético/morais encontrados na obra *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 1995), sobretudo em relação à mulher do médico, a única personagem não tomada pela cegueira branca. Contudo, eventualmente, faremos considerações sobre outros personagens e contextos em relação aos aspectos éticos/morais. Procedemos dessa forma, pois algumas delas são, a nosso ver, necessárias para se compreender as condutas e as decisões apresentadas pela referida mulher, além de nos possibilitar uma comparação entre os valores éticos/morais priorizados por ela, que não cegou, e pelos outros personagens, todos tomados pela cegueira branca.

5.2 Referências à mulher do médico

A primeira referência feita à “mulher do médico” no romance ocorre quando o médico oftalmologista que atendeu ao primeiro caso de cegueira branca chega à residência e, depois de realizar a refeição noturna, entabula conversa com a sua esposa acerca do ocorrido que estava a intrigá-lo.

[...] Apareceu-me no consultório um estranho caso, poderia tratar-se de uma variante da cegueira psíquica ou da amaurose¹¹, mas não consta que tal coisa se tivesse verificado alguma vez. Que doenças são essas, a amaurose e a outra, perguntou a mulher. O médico deu uma explicação acessível a um entendimento normal, que satisfaz a curiosidade dela, depois foi buscar à estante os livros da especialidade [...]. (SARAMAGO, 1995, p. 29)

Assim, passou parte da noite em meio a pesquisas que o pudessem levar a algum diagnóstico. Quando já se convencera de que seria em vão continuar procurando, o médico começou a guardar os livros. Nesse momento, acabou sendo tomado por essa nova modalidade de cegueira – a branca:

¹¹ “Ausência completa, transitória ou definitiva de percepção de luz, devida a uma afecção do nervo óptico ou dos centros nervosos, mas sem lesão do próprio olho” (GRANDE Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa, 1999, p. 48).

Com a consciência claríssima de se encontrar metido num beco onde aparentemente não havia saída, o médico abanou a cabeça com desalento e olhou em redor. A mulher já se tinha retirado, lembrava-se vagamente de que ela se aproximara um momento e lhe dera um beijo no cabelo, Vou-me deitar, devia ter dito, a casa estava agora silenciosa, em cima da mesa os livros espalhados, Que será isto, pensou, e de súbito sentiu medo, como se ele próprio fosse cegar no instante seguinte e já o soubesse. Susteve a respiração e esperou. Nada sucedeu. Sucedeu um minuto depois, quando juntava os livros para os arrumar na estante. Primeiro percebeu que tinha deixado de ver as mãos, depois soube que estava cego. (SARAMAGO, 1995, p. 30)

É interessante observar que o médico foi tomado pela cegueira branca justamente quando estava a pesquisar, a conhecer. A esse respeito, é possível depreender a partir dos escritos de Piaget (1964/1973), que o processo de construção de conhecimento é dependente de o sujeito estar em desequilíbrio. No caso do médico, este estava diante de uma situação a incomodá-lo. Explicamos. O indivíduo busca adaptar-se ao meio para garantir sua sobrevivência. Para isso, procura modificar o meio através da ação e, ao mesmo tempo, modifica a si próprio à medida que interage com o ambiente. Isso significa dizer que o indivíduo está em busca de um equilíbrio entre suas necessidades internas e as pertencentes ao âmbito externo a fim de se adaptar de maneira organizada. Como nos expõe Piaget (1964/1973, p. 13),

O desenvolvimento é caracterizado por um processo de sucessivas equilibrações. O desenvolvimento psíquico começa quando nascemos e segue até a maturidade, sendo comparável ao crescimento orgânico; como este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio.

Em outros termos: a Epistemologia e Psicologia genéticas (PIAGET, s.d./1983) nos ensinam que o conhecimento é produto de um processo de construção, contanto que o sujeito interaja com o meio considerado significativo para ele.

Essa conduta é semelhante à praticada por crianças quando estão a construir o real, primeiramente, no plano concreto (do nascimento até por volta dos 18/24 meses) e, depois, no plano mental (em média, entre 1 ano e meio a 2 e 7 anos incompletos). Para que elas possam construir o real e, simultaneamente, a si próprias, é necessário que a criança, a maneira de um cientista, desmonte o mundo, buscando torná-lo inteligível (PIAGET, 1937/1970). É por isso que elas jogam

objetos, como uma xícara, de determinada altura para ver o que acontece, ação que tendem a repetir por várias vezes (é evidente, se não forem repreendidas por seus cuidadores). Conforme a estudiosa da teoria piagetiana Barbara Freitag (1941-), é graças a isso que o homem, ao fazer uso da razão, acaba por dominar a natureza, tornando possível a sua existência (FREITAG, 1986).

Curiosamente, o referido médico não é tomado imediatamente pela referida cegueira. Só o é quando está a pesquisá-la na literatura médica e encontra-se, depois de malogrado no seu intento, confuso, à maneira de uma “barata tonta”, como se costuma dizer, quando estamos envolvidos em uma situação sem saber para onde ir. Sucede que o seu pensar não para, como se fosse possível o seu desligamento. Quem dera se fosse assim. Na verdade, ele continua, e é quando a pessoa se vê menos “desarmada” que esta toma consciência, “saca” a situação, resolve o problema. No caso em análise, o resultado não ocorre com a compreensão do fenômeno, primeiro, em pensamento, mas no plano da ação concreta.

A esse respeito, podemos interpretar, com base nas conceituações de Piaget (1974/1978, p. 176, *itálicos nossos*) que há dois graus de compreensão: o no plano do fazer e o no plano do pensamento:

Fazer (réussir) é compreender em ação uma situação dada em grau suficiente para atingir os fins propostos, e compreender é conseguir dominar em pensamento as mesmas situações até poder resolver os problemas por elas levantados, em relação do como e ao porquê das ligações constatadas e, por outro lado, utilizadas na ação.

Diante dessa situação, o médico oftalmologista mostrou-se resistente em aceitar a sua condição e ignorância – mesmo desesperado por ter sido tomado pela cegueira branca.

*Diferente foi o que se passou com o oftalmologista, não só porque se encontrava em casa quando o atacou a cegueira, mas porque, sendo médico, não iria entregar-se de mãos atadas ao desespero, como fazem aqueles que do seu corpo só sabem quando lhes dói. Mesmo numa situação como esta, angustiado, tendo pela frente uma noite de ansiedade, ainda foi capaz de recordar o que Homero escreveu na Ilíada, poema da morte e do sofrimento, mais do que todos, **Um médico, só por si, vale alguns homens**, palavras que não deveremos entender como expressão directamente quantitativa, mas sim maiormente qualitativa, como não tardará a certificar-se. Teve a coragem de se deitar sem acordar a mulher, Horas e horas acordado, o pouco que conseguiu dormir foi de puro esgotamento. (SARAMAGO, 1995, p. 36-37, *negritos nossos*)*

Vê-se que a sua preocupação era sentida por ele com mais profundidade porque, sendo médico, qualidades como o bom senso e a prudência deviam prevalecer. De acordo com Comte-Sponville (1995, p.18),

A prudência tem algo de modesto ou de instrumental; ela se põe a serviço de fins que não são os seus e só se ocupa com a escolha dos meios. Mas é isso que a torna insubstituível: nenhuma ação, nenhuma virtude – em todo caso, nenhuma virtude em ato – poderia prescindir dela. A prudência não reina (mais vale a justiça, mais vale o amor), mas governa.

Em complemento, segundo o referido autor, a prudência seria um tipo de bom senso, mas sempre voltada a servir uma boa vontade.

[...] bom senso, que é o julgamento reto, quando não é estorvado por aquilo que sabe ou crê, mas aberto primeiro ao real, à simplicidade do real, e, como sempre, novo em cada uma de suas operações. (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 80)

Retornando ao caso do personagem, informamos que já se tornou até ditado popular nos meios acadêmicos destinados ao estudo e tratamento do homem – de maneira mais direta, pois todas as ciências a rigor, ao menos teoricamente, visam propiciar o bem estar humano – que a maioria dos médicos costuma colocar-se sempre acima dos outros profissionais (a nosso ver, perdendo apenas para os juízes, pois esses tem certeza de que estão acima de Deus, como se diz jocosamente).

O quadro é tão emblemático que, a nosso ver, os pais resistem a aplicar qualquer dos conhecimentos aprendidos por meio da tradição na educação de seus filhos. Na atualidade, eles julgam necessário, antes, consultar médicos e/ou profissionais da área psicológica e psicopedagógica. Nesse sentido, parece-nos que tudo está subordinado, primeiramente, ao saber médico e, depois, ao psicológico e/ou ao psicopedagógico.

Nessa esteira, até a tristeza passou a ter novo *status*, na atualidade, a ponto de ser compreendida e tratada indiscriminadamente como sinônimo de depressão ou de característica própria de transtorno bipolar. A esse respeito, estudiosos do tema afirmaram que a tristeza (o sofrimento) é condição *sine qua non* para que ocorra o desenvolvimento, seja ele qual for. Nesse sentido, ao patologizá-la e ao medicá-la, está se condenando o paciente a não se desenvolver, pois diante de situações conflituosas, ele substituirá a possibilidade de compreensão e de

construção de caminhos, para a superação de seu estado, pela ingestão de fluoxetina – substância básica das famosas e denominadas “pílulas da felicidade”.

A esse respeito, trazemos as proposições do sociólogo Allan V. Horwitz (2007), autor de *The Loss of Sadness: how Psychiatry Transformed Normal Sorrow into Depressive Disorder*¹², escrito em parceria com o psiquiatra Jerome Wakefield. Ao dar entrevista à Revista Época (2007), aquele afirmou que há um excesso de diagnóstico de depressão. Segundo o referido pesquisador, é comum que soframos por algumas situações que se dão em nossas vidas acerca, por exemplo, da perda de um emprego, do fim de um relacionamento amoroso ou de condições estressantes diversas. Porém, ainda de acordo com o referido pesquisador, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elenca os sintomas da tristeza sem levar em conta os contextos vivenciais do indivíduo; embora possam ser os mesmos da depressão, esta não se engendra por uma causa específica. Com isso, quem lucra são as indústrias farmacêuticas que, por meio da propaganda, procuram convencer de que a felicidade se resume à ingestão de uma pílula. Em contrapartida, ao indivíduo, cabe continuar na sua posição de heteronomia, sem se desequilibrar, processo que o levaria ao desenvolvimento.

Ainda assim, a maior diferença não é o que acontece no cérebro. É o que ocorre dentro do contexto social. É dar à tristeza o ar de doença. [...] Uma situação dolorosa nunca é boa. A tristeza que envolve a perda pela morte de alguém que foi importante para nós é dura e custa a passar. Por outro lado, a perda do emprego e o fim de um relacionamento amoroso são circunstâncias que nos fazem parar para pensar. Revemos defeitos, analisamos consequências de nossos atos. Isso ajuda a encontrar equilíbrio na hora de começar de novo. A pessoa ganha maturidade. [A tristeza passou a ser medicada como doença] Desde 1980, quando a Associação Americana de Psiquiatria lançou uma nova versão do manual de diagnósticos, que hoje está na quarta versão [atualmente, na quinta]. O diagnóstico para distúrbios mentais se tornou generalista. Se alguém apresentar cinco sintomas daquela lista, é depressivo. Mas os médicos não se preocupam em questionar as circunstâncias. [Com isso,] A indústria farmacêutica ganha muito dinheiro com antidepressivos. Promove esses produtos com anúncios mostrando pessoas felizes, que superaram seus problemas ao engolir uma pílula. É uma cena comum apresentada na publicidade. São casais, pais e filhos em situações do cotidiano, da família, do trabalho, que estão bem graças a um remédio. É um marketing poderoso e perigoso. (HORWITZ, 2007)

Ainda acerca desse assunto, um senhor do povo, mas nem por isso menos pensador, no sentido dado pelo filósofo italiano Antonio Gramsci (apud

¹² *A Perda da Tristeza: como a Psiquiatria Transformou a Tristeza Comum em Desordem Depressiva* (tradução livre).

MOCHCOVITCH, 1999), disse-nos que *a dor ensina a parir*. Ou seja, se não fosse por causa das contrações, provavelmente a grande maioria das mulheres jamais daria a luz. Se elas o fazem é porque a única possibilidade de elas deixarem de sentir tais dores é exatamente parindo.

Trazendo para o nosso contexto. Estamos a afirmar que é graças ao sofrimento (desequilíbrio) que nos desenvolvemos, tornando-nos cada vez mais seres civilizados. Sem esse ingrediente principal, o desenvolvimento se torna impossível. Em essência, essa é uma das teses piagetiana ao explicar como ocorre o desenvolvimento.

Dando prosseguimento, depois de o médico ter dormido, muito mais por puro cansaço – especialmente, o psíquico –, e ainda estando na cama, fingindo estar a dormir, notou quando sua mulher acordou, e sentiu o seu carinho e a sua preocupação em não acordá-lo.

Parece-nos que essa prática era usual e, nesse dia, em especial, ela tinha consciência de que ele ficara até tarde da noite estudando, com o fito de encontrar algo na literatura científica que fosse explicativo da cegueira branca. Foi nesse momento que ele emitiu um gemido e algumas lágrimas escorreram pelo seu rosto.

Fingiu que dormia quando a mulher se levantou. Sentiu o beijo que ela lhe deu na testa, muito suave, como se não quisesse acordá-lo do que julgava ser um sono profundo, talvez tivesse pensado, Coitado, deitou-se tarde, a estudar aquele extraordinário caso do homenzinho cego. Sozinho, como se estivesse a ser lentamente garrotado por uma nuvem espessa que lhe carregasse sobre o peito e lhe entrasse pelas narinas cegando-o por dentro, o médico deixou sair um gemido breve, consentiu que duas lágrimas, Serão brancas, pensou, lhe inundassem os olhos e se derramassem pelas fontes, de um lado e do outro da cara, agora compreendia o medo dos seus pacientes quando lhe diziam, Senhor doutor, parece-me que estou a perder a vista. [...]. (SARAMAGO, 1995, p. 37-38)

Ainda, à maneira de um cientista, questionou a si próprio se as lágrimas seriam brancas, assim como a cegueira. Certamente, elas não eram da mesma cor, mas esse episódio nos fez pensar sobre as lágrimas. Elas são praticamente transparentes, é “[...] um líquido composto de água, sais minerais, proteínas e gordura, produzido pelas glândulas lacrimais (do sistema lacrimal) nas pálpebras superiores do olho humano para lubrificar e limpar o olho” (RODRIGUES, 2005). Interpretamos que elas são assim porque as lágrimas são emissárias ou denotativas de uma condição de alegria ou de tristeza. Elas significam o momento em que o homem está mais entregue a sua condição de humanidade, demasiadamente

humana, para usar título de uma das obras do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), *Humano, demasiado humano* (1878/2000), em referência a nossa condição. Fazemos tal afirmação porque elas parecem traduzir certo estado de tomada de consciência. No caso de se pensar que elas são brancas, não significa que tal estado ocorreu, mas – ao contrário – o sujeito foi tomado por uma nova falsa consciência, pois o excesso de clareza, a nosso ver – e como procuramos demonstrar ao longo desse escrito – é uma nova forma de alienação.¹³

De qualquer maneira, a despeito de ele ainda não ter tomado consciência acerca das causas da cegueira branca, foi o seu estado atual que o possibilitou efetivamente colocar-se no lugar dos seus pacientes e sentir todo o sofrimento que eles estavam vivendo, sobremaneira o que passou a apresentar a cegueira branca. Em outros termos, foi só estando nessa condição que ele fez uso da reversibilidade, a ponto de apresentar o sentimento de reciprocidade, que é a capacidade de o indivíduo colocar-se no lugar de outrem, a ponto de impedi-lo ou motivá-lo a realizar determinada ação (PIAGET, 1932/1994). Nesse sentido, o médico nos possibilita refletir que a reciprocidade parece ocorrer somente quando as pessoas estão em uma condição semelhante à do outro, como se depreende do trecho a seguir:

*[...] Serão brancas, pensou, lhe inundassem os olhos e se derramassem pelas fontes, de um lado e do outro da cara, **agora compreendia o medo dos seus pacientes quando lhe diziam, Senhor doutor, parece-me que estou a perder a vista.** Ao quarto chegavam os pequenos ruídos domésticos, a mulher não tardaria aí para ver se ele continuava a dormir, estavam-se a fazer horas de ir para o hospital. Levantou-se com cuidado, às apalpadelas procurou e enfiou o roupão, entrou na casa de banho, urinou. (SARAMAGO, 1995, p. 38, negritos nossos)*

No trecho a seguir, observamos uma cena sobre a qual julgamos importante fazer algumas considerações.

Depois virou-se para onde sabia que estava o espelho, desta vez não perguntou Que será isto, não disse Há mil razões para que o cérebro humano se feche, só estendeu as mãos até tocar o vidro, sabia que a sua imagem estava ali a olhá-lo, a imagem via-o a ele, ele não via a imagem. Ouviu a mulher entrar no quarto, Ah, já estás levantado, disse ela, e ele respondeu, Estou louco, a seguir sentiu-a ao seu lado, Bons dias, meu

¹³ Segundo Japiassu e Marcondes (1989, p. 16), “Hoje em dia, podemos falar de outra forma de alienação: não se trata apenas de uma alienação do homem *na* técnica ou *pela* técnica, nem tampouco somente da alienação do eu (como acredita Marx), mas de uma alienação em relação ao próprio mundo: o homem não somente se perde em sua produção, mas perde seu próprio mundo, que é ocultado, esterilizado, banalizado e desencantado pela técnica, com tudo o que implica de sentimento de absurdo, de privação de norma, de isolamento de si, de falta de comunicação, etc.”.

amor, ainda se saudavam com palavras de carinho depois de tantos anos de casados, e então ele disse, como se os dois estivessem a representar uma peça e esta fosse a sua deixa, Acho que não irão ser muito bons, tenho qualquer coisa na vista. Ela só deu atenção à última parte da frase, Deixa-me ver, pediu, examinou-lhe os olhos com atenção, Não vejo nada, a frase estava evidentemente trocada, não pertencia ao papel dela, ele era quem tinha de pronunciá-la, mas disse-a mais simplesmente, assim, Não vejo, e acrescentou, Suponho que fui contagiado pelo doente de ontem. (SARAMAGO, 1995, p. 38)

O fato de ele ter sido tomado pela cegueira branca não significou que tivesse perdido a razão – referimo-nos à razão instrumental. Conforme Adorno e Horkheimer (1947/1985), essa razão, grosso modo, é a responsável pelas lógicas que constroem o indivíduo. É o tipo de razão costumeiramente empregada pelos sujeitos heterônomos. Não que os autônomos não façam uso dela. Porém, diferentemente dos primeiros, os últimos só fazem uso da razão instrumental depois de ter refletido sobre os fins a que ela se destina, ou seja, primeiramente usam a razão teórica. Assim, os sujeitos que fazem uso da instrumental, estão voltados apenas para o domínio e controle da natureza, independentemente das consequências para outrem. Nesse sentido, para tais sujeitos, a ciência torna-se um instrumento de dominação e exploração, opondo-se à razão crítica ou sábia (teórica e instrumental), que visa à emancipação do sujeito.

Por isso, ele sabia que seu reflexo estava no espelho – mesmo não o vendo. Porém, diferentemente do estado no qual se encontrava antes da cegueira, ele compreendia o fato de a imagem vê-lo, mas, agora, ele era incapaz de vê-la.

Guardadas as devidas proporções, a situação dele era semelhante à apresentada por crianças por volta dos 18 aos 24 meses¹⁴ quando olham para o espelho e acreditam que ali está refletida outra criança, indiciando a ausência de consciência acerca de si (LA TAILLE, 2002a). Não era o caso, pois disso ele sabia. De qualquer maneira, o fato de a imagem vê-lo é similar ao modo como as crianças acreditam quando estão diante do espelho: aquele ser refletido – que é ela própria, mas que ela ainda não sabe – está ali a fitá-la.

Os animais julgados inferiores, como os cães, agem de maneira parecida. Certa vez, fizemos experiência com um cachorro Labrador adulto, colocando um espelho a sua frente. A sua primeira reação foi a de ver a imagem refletida, com

¹⁴ Como o próprio Piaget sublinhou, essas idades são médias, pois o desenvolvimento não prescinde da interação entre sujeito e meio; portanto, o desenvolvimento é dependente da ausência ou da presença de quantidade considerável de estímulos, além, e principalmente, do seu desenvolvimento afetivo.

certo ar de espanto, e depois passou a emitir ruídos que indicavam que ele estava a cheirar o reflexo, possivelmente, com o auxílio desse sentido, a reconhecer o animal a sua frente – que era a sua imagem refletida. É possível que por não ter sentido cheiro diferente a indicar a presença de outro animal de sua espécie, começou a desviar sua cara do espelho; conduta que ele sempre apresentava, quando se deparava com o espelho, como se fosse algo incapaz de compreender, provocando-lhe todo o tipo de desconfiança e de insegurança (se é que podemos usar tais termos para nos referir aos comportamentos de animais julgados inferiores).

Voltando. Depois de sua mulher ter visto os seus olhos, Saramago (1995) chama a atenção para o fato de que ela, mesmo não sendo médica, tinha sido – por conta da situação – colocada nesse lugar, e ele, por sua vez, no de paciente. Em linhas gerais, esse é mais ou menos o que se espera das relações entre médico-paciente, vendedor-cliente, pai-filho, psicólogo-“cliente”. Caso o objetivo seja o de realmente auxiliar o doente, comprador ou o filho a se desenvolver, cabe a tais profissionais reconhecerem que eles ocupam a posição do Outro, ou seja, daqueles que nada sabem, apesar de o doente, por exemplo, acreditar que ele sabe “mais que me sei”, para usar trecho do poema de Drummond de Andrade (1984/2015) sobre o seu corpo¹⁵. Se não fosse assim, o processo de cura, de desenvolvimento, não ocorreria, pois o sujeito permaneceria na posição de subjugado, quando efetivamente é ele quem sabe de sua vida e dos caminhos que deve empregar para solucionar ou aprender a lidar com determinado contexto. Em outros termos, é ele o construtor de conhecimentos acerca da sua existência, ao passo que o médico, o psicólogo, o vendedor e os professores são auxiliares nesse processo de produção ou construção.

¹⁵ “Meu corpo não é meu corpo,/ é ilusão de outro ser./ Sabe a arte de esconder-me/ e é de tal modo sagaz/ que a mim de mim ele oculta./ Meu corpo, não meu agente,/ meu envelope selado,/ meu revólver de assustar, tornou-se meu carcereiro, me sabe mais que me sei./ Meu corpo apaga a lembrança/ que eu tinha de minha mente./ Inocula-me seu patos,/ me ataca, fere e condena por crimes não cometidos./ O seu ardil mais diabólico/ está em fazer-me doente./ Joga-me o peso dos males/ que ele tece a cada instante/ e me passa em revulsão./ Meu corpo inventou a dor/ a fim de torná-la interna,/ integrante do meu Id./ ofuscadora da luz/ que aí tentava espalhar-se./ Outras vezes se diverte/ sem que eu saiba ou que deseje,/ e nesse prazer maligno,/ que suas células impregna,/ do meu mutismo escarnece./ Meu corpo ordena que eu saia/ em busca do que não quero,/ e me nega, ao se afirmar/ como senhor do meu Eu/ convertido em cão servil./ Meu prazer mais refinado,/ não sou eu quem vai senti-lo./ É ele, por mim, rapace,/ e dá mastigados restos/ à minha fome absoluta./ Se tento dele afastar-me,/ por abstração ignorá-lo,/ volta a mim, com todo o peso/ de sua carne poluída,/ seu tédio, seu desconforto./ Quero romper com meu corpo,/ quero enfrentá-lo, acusá-lo,/ por abolir minha essência,/ mas ele sequer me escuta/ e vai pelo rumo oposto./ Já premido por seu pulso/ de inquebrantável rigor,/ não sou mais quem dantes era:/ com volúpia dirigida,/ saio a bailar com meu corpo” (ANDRADE, 1984/2015, p. 11-12).

O mesmo acontece com a criança. Caso o educador (pais, professores, entre outros) não compreenda a criança como dotada de lógica de funcionamento mental qualitativa e quantitativamente diferente da dos adultos (evidentemente, se eles forem operatórios) –, será incapaz de compreendê-la, sobretudo quando ela comete peraltices e desajeitamentos que redundam em “desgraças”. Como cantarola o grupo de reggae *Cidade Negra*, em seu álbum *Erê* (1996) “para entender o *Erê* [a criança] tem que tá moleque”.

Raciocínio semelhante apresentou o escritor francês Jacques de Lacretelle (1888-1985) ao dizer que, nós, educadores, falhamos quando esquecemos que já fomos crianças; Freud (apud KUPFER, 1988), ao associar nossa inabilidade em lidar com as crianças ao fato de termos nos esquecido de nossa infância, e Piaget (1932/1994, 1936/1975a, 1937/1970, 1946/1975b), ao afirmar, em praticamente todos os seus estudos empíricos, a necessidade de irmos ao encontro da criança e não o contrário, como é costumeiro ocorrer.

Pois bem, foi nesse momento que ele conjecturou tratar-se – a cegueira branca – de uma doença contagiosa, tendo sido ele vítima do contágio. É curioso como nós – seres dessa cultura – tendemos a considerar que os nossos problemas foram gerados pelos outros, evidenciando o quanto somos movidos pela filosofia empirista¹⁶. Isso não significa que defendemos a teoria de que os problemas são gerados em nós próprios, por nós mesmos ou por fatores relacionados ao nosso genoma (inatismo ou pré-formismo¹⁷).

Tendo como parâmetro Piaget (1932/1994), defendemos que eles são produzidos na interação entre o sujeito e o meio; no caso em análise, entre o médico e a pessoa atendida, que fora tomada pela cegueira branca. Isso também não significa que dado comportamento é resultante da soma de certo percentual do organismo e outro do meio.

¹⁶ “Doutrina ou teoria do conhecimento segundo a qual todo conhecimento humano deriva, direta ou indiretamente, da experiência sensível externa ou interna. [...] O empirismo, notadamente de Locke e de Hume, demonstra que não há outra fonte do conhecimento senão a experiência e a sensação. As ideias só nascem de um enfraquecimento da sensação, e não podem ser inatas. Donde o empirismo rejeitar todas as especulações como vãs e impossíveis de decidir. Seu grande argumento: ‘Nada se encontra no espírito que não tenha, antes, estado nos sentidos’. ‘A não ser o próprio espírito’ [...]” (JAPIASSU; MARCONDES, 1989, p. 79).

¹⁷ Segundo Japiassu e Marcondes (1989, p. 131), o inatismo é a “concepção segundo a qual certas ideias, princípios ou estruturas do pensamento são inatas em virtude de pertencerem à natureza humana – isto é, à mente ou ao espírito – sendo, portanto, nesse sentido, universais”. Quanto ao apriorismo, segundo os referidos autores, é a “doutrina ou princípio que atribui papel central a experiências ou raciocínios *a priori*” (JAPIASSU; MARCONDES, 1989, p. 24).

Interação significa a produção de algo qualitativamente novo, a partir da síntese ou do equilíbrio entre assimilação e acomodação. Por meio do primeiro mecanismo, busca-se interpretar o real. Como esse jamais deixa-se conhecer com base apenas em nossas estruturas de assimilação ou inconsciente cognitivo (PIAGET, s.d./1983), somos forçados a levar em consideração características do objeto – acomodação. O produto dessa interação é o que damos o nome de conhecimento.

Diante dessa fala do seu marido, a mulher do médico colocou-se a pensar. Apesar de não ser médica, a convivência com o seu marido a fez, com o tempo, construir conhecimentos acerca desse saber, especialmente do oftalmológico; aspecto muito comum em relações afetivo-amorosas quando um parceiro começa a dominar a profissão do outro e até as maneiras e os vocabulários, a ponto de ambos “perderem” suas identidades, fundindo-se e passarem a ser compreendidos quase como uma única pessoa. Por conta disso, ela sabia da impossibilidade de a cegueira ser contagiosa.

*Com o tempo e a intimidade, as mulheres dos médicos acabam também por entender algo de medicina, e esta, em tudo tão próxima do marido, aprendera o bastante para saber que a cegueira não se propaga por contágio, como uma epidemia, a cegueira não se pega só por olhar um cego alguém que o não é, **a cegueira é uma questão privada entre a pessoa e os olhos com que nasceu.** (SARAMAGO, 1995, p. 38-39, negritos nossos)*

Apesar disso, ela não podia deixar de considerar que ele era o especialista. Portanto, a despeito de julgar o seu raciocínio absurdo, faltava-lhe dominar os fundamentos científicos para emitir tal parecer.

Soma-se a isso a sua indecisão acerca do que fazer. Não sabia a quem deveria recorrer por socorro, pois, se se tratava de uma doença contagiosa, tinha por dever avisar as autoridades do Estado. Acontece que, ao mesmo tempo, a sua razão e os conhecimentos que tinha sobre quadros de cegueira não a possibilitavam compreender que estava diante de uma epidemia de cegueira branca. Como afirma La Taille (2002b), em alusão ao construtivismo piagetiano, é nos sujeitos operatórios que nasce o sentimento de necessidade, isto é, a preocupação que a explicação produzida seja lógica, a ponto de o outro ser capaz de compreender e concordar com ela.

Mesmo o médico também pensava que ninguém, em sã consciência, diria que a cegueira era contagiosa. Entretanto, o fato de, agora, ele e um dos seus pacientes estarem cegos, era indicador de que algo grave estava acontecendo.

Em todo o caso, um médico tem a obrigação de saber o que diz, para isso está a faculdade, e se este aqui, além de se ter declarado cego, admite abertamente ter sido contagiado, quem é agora a mulher para duvidar, por muito de médico que fosse. Compreende-se, portanto, que a pobre senhora, perante a irrefragável evidência, acabasse por reagir como qualquer esposa comum, duas¹⁸ já conhecemos nós, abraçando-se ao marido, oferecendo as naturais mostras de aflição, E agora, que vamos fazer [...] Avisar as autoridades sanitárias, o ministério, é o mais urgente, se se trata realmente duma epidemia é preciso tomar providências, Mas uma epidemia de cegueira foi coisa que nunca se viu, alegou a mulher, querendo agarrar-se a esta derradeira esperança, [...]. (SARAMAGO, 1995, p. 39)

Quanto à esposa, vê-se aqui, a agir tipicamente ou do modo como se espera de uma mulher ideal, segundo os padrões ditados pela sociedade burguesa: solícita, carinhosa, compreensiva, gentil, preocupada e buscando fazer algo pelo esposo. Essas características podem indicar que Saramago está a defender um modelo de relacionamento conjugal e de tratamento que deve existir entre esposos. Vê-se, ainda, indícios que podem nos levar a compreender a mulher do médico como heterônoma (PIAGET, 1932/1994). Afinal, ninguém duvida de que os heterônimos chegam a obedecer às regras impostas, mesmo quando contraditórias entre si.

Também nunca se viu um cego sem motivos aparentes para o ser. e neste momento já há pelo menos dois. Mal acabara de pronunciar a última palavra, o rosto transformou-se-lhe. Empurrou a mulher quase com violência, ele próprio recuou, Afasta-te, não te chegues a mim, posso contagiar-te, e logo a seguir, batendo na cabeça com os punhos fechados, Estúpido, estúpido, médico idiota, como é que não pensei, uma noite inteira juntos, devia ter ficado no escritório, com a porta fechada, e mesmo assim, [Mulher do médico] Por favor, não fales dessa maneira, o que tiver de ser será, anda, vem, vou-te preparar o pequeno-almoço [café da manhã], [...]. (SARAMAGO, 1995, p. 39)

Nesse momento, ele é tomado por um estado de irritação, a ponto de agir de maneira violenta, por julgar que tinha sido imprudente. Afinal, se era um caso de

¹⁸ Aqui, referimo-nos à mulher do primeiro homem que cegou, no trânsito, diante de um semáforo vermelho. Um outro indivíduo oferece para ajudá-lo a chegar a sua casa. Assim o faz. Porém, ao deixar o cego dentro de seu apartamento, leva-lhe a chave do carro e o furta, o que só é percebido quando a mulher do primeiro cego vai procurar o veículo para levar o marido ao médico. Quanto ao ladrão, posteriormente, também cegou em espaço público, foi levado à casa por um policial e recebido pela mulher, que se desesperou ao tomar nota do que havia se sucedido.

doença contagiosa, ele deveria ter se mantido o mais isoladamente possível. E não o fez, colocando em risco sua esposa.

Ela – mesmo sem o dizer – nos leva a acreditar ter compreendido seu estado comportamental. Busca apaziguá-lo dizendo “o que tiver de ser será”. Esse raciocínio é próprio de certa cultura que tende a colocar nas mãos do destino ou de forças sobrenaturais as próprias vidas, evidenciando mais um traço de heteronomia.

Ainda tentando tranquilizá-lo, chama-o para tomar o café da manhã que ela se prontifica a fazê-lo. Nesse momento, ele diz:

[...] Deixa-me, deixa-me, Não deixo, gritou a mulher, que queres fazer, andar aí aos tombos, a chocar contra os móveis, à procura do telefone, sem olhos para encontrar na lista os números de que precisas, enquanto eu assisto tranquilamente ao espectáculo, metida numa redoma de cristal à prova de contaminações. Agarrou-o pelo braço com firmeza e disse, Vamos, meu querido. (SARAMAGO, 1995, p. 39)

A conduta da mulher do médico, a nosso ver, é semelhante – evidentemente, em tese – à de uma mãe quando seu filho está enfermo. Mesmo quando se trata de uma doença contagiosa, ela não hesita em prestar todos os cuidados, visando diminuir o seu sofrimento. Algumas chegam até a pedir aos seres metafísicos que intervenham e passe todo o sofrimento sentido por seu pupilo para ela. Como interpretar? Novamente, poderíamos compreender como uma conduta heterônoma, isto é, como uma obrigação pensar dessa forma. Contudo, Saramago nos oferece indícios – a serem apresentados mais adiante – de que ela estava a agir por amor ou movida por alguma virtude (a generosidade, por exemplo).

5.3 A ida do médico e de sua mulher para o manicômio e o contato com outras pessoas tomadas pela cegueira branca

Na sequência da obra, apresenta-se o momento em que o médico e sua mulher recebem a notícia de que todos os contaminados seriam encaminhados para algum lugar ainda não informado.

Eram quase seis horas quando o telefone tocou pela última vez. O médico estava sentado ao lado, levantou o auscultador [telefone], Sim, sou eu, disse, ouviu com atenção o que estava a ser-lhe comunicado e só acenou ligeiramente a cabeça antes de desligar. Quem era, perguntou a mulher, O

ministério, vem uma ambulância buscar-me dentro de meia hora, Era isso que esperavas que sucedesse, Sim, mais ou menos, Para onde te levam, Não sei, suponho que para um hospital, Vou-te preparar a mala, escolher a roupa, o costume, Não é uma viagem, Não sabemos o que é. Levou-o com cuidado até ao quarto, fê-lo sentar-se na cama, Deixa-te estar aí tranquilo, eu trato de tudo. Ouviu-a mover-se de um lado para outro, abrir e fechar gavetas e armários, tirar roupas e logo arrumá-las na mala colocada no chão, mas o que ele não podia ver foi que, além da sua própria roupa, haviam sido postas na mala umas quantas saias e blusas, um par de calças, um vestido, uns sapatos que só podiam ser de mulher. [...] Ouviu-se o estalido dos fechos, depois a mulher disse, Pronto, a ambulância já pode vir. Levou a mala para junto da porta da escada, recusando o auxílio do marido, que dizia, Deixa-me ajudar-te, isso eu posso fazer, não estou tão inválido assim. Depois foram sentar-se num sofá da sala, a esperar. Tinham as mãos dadas, e ele disse, Não sei quanto tempo iremos estar separados, e ela respondeu, Não te preocupes. Esperaram quase uma hora. Quando a campainha da porta soou, ela levantou-se e foi abrir, mas no patamar não havia ninguém. Atendeu ao telefone interno, muito bem, ele desce já, respondeu. Voltou para o marido e disse-lhe, Que esperam em baixo, têm ordem expressa de não subir, Pelos vistos o ministério está mesmo assustado, Vamos. Desceram no elevador, ela ajudou o marido a transpor os últimos degraus, depois a entrar na ambulância, voltou à escada para buscar a mala, içou-a sozinha e empurrou-a para dentro. Finalmente subiu e sentou-se ao lado do marido. O condutor da ambulância protestou do banco da frente, Só posso levá-lo a ele, são as ordens que tenho, a senhora saia. A mulher, calmamente, respondeu, Tem de me levar também a mim, ceguei agora mesmo. (SARAMAGO, 1995, p. 43-44)

Tendo por base Piaget (1932/1994), pode-se interpretar que a mulher do médico, ao dizer que também estava cega com o fito de acompanhar o marido, agiu assim em decorrência de ser heterônoma. Afinal, as normas sociais burguesas – como já apontamos – tendem a considerar que uma “boa” esposa é sempre aquela que está pronta a acompanhar seu marido, independentemente da situação, proporcionando-lhe cuidado, suporte afetivo e satisfação.

Por outro lado, é possível interpretar que a sua ação foi movida por amor, generosidade ou por um dever.

Generosidade porque, segundo Comte-Sponville (1995, p. 46), ela agiu de maneira desinteressada:

A generosidade é a virtude do dom. Não se trata mais de “atribuir a cada um o que é seu”, como dizia Spinoza a propósito da justiça, mas o de lhe oferecer o que não é seu, o que é de quem oferece e que lhe falta. [...] [Diferentemente da justiça] é mais subjetiva, mais singular, mais afetiva, mais espontânea [...]

Porém, segundo o referido pensador, para uma ação ser considerada generosa, ela não pode simplesmente ser dirigida às pessoas com as quais temos

laços afetivos próximos, como os familiares e amigos íntimos. Dessa forma, pelo menos a princípio, parece-nos que a mulher do médico agiu movida por amor.

Se, por último, tivesse agido por dever, ainda demonstraria sua autonomia. Embora sem agir com o coração, como na generosidade ou no amor, teria o dever de estar ao lado do próximo como próprio móbile.

Depois de internados, outros cegos acabam sendo internados no manicômio, confirmando a suspeita da mulher do médico.

*Os outros cegos chegaram juntos. Tinham-nos apanhado nas suas casas, um após outro, o do automóvel, primeiro de todos, o ladrão que o roubou, a rapariga dos óculos escuros, o garotinho estrábico, este não, a este foram-no buscar ao hospital aonde a mãe o levou. A mãe não vinha com ele, **não tivera a astúcia da mulher do médico, declarar que estava cega sem o estar, é uma criatura simples, incapaz de mentir, mesmo para seu bem.*** (SARAMAGO, 1995, p. 48, negritos nossos)

Vê-se que, a despeito do provável amor nutrido pela mãe do menino estrábico, ela foi incapaz de apresentar conduta semelhante à da mulher do médico, ou seja, fazer de conta que tinha sido tomada pela cegueira branca, para acompanhar o seu filho. Consideramos que isso ocorreu porque, ao contrário da mulher do médico, o fato de ser heterônoma não a permitia mentir, tampouco desobedecer às ordens emitidas por figuras julgadas autoridades. Como afirma Piaget (1932/1994), no tocante à justiça, os sujeitos menos desenvolvidos moralmente, tendem a considerar que uma ordem é justa quando é emitida pelos pais ou por figuras de autoridade.

Ainda a esse respeito, esse trecho indicia outra qualidade da mulher do médico. Referimo-nos à astúcia. Segundo definição vernácula, apesar de essa palavra ter um sentido equivalente à capacidade de iludir, é um adjetivo que significa também “[...] sagacidade, esperteza e engenho; [Trata-se de uma pessoa] que não se deixa enganar ou ludibriar”. Pensamos que a mulher do médico, ao contrário – quando decidiu acompanhar o seu marido –, evidencia que fez uso da razão para lidar com essa situação. Ou seja, fez uso de meios que a possibilitassem atingir seu intento – no caso, ela mentiu. Vê-se, então, que o fato de ser autônomo, não impede que as pessoas mintam. Dependendo da situação e tendo por parâmetro a Humanidade como um fim em si mesmo, a mentira pode revestir-se de excelência moral, como foi nesse caso.

Mesmo assim, é provável que o leitor considere a sua conduta reprovável, pois a mentira – em tese – é incompatível com a confiança mútua e, nesse sentido, ela agiu contrária à finalidade da moral, que é a de possibilitar a harmonia social. Essa conclusão não é desprovida de razão. Entretanto, sublinhamos: os sujeitos autônomos são capazes de ter atitudes como essas, visando garantir uma situação melhor ou menos desastrosa, como fizeram soldados alemães em plena 2ª Guerra Mundial (1939-1945), ao dizer aos seus superiores que não haviam encontrado judeus em determinado local, mesmo os tendo visto.

Analisando o último período – “*A mãe não vinha com ele [...]*” (SARAMAGO, 1995, p. 48) –, a nosso ver, parece haver certa crítica por parte do autor ao retratar a mãe como “*criatura simples, incapaz de mentir, mesmo para seu bem*” (SARAMAGO, 1995, p. 48). Essa constatação, transferida para nossa sociedade, de um modo geral, mostra como ainda existem pessoas que são heterônomas nesse nível – a nosso ver, a maioria. Isso porque as legalidades ditadas institucionalmente são, na maioria das vezes, pouco confrontadas. Nesse sentido, o que fora estabelecido pelo ministério imediatamente se torna uma ordem inquestionável para a mãe, semelhante ao modo como pensam as crianças em fase de heteronomia: creem que as ordens foram dadas há muito tempo por seres divinos ou autoridades e, por isso, não podem ser questionadas.

Dando andamento à obra, começam a chegar ao local outros personagens que se destacam na narrativa, e a mulher do médico começa a descrevê-los ao marido:

A mulher do médico chegou a boca ao ouvido do marido e sussurrou, Entraram quatro, uma mulher, dois homens e um garoto, Os homens, que aspecto têm eles, perguntou o médico em voz baixa. Ela descreveu-os, e ele, A esse não o conheço, o outro, pelo retrato, tem todo o ar de ser o cego que foi ao consultório, O pequeno tem estrabismo, e a mulher vem de olhos escuros, parece bonita, Estiveram lá os dois. Por causa dos ruídos que faziam enquanto procuravam sítio onde se sentissem seguros, os cegos não ouviram esta troca de palavras, deviam pensar que não havia ali outros como eles, e não tinham perdido a vista há tanto tempo que se lhes avivasse o sentido da audição por cima do que é normal. (SARAMAGO, 1995, p. 48-49)

Não estamos convencidos se existia outra maneira de ela fazer a apresentação dos novos pacientes ou internos ao marido cego. Entretanto, ela iniciou – como observamos, todos nós fazemos (ou a maioria) – descrevendo-os tendo por métrica o gênero dos recém-chegados (homens ou mulheres), a fase da

vida (infância, adolescência, adultícia e velhice), a qualidade referente à aparência (a beleza) e a possibilidade de ele conhecer algum deles.

Na sequência, começam os rituais de apresentação:

*Fez-se depois um silêncio, e então a mulher do médico disse de modo que se ouvisse ao fundo da camarata, onde era a porta, Aqui, estamos duas pessoas, quantos são vocês. A inesperada voz fez sobressaltar os recém-vindos, mas os dois homens continuaram calados, quem respondeu foi a rapariga, Acho que somos quatro, estamos este menino e eu, Quem mais, por que não falam os outros, perguntou a mulher do médico, Estou eu, murmurou, como se lhe custasse pronunciar as palavras, uma voz de homem, E eu, resmungou por sua vez, contrariada, outra voz masculina. A mulher do médico disse consigo mesma, **Comportam-se como se temessem dar-se a conhecer um ao outro**. Via-os crispados, tensos, de pescoço estendido como se farejassem algo, mas, curiosamente, as expressões eram semelhantes, um misto de ameaça e de medo, porém o medo de um não era o mesmo que o medo do outro, como também não o eram as ameaças. Que haverá entre eles, pensou. (SARAMAGO, 1995, p. 49, negritos nossos)*

Nota-se que alguns dos recém-chegados se mostraram temerosos em se apresentarem. Sabemos que um deles recusou-se, provavelmente, porque ele era o ladrão do automóvel da primeira pessoa que fora tomada pela cegueira branca. Quanto ao outro homem, era justamente o primeiro que cegou, ou seja, aquele que teve o seu veículo furtado.

De qualquer maneira, essa dificuldade em se expor tem se constituído em um dos sintomas dos tempos atuais. Talvez isso tenha ocorrido, simplesmente, porque tais pessoas estavam em um ambiente novo para eles e, portanto, de maneira semelhante, nós mesmos tendemos a agir de maneira cuidadosa quando estamos nessa situação. Pode ter sido por influência do meio atual, que sinaliza, a todo momento, acerca dos perigos em se expor. Igualmente, eles podem ter agido assim porque eram dotados de um tipo de identidade avessa ao estabelecimento de relações interpessoais, ou influenciados pelo *clima cultural geral* a nos sinalizar a todo instante que o outro não é quem nos dá os contornos da nossa existência, mas a impede. É o que ocorre, com frequência, com os sujeitos heterônomos: como tendem a seguir a tradição e a concebê-la como semelhantes às leis físicas, não se dão conta de que a existência de outrem é imprescindível para que a sua possa existir.

A seguir, é dada continuidade às apresentações. Contudo, não mais se busca descrever os personagens por meio de aspectos externos, mas mediante o modo

como haviam cegado, uma vez que a intenção do médico constituía em tentar compreender a gênese dessa nova modalidade de cegueira.

*Há ainda alguém que eu conheça, tornou a perguntar o médico, estará por acaso aqui o homem que foi ontem ao meu consultório acompanhado pela esposa, o homem que cegou de repente quando ia no automóvel, Sou eu, respondeu o primeiro cego, Há ainda outra pessoa, diga quem é, por favor, **obrigaram-nos a viver juntos não sabemos por quanto tempo, portanto é indispensável que nos conheçamos uns aos outros.** O ladrão do carro resmungou entredentes, Sim, sim, julgou que isto ia bastar para confirmar a sua presença, mas o médico insistiu, A voz é de pessoa relativamente nova, você não é o doente idoso, o da catarata, Não senhor doutor, não sou, Como foi que cegou, lá na rua, E que mais, Mais nada, ia na rua e ceguei. O médico abria a boca para perguntar se a cegueira deste também era branca, mas calou-se, para quê, que adiantava, fosse qual fosse a resposta, e branca ou negra a cegueira, dali não saíam. Estendeu a mão vacilante para a mulher e encontrou a mão dela no caminho. Ela veio beijar-lhe a face, ninguém mais poderia ver esta fronte murcha, a boca apagada, os olhos mortos, como de vidro, assustadores porque pareciam ver e não viam, Também a minha vez chegará, pensou, quando, talvez neste mesmo instante, sem me dar tempo a acabar o que estou a dizer-me – em qualquer momento, como eles, ou talvez acorde cega, cegarei ao fechar os olhos para dormir, julgando que apenas adormeci. (SARAMAGO, 1995, p. 52, negritos nossos)*

Primeiramente, há uma fala do médico que nos colocou a refletir. Referimo-nos ao fato de ele dizer que a apresentação era necessária porque “*obrigaram-nos a viver juntos [no manicômio] não sabemos por quanto tempo, portanto é indispensável que nos conheçamos uns aos outros*”. O médico Drauzio Varella (1943-) (1999), ao realizar trabalho de intervenção médica na Casa de Detenção de São Paulo¹⁹, disse que o ser humano, quando colocado em situações hostis, não se transforma em selvagem. Ao contrário, acaba por criar regras que visam a sua existência em dado local. Talvez seja por isso que os presidiários, à maneira do sistema inglês, tem uma constituição não escrita.

¹⁹ Quando construída (1920), a Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru, devido ao bairro homônimo em que se encontrava na Zona Norte de São Paulo, tinha a intenção de segregar réus primários dos reincidentes, bem como separá-los conforme a natureza do delito, atendendo às novas diretrizes do Código Penal republicano de 1890. Tornou-se um modelo prisional devido a sua arquitetura e modo de controle, visitado por diversos interessados em seu funcionamento, como políticos, pensadores, estudantes de Direito, entre outros. Porém, como ainda não encontramos um sistema carcerário eficaz, não foi diferente com o Carandiru. Com a superlotação (a partir de 1940), obviamente, vieram sucessivos conflitos e rebeliões, sempre “solucionados” de maneira abusiva pelo corpo policial. Em 1992, o episódio conhecido como o Massacre do Carandiru deixou 111 mortos de acordo com as estatísticas oficiais, as quais são confrontadas por detentos que afirmam ter morrido ao menos 250 detentos. No ano de 2002, ocorreu sua desativação. (ACESSAJUVENTUDE, s.d.)

[...] a perda de liberdade e a restrição do espaço físico não conduzem à barbárie, ao contrário do que muitos pensam²⁰. Em cativeiro, os homens, como os demais grandes primatas [...] criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo. Esse processo adaptativo é regido por um código penal não escrito, como na tradição anglo-saxônica, cujas leis são aplicadas com extremo rigor. [...] Pagar uma dívida assumida, nunca delatar o companheiro, respeitar a visita alheia, não cobiçar a mulher do próximo, exercer a solidariedade e o altruísmo recíproco, conferem dignidade ao homem preso. O desrespeito é punido com desprezo social, castigo físico ou pena de morte [Como um detento disse] No mundo do crime, a palavra empenhada tem mais força do que um exército. (VARELLA, 1999, p. 10)

Em relação à psicologia piagetiana (PIAGET, 1932/1994), para que se possam estabelecer relações de cooperação, é necessário que diferentes pontos de vista sejam coordenados. Assim, a nosso ver, para que essa interação ocorra de maneira simétrica, é importante que nos posicionemos, começando por apresentar-nos, uma vez que esse ato, por si só, já pode indicar muito sobre o indivíduo, inclusive sobre sua moralidade. Afirmamos isso baseados em Perron (1991, apud LA TAILLE, 2002c, p. 16), segundo o qual “as representações de si são construídas como conjunto de valores”.

Outro aspecto referiu-se ao pensamento da mulher: o de que iria cegar também a qualquer momento. Ela, diante do que estava observando no manicômio, com a chegada de mais cegos, começa a ficar receosa e a crer que a qualquer momento também seria tomada pela cegueira branca. Esse raciocínio pode ser interpretado como decorrência da heteronomia, pois, como já sabemos, esse tipo de moralidade leva à crença de que tudo é traçado de acordo com o destino; portanto, sem que possamos interferir. Entretanto, não acreditamos que seja por causa disso. Pensamos que ela tenha agido de maneira lógica, ou seja, racional, uma vez que todos estavam a cegar; por conseguinte, ela também cegaria.

5.4 A coletividade para a mulher do médico

Nos trechos a seguir, verificamos a importância dada à coletividade pela mulher do médico.

²⁰ O excesso de liberdade é que leva à barbárie, como demonstrou o escritor Sir William Golding (1911-1993), prêmio Nobel de Literatura em 1983, com o romance *O Senhor das moscas* (1954/2014).

*Então ouviu-se a voz do outro homem, Levou-me a casa, é verdade, mas depois aproveitou-se do meu estado para me roubar o carro [disse o primeiro homem a cegar], É falso, não roubei nada, Roubou, sim senhor, roubou, Se alguém lhe palmou o carro, não fui eu, o pago que recebi pela minha boa acção foi ficar cego, além disso onde é que estão as testemunhas, sempre quero ver, **A discussão não resolve nada**, disse a mulher do médico, o carro está lá fora, vocês estão cá dentro, o melhor é fazerem as pazes, lembrem-se de que vamos viver aqui juntos, Quem não viverá com ele, bem eu sei, disse o primeiro cego, os senhores farão o que quiserem, eu vou para outra camarata, não fico ao pé de um malandro como este que foi capaz de roubar um cego, queixa-se ele de que cegou por minha causa, pois que cegasse, ao menos ainda há justiça no mundo. [...]* (SARAMAGO, 1995, p. 53-54)

Vê-se que a mulher do médico, diante da discussão travada entre o ladrão e o primeiro que cegou, busca chamá-los à razão. Em outras palavras, ela afirma que, naquele contexto, a discussão sobre o furto do automóvel era infrutífera e extemporânea, pois naquele momento eles tinham que se preocupar com o fato de que estavam à margem da sociedade, enclausurados em um manicômio

Infere-se que a sua atitude é a de uma pessoa autônoma; portanto, que busca fazer uso da razão como forma de resolver os conflitos. Para ela, naquele instante, o mais adequado era garantir a convivência e, para isso, era necessário – mesmo um não gostando ou conhecendo o outro – estabelecer regras e/ou princípios que possibilitassem ou tornassem o menos sofrido possível o tempo que eles ficariam no manicômio. Essa é uma conduta, como apontamos, tipicamente de sujeitos autônomos, pois – primeiro – eles se preocupam em estabelecer o bem, para depois estabelecer as regras de convivência.

Já as atitudes do primeiro cego e do ladrão mostram o oposto. Como podemos observar no trecho “*queixa-se ele de que cegou por minha causa, pois que cegasse, ao menos ainda há justiça no mundo*” (SARAMAGO, 1995, p. 54), o primeiro cego nos aponta que seu senso de sanção é pautado numa noção de justiça retributiva ou imanente. Nas palavras de La Taille (1992, p. 54-55), para tais personagens, “[...] existiria uma espécie de ‘mecânica universal’ cujas engrenagens se põem em movimento sempre que algum crime é cometido; e o castigo aplicado é sempre uma severa sanção expiatória”.

Quanto ao ladrão, o segmento “*Acabem com isso, protestou o médico, todos aqui estamos cegos e não nos queixamos nem acusamos ninguém, Com o mal dos outros posso eu bem, respondeu o ladrão, desdenhoso*” (SARAMAGO, 1995, p. 54)

demonstra o seu descaso ou sequer ciência em relação a se colocar no lugar do outro, indicando, mais uma vez, uma posição heterônoma.

O ladrão e o cego que tivera o carro roubado chegam a ponto de se agredirem fisicamente. Diante disso, depois de a mulher do médico separá-los com auxílio de seu marido (o médico), este disse:

Estão a comportar-se estupidamente, ralhou o médico, se a vossa ideia é fazer disto um inferno, continuem que vão por bom caminho, mas lembrem-se de que estamos entregues a nós próprios, socorros de fora, nenhuns, ouviram o que foi dito, [cego que tivera seu automóvel roubado] Ele roubou-me o carro, lamuriou o primeiro cego, mais combatido de golpes que o outro, [...] (SARAMAGO, 1995, p. 54)

A mulher do médico, depois dessa fala, novamente interveio dizendo para o cego roubado que, naquele contexto, pouca serventia teria eles ficarem brigando: *“Deixe lá, agora tanto lhe faz, disse a mulher do médico, você já não podia servir-se dele quando lho roubaram, [...]”* (SARAMAGO, 1995, p. 54), a que ele replica: *“Pois sim, **mas era meu**, e este ladrão levou-mo, não sei para onde, [...]”* (SARAMAGO, 1995, p. 54, negritos nossos).

Infere-se dessa colocação o quanto o primeiro cego, que tivera o seu carro roubado – mesmo estando num manicômio e em condições inóspitas –, era movido por formas de glória, como a posse do veículo (LA TAILLE, 1998, 2000, 2002a, 2002b). Dessa forma, mesmo ante os argumentos apresentados pelo médico e por sua mulher, sobretudo o fato de pouca importância ter o carro naquele contexto, o primeiro cego afirmou que, ainda assim, aquele bem era seu. A nosso ver, essa fala indica o quanto o direito à propriedade é um valor caro em nossa sociedade, a ponto de se colocar acima do valor vida, corroborando estudos de Kohlberg (1981/1992) a esse respeito.

Embora não tenhamos, ainda, elementos suficientes para fazer a afirmação de que um dos motivos das personagens terem sido tomadas pela cegueira branca foi em decorrência deste aspecto, fazemos uma consideração. Se notarmos o fato de que Saramago era comunista, é provável que ele quisesse nos dizer que a cegueira branca é um sintoma de sociedades em que a vida passou a ter valor secundário (para não dizer, desprovida de qualquer excelência moral ou ética).

Analiseemos, então, as passagens adiante. A primeira se refere à conclusão do episódio da briga entre o primeiro cego e o ladrão de carros; já a segunda, ao instante em que todos têm necessidade de aliviarem suas necessidades fisiológicas.

[...] Se quiser ir para outra camarata, disse o médico ao primeiro cego, a minha mulher poderá guiá-lo, ela orienta-se melhor do que eu, [...] (SARAMAGO, 1995, p. 55)

[...] Fazemos uma fila, a minha mulher vai adiante, cada um põe a mão no ombro do da frente, assim não haverá perigo de nos perdermos [...] Por fim, a fila lá ficou ordenada, atrás da mulher do médico ia a rapariga dos óculos escuros com o rapazinho estrábico pela mão, depois o ladrão, de cuecas e camisola interior, a seguir o médico, e no fim, a salvo de agressões por agora, o primeiro cego. (SARAMAGO, 1995, p. 55)

Pelas referências que o médico faz em relação às habilidades de sua mulher, refletimos a respeito da busca recorrente de se ter alguém/algo a que se possa seguir. É certo que todos estavam a seguir as orientações da mulher do médico porque estavam cegos.

Mesmo assim, pareceu-nos que Saramago (1995) estava a fazer uma crítica à atual sociedade que vende a ideia de que somos autônomos ou podemos fazer tudo o que queremos ou o que nos “dá em nossas telhas”, bastando – para isso – a vontade. Assim, ao retratar esse episódio, ele nos informa que para viver em sociedade – mesmo de maneira aquém do nosso desejo –, é necessário seguir regras (uma moral). E, para tal, devemos nos escutar, ou seja, levar em consideração uns aos outros (reciprocidade), se efetivamente for o nosso intento fazer com que determinado conjunto de regras prevaleça. Como sabiamente disse Aristóteles (343 a. C./1991, p. 7), ao se referir ao cultivo das virtudes, “uma andorinha só não faz verão”. Isso não quer dizer que devemos amar a todos. Sequer precisamos amar alguém. Basta, para isso, agir de maneira recíproca, como afirma Piaget (1932/1994), ou seja, como se amássemos os outros (proceder de modo respeitoso).

5.5 A mulher do médico e o papel dos intelectuais em sociedades complexas

Cabe dizer que a mulher do médico estava funcionando à maneira de um intelectual orgânico, conforme definição de Gramsci (apud MOSCHCOVITCH, 1990, p. 18).

[...] os intelectuais orgânicos não são apenas os grandes intelectuais, criadores de teorias, como Marx, [Freud e Foucault], ou os formuladores de estratégias políticas. [...] *São aqueles que difundem [socializam] a concepção de mundo revolucionário [desalienadora] entre as classes subalternas. [...] São aqueles que se imiscuem [toma parte] na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentária das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea.*

Embora Piaget e La Taille não tenham feito considerações acerca do papel do intelectual, é possível coligir – a partir de suas reflexões sobre a educação e o papel do professor – que cabe a este auxiliar os menos desenvolvidos moral e eticamente a construírem conhecimentos (tomarem consciência), a ponto de se transformarem em seres autônomos.

O primeiro receio (e para alguns, a esperança) de que se anule o papel do mestre, em tais experiências, e que, visando ao pleno êxito das massas, seja necessário deixar os alunos totalmente livres para trabalhar ou brincar segundo melhor lhes aprouver. Mas é evidente que o educador continua indispensável, a título de animador, para criar as situações e armar os dispositivos iniciais capazes de suscitar problemas úteis à criança, e para organizar, em seguida, contra exemplos que levem à reflexão e obriguem ao controle das situações demasiado apressadas: **o que se deseja é que o professor deixe de ser um conferencista e que estimule a pesquisa e o esforço, ao invés de se contentar com a transmissão de soluções já prontas.** (PIAGET, 1973, p. 18, negritos nossos)

Este nos parece ser o caso da mulher do médico, pois ela rompeu ou refletiu sobre a coerção social estabelecida, a ponto de ludibriá-la, e exerceu a função de orientadora em direção a uma moralidade que considerava apropriada.

Por outro lado, esse fato não serve somente para demonstrar a subserviência a que os indivíduos heterônomos tendem, pois não refletem acerca das obrigatoriedades que lhes são colocadas. Afirmamos isso, com fundamento em Piaget (1932/1994), pois, quando se constrói a autonomia, a questão de “liderança” se torna horizontal, ou seja, deixa de fazer sentido a ideia do líder como alguém com poderes de vida e morte. Sendo assim, a mulher do médico, mesmo vista como “líder”, apenas se coloca nesse papel em prol da coletividade.

5.6 A tentativa de estupro da rapariga de óculos escuros e as consequências

Partindo para a próxima cena, Saramago (1995) disserta sobre o episódio de tentativa de estupro da rapariga dos óculos escuros pelo ladrão de carros:

Colocado atrás da rapariga dos óculos escuros, o ladrão, estimulado pelo perfume que se desprendia dela e pela lembrança da erecção recente, decidiu usar as mãos com maior proveito, uma acariciando-lhe a nuca por baixo dos cabelos, a outra, directa e sem cerimónias, apalpando-lhe o seio. (SARAMAGO, 1995, p. 56-57)

Observamos, mais uma vez, que – para o ladrão de carros – o outro (nesse caso, a rapariga de óculos escuros) não era concebido como alguém digno de respeito. Fundamentado numa razão instrumental, o Outro era compreendido apenas como meio para a satisfação dos interesses individuais.

Essa maneira de conceber outrem é próprio das sociedades atuais, como a que estamos a viver, na qual o importante são os nossos próprios interesses. Nesse sentido, o ladrão pautou-se por formas de glória e pela anomia. Casos de abuso semelhantes, ou seja, em que não se considera o Outro como objeto de valor, são vistos em diferentes contextos de nossa sociedade, sobretudo quando nos referimos às minorias marginalizadas. Assim, pouco importa a dor e o sofrimento alheio.

Esse aspecto aponta para um fenómeno que, a despeito de todas as mudanças sociais, sobretudo na área dos direitos da mulher, ainda persiste. Referimo-nos ao machismo, concepção esta que subjuga as mulheres e as considera como objetos que devem estar sempre disponíveis para a satisfação dos interesses alheios, pouco importando os seus próprios.

Voltando para a rapariga.

Diante da situação, ela agiu de maneira violenta, como forma de se desvencilhar do cego ladrão que estava a tentar estuprá-la.

Ela sacudiu-se para escapar ao desaforo, mas ele tinha-a bem agarrada. Então a rapariga jogou com força uma perna atrás, num movimento de coice. O salto do sapato, fino como um estilete, foi espetar-se no grosso da coxa nua do ladrão, que deu um berro de surpresa e de dor. Que se passa, perguntou a mulher do médico olhando para trás, Fui eu que tropecei, respondeu a rapariga dos óculos escuros, parece que magoei quem vinha depois de mim. (SARAMAGO, 1995, p. 57)

Nota-se que a rapariga de óculos escuros buscou dar uma resposta que nos permitiu a seguinte reflexão: a de querer – mesmo ante o episódio lamentável – não lhe dar tanta importância, em nome da harmonia social (provavelmente, nesse momento, pautou-se por uma moral autônoma) ou procedeu, assim, por vergonha de contar o ocorrido.

Acontece que por causa da sua reação, o ladrão acabou sendo ferido. Perante esse fato, a mulher do médico – sem pestanejar – começou a cuidar do ferimento.

O sangue aparecia já entre os dedos do ladrão que, gemendo e praguejando, tentava apurar os efeitos da agressão, Estou ferido, esta gaja não vê onde põe os pés, E você não vê onde põe as mãos, respondeu secamente a rapariga. A mulher do médico compreendeu o que se tinha passado, primeiro sorriu, mas logo viu que a ferida apresentava mau aspecto, o sangue escorria pela perna do pobre diabo, e ali não tinham água oxigenada, nem mercurocromo, nem pensos, nem ligaduras, nenhum desinfetante, nada. A fila tinha-se desfeito, o médico perguntava, Onde é que está ferido, Aqui, Aqui, onde, Na perna, não está a ver, a gaja espetou-me com um salto do sapato, Tropecei, não tive a culpa, repetiu a rapariga, mas imediatamente explodiu, exasperada, Este safado estava-me a apalpar, quem é que ele imaginava que eu sou. A mulher do médico interveio, Agora o que é preciso é lavar essa ferida e ligá-la, E onde é que há água, perguntou o ladrão, Na cozinha, na cozinha há água, mas não precisamos ir todos, o meu marido e eu levamos este senhor, os outros esperam aqui, nós não nos demoramos, [...] (SARAMAGO, 1995, p. 57)

Vê-se que, ao acompanhar toda a discussão travada entre a rapariga e o ladrão, a mulher do médico compreendeu o que efetivamente ocorrera, ou seja, ele foi ferido pela rapariga porque este tentara estuprá-la. Nesse momento, ela, “primeiro sorriu”, numa atitude evidente de satisfação diante de condutas desse tipo. Digamos que ela foi movida pela solidariedade existente entre as mulheres, se bem que é ditado comum dizer que as mulheres são as suas maiores inimigas.

Em suma, a solidariedade é antes de tudo o fato de uma coesão, de uma interdependência, de uma comunidade de interesses ou de destino. Ser solidários, nesse sentido, é pertencer a um mesmo conjunto e partilhar, consequentemente – quer se queira, quer não, quer se saiba, quer não – uma mesma história. Solidariedade objetiva, dir-se-á: é o que distingue o seixo dos grãos de areia, e uma sociedade de uma multidão. (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 98)

Ela poderia, então, deixá-lo a sofrer, como forma de vingança – conduta típica de sujeitos heterônomos que sequer internalizaram (aprenderam mecanicamente) que ajudar os outros é um dever. No entanto, ela não fez isso e, ao contrário,

buscou ajudá-lo, evidenciando o quanto era autônoma, generosa ou movida pelo dever de ajudar a um doente.

Apontamos os três aspectos porque se ela agiu dessa maneira por ser autônoma, basicamente ele se norteou pela noção de reciprocidade; portanto, guiada sobremaneira pela razão sábia. Caso ela tenha agido por generosidade, o móvel que a fez proceder assim foi o coração. Caso tenha sido por dever, o móvel foi o próprio dever.

No dia seguinte ao isolamento, a mulher do médico, ao abrir os olhos e constatar que não estava cega, começou a refletir:

[...] aqui ninguém nos virá atacar, podíamos ter roubado e assassinado lá fora que não nos viriam prender, nunca aquele que roubou o carro esteve tão seguro da sua liberdade tão longe estamos do mundo que não tarda que comecemos a não saber quem somos, [...] (SARAMAGO, 1995, p. 63-64)

Vê-se que a mulher do médico teve um raciocínio que tem se tornado mais corrente nos dias de hoje, sobretudo no Brasil, em decorrência do aumento da violência e da criminalidade. Eles estavam mais seguros no manicômio do que se estivessem em suas residências, em outros locais ou no espaço público. A violência, ao se tornar endêmica e ao verificarmos que os chefes do crime organizado continuam a comandar os mal feitos intra e extra muros, acaba por nos levar a esse raciocínio, nos obrigando a fazer de nossas residências autênticas fortalezas ou a residir em condomínios fechados para que, ilusoriamente, consigamos proteger-nos.

Evidencia-se, ainda, a ausência do Estado – responsável por nossa segurança – na promoção de políticas sociais efetivas, pois de nada adianta o imaginário de proteção por meio de grades e muros quando a questão referente à violência se constitui estruturalmente. Mostramos, ainda, o quanto a mulher do médico é autônoma, pois – ao refletir sobre o ocorrido, chegando a se colocar no lugar do ladrão, ela pensa: “*nunca aquele que roubou o carro esteve tão seguro da sua liberdade*” (SARAMAGO, 1995, p. 64).

5.7 A perda da identidade

Ela prossegue com as suas reflexões, pensando que, com o passar dos dias, eles esqueceriam até os próprios nomes, ou seja, perderiam a sua identidade. Vê-se

o quanto ela é autônoma, a ponto de ter consciência de que o isolamento os levaria a esquecer até de si próprios. Isolar-se costuma ser o modo de agir dos sujeitos egocêntricos e dos egoístas. Estes últimos acreditam que os outros são dispensáveis, como um fim em si mesmo – como apontamos – ou os veem apenas como meio para a satisfação de seus interesses. Tais pessoas podem ser caracterizadas até de anômicas, pois a sua sobrevivência é o que importa.

É nesse instante que ela, inclusive, chega a se comparar a um cão, assim como aos outros que estão no manicômio tomados pela cegueira branca. Porém, diferentemente desse animal que faz uso do olfato, no caso deles, o reconhecimento estava se dando pelo “ladrar”.

*[...] nem nos lembrámos sequer de dizer-nos como nos chamamos, e para quê, para que iriam servir-nos os nomes nenhum cão reconhece outro cão ou se lhe dá a conhecer pelos nomes que lhes foram postos, é pelo cheiro que identifica e se dá a identificar nós aqui somos como uma outra raça de cães, conhecemo-nos pelo ladrar, pelo falar, o resto feições, cor dos olhos, da pele, do cabelo, não conta, é como se não existisse, eu ainda vejo, mas até quando. A luz variou um pouco, não podia ser a noite a voltar atrás, seria o céu a cobrir-se de nuvens, a atrasar a manhã. Da cama do ladrão veio um gemido, Se a ferida infectou, pensou a mulher do médico, não temos nada para o tratar, nenhum recurso, o mais pequeno acidente, nestas condições, pode dar em tragédia, provavelmente é disso mesmo que eles estão à espera, que acabemos aqui uns atrás dos outros, **morrendo o bicho acaba-se a peçonha**. A mulher do médico levantou-se da cama, debruçou-se para o marido, ia acordá-lo, mas não teve coragem para arrancá-lo ao sono e saber que continuava cego. (SARAMAGO, 1995, p. 64, negritos nossos)*

Enquanto se preocupa com as consequências do ferimento do ladrão, ela passa a refletir sobre o sentido, se é que havia algum, de os terem colocado em um manicômio, sem assistência alguma.

Apesar de seus pensamentos girarem em torno do contexto que a cerca, podemos transferi-los a um típico modelo relacional em nossa sociedade. Também notamos a falta de reconhecimento de uma identidade do sujeito (conhecer pelo nome, saber sobre sua história de vida, procurar compreendê-lo), bem como de sua importância de vida, como uma prática, por exemplo, das instituições de ensino, fábricas e do sistema prisional.

Quando afirmamos isso, aludimo-nos ao fato de os indivíduos serem reconhecidos por números nas chamadas realizadas por professores, de serem identificados da mesma forma quando se é mandado para uma penitenciária, ou

terem seus “pontos batidos” como a única relevância dada pelos empregadores, seja em empresas privadas ou públicas.

Essas operações constroem, a nosso ver, sujeitos mecanizados, alienados, sempre tão coagidos que, na falta de relações de cooperação segundo os moldes piagetianos, apenas perpetuam essa estrutura autoritária em seus ambientes familiares, profissionais, entre outros de convivência social. Afinal, toda essa engenharia social só faz as pessoas permanecerem heterônomas. Ademais, tornam-se sujeitos que geralmente são incapazes de “buscar” conhecimento sobre si próprios. Importa frisar, porém, que, apesar de esse modelo de relação ser presente, não é o único, já que podemos notar indivíduos com condutas autônomas, as quais só poderiam ser construídas a partir de uma relação de cooperação.

Feita essa digressão, voltemos à mulher do médico.

Depois de refletir, levantou-se a fim de verificar a situação em que se encontrava o ferido da perna:

Descalça, pé ante pé, foi até à cama do ladrão. Tinha os olhos abertos, fixos. Como se sente, sussurrou a mulher do médico. O ladrão moveu a cabeça na direcção da voz e disse, Mal, a perna dói-me muito, [...] Mesmo naquela penumbra, quem tivesse alguma serventia de olhos podia ver o colchão empapado de sangue, o buraco negro da ferida com os bordos inchados. A atadura deslaçara-se. A mulher do médico baixou cuidadosamente a manta, depois, com um gesto leve e rápido passou a mão pela testa do homem. A pele, seca, ardia. A luz variou outra vez, foram as nuvens que se afastaram. A mulher do médico voltou para o seu catre, mas já não se deitou. Olhava o marido que murmurava sonhando, os vultos dos outros debaixo dos cobertores cinzentos, as paredes sujas, as camas vazias à espera, e serenamente desejou estar cega também, atravessar a pele visível das coisas e passar para o lado de dentro delas, para a sua fulgurante e irremediável cegueira. (SARAMAGO, 1995, p. 64-65)

Devido ao caos que começava a se instaurar, a mulher desejou cegar também. Isso aponta, a nosso ver, a dificuldade de ser autônomo quando todos à sua volta são heterônomos. A esse respeito, como escreveu Taylor (1989/1997) e La Taille (2000), mesmo para os sujeitos autônomos – teoricamente invulneráveis à influência da aprovação social para a realização de determinadas ações – é necessário que algum elemento do meio social referende as suas condutas.

O próprio Piaget (1954/2014), ao tecer considerações sobre as relações entre afetividade e inteligência, disse que o homem se vê em grandes dificuldades quando se trata de abrir mão da aprovação de outrem. Porém, o referido pensador também não sistematizou fases de heteronomia ou autonomia. Na verdade, ele se

referiu à tendência heterônoma ou autônoma, dependente do contexto e das circunstâncias. Simplificando, em certos momentos pensamos ou agimos como heterônomos, em outros, como autônomos.

Assim, apesar de a mulher do médico indicar ser uma pessoa autônoma – como já apontamos em passagens do presente escrito –, em alguns momentos, ela apresenta falas típicas de sujeitos heterônomos, como a de acreditar que as vidas são determinadas pelo destino. É o que depreendemos da sua fala dirigida a seu marido: “*Que desgraça a nossa, que fatalidade*” (SARAMAGO, 1995, p. 66).

Em outra cena, o ladrão que havia praticado a já referida tentativa de estupro começou a pedir auxílio ao médico, que, guiado pelas mãos de sua mulher, tentava de alguma forma socorrê-lo.

[...] *Senhor doutor, por favor, ajude-me. Deixando-se guiar pela mulher, o médico tocava-lhe delicadamente os bordos da ferida, nada mais podia fazer, nem mesmo valia a pena lavá-la, a infecção tanto poderia ter como origem a estocada profunda de um tacão de sapato que tinha estado em contacto com o solo nas ruas e aqui dentro, como de agentes patogénicos com grande probabilidade existentes na água choca, meio morta, saída de canalizações antigas e em mau estado.* (SARAMAGO, 1995, p. 67-68)

É nesse momento em que o médico está a atender o ladrão cego que os policiais anunciam, por meio do alto-falante, a chegada de comida, a qual estava à entrada do pátio.

5.8 A chegada da comida

O médico e sua mulher vão apanhá-la e aproveitam-se da situação para tentar estabelecer comunicação com os guardas a respeito do homem ferido na perna. No diálogo a seguir entre os referidos personagens, notamos dois aspectos que julgamos importantes, considerando nossos objetivos.

O primeiro diz respeito ao fato de a mulher enunciar “*lembra-te do aviso*” (SARAMAGO, 1995, p. 69) após o pedido de seu marido para guiá-lo até os guardas. Por uma perspectiva piagetiana, tenderíamos a pensar que se trata de um caso de moral heterônoma, pois ela não confronta a autoridade. Porém, ao decorrer da cena, analisamos que se trata novamente de uma conduta astuciosa, em que é necessária a reflexão para se agir, a fim de garantir a segurança dos que lá se encontravam; nesse sentido, indicadora de uma moral autônoma. Dizemos isso

porque o sujeito autônomo reflete (realiza várias ações mentais) antes de efetivá-las concretamente.

A resposta do médico – “*mas a nossa obrigação é tentar*” (SARAMAGO, 1995, p. 69) –, por outro lado, leva-nos a pensar em outra grande virtude descrita por Comte-Sponville (1995), extremamente admirada do ponto de vista social na Grécia Antiga e Idade Média: a coragem.

Segundo o referido pensador, essa excelência:

[...] só é verdadeiramente estimável do *ponto de vista moral* quando se opõe, ao menos em parte, a serviço de outrem, quando escapa, pouco ou muito, do interesse egoísta imediato. É por isso que, sem dúvida, e especialmente para um ateu, a coragem diante da morte é a coragem das coragens, pois o eu não pode encontrar nenhuma gratificação concreta ou positiva. Digo “imediata”, “concreta” e “positiva” porque todos sabem muito bem que não nos desvencilhamos sem mais nem menos do ego; até mesmo o herói é suspeito de ter buscado na virtude, ainda que indiretamente e a título póstumo, sua própria felicidade ou seu bem-estar. Não se escapa do ego; não se escapa do princípio de prazer. Mas encontrar seu prazer em servir ao outro, encontrar seu bem-estar na ação generosa, longe de contrariar o altruísmo, é a própria definição e o princípio da verdade. (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 54, *itálicos do autor*)

Nesse caso, mesmo o personagem em questão estando ciente do perigo que corria, preferiu enfrentá-lo em prol de uma vida a ponto de findar.

Ademais, por uma perspectiva piagetiana, uma das características da autonomia relaciona-se com a capacidade de diferenciar justiça, lei e autoridade. Assim, a justiça não é entendida como decorrente do que nos impõem pelas autoridades ou do que está escrito nas leis, mas é produto de acordos mútuos entre os indivíduos. Em outros termos, a justiça ampara-se no imperativo kantiano: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas querer que ela se torne lei universal” (KANT, 1785/2004, p. 51). Isso não significa afirmar que o médico possua uma moral majoritariamente autônoma. Contudo, mesmo os sujeitos autônomos apresentam, em determinadas situações, condutas heterônomas. Nesse sentido, dependendo do conteúdo e das circunstâncias, se pode ter condutas autônomas ou heterônomas.

Isto posto, a reação dos guardas à chegada do casal mostra-nos, ainda, outro aspecto referente à moralidade. Inicialmente, quando nos remetemos a eles, observamos indivíduos que se pautavam pelo realismo moral. Em outras palavras, consideravam os deveres entendidos em sentido literal, e, assim, a intencionalidade

não era levada em consideração. Isso acontece porque o respeito às normas morais, quando não são construídas ou reconstruídas, são entendidas ao pé-da-letra, independentemente das circunstâncias e das intenções. E, neste caso, havia um elemento novo: o estado de saúde de um dos internos (o ladrão).

Por causa disso, a mulher do médico, ao explicar ao sargento que um dos cegos tinha ferido a perna, a ponto de necessitar de medicamentos, teve o seu pedido negado, com o seguinte argumento:

*Que se passa [perguntou o sargento], Uma pessoa que se feriu numa perna apresenta uma infecção declarada, necessitamos imediatamente antibióticos e outros medicamentos, **As ordens que tenho são muito claras, sair, não sai ninguém, entrar, só comida**, Se a infecção se agravar, que será o mais certo, o caso pode rapidamente tornar-se fatal, Isso não é comigo, Então comunique com os seus superiores, Olhe lá, ó ceguinho, quem lhe vai comunicar uma coisa a si sou eu, ou você e essa voltam agora mesmo para donde vieram, ou levam um tiro, [...]* (SARAMAGO, 1995, p. 69, negritos nossos)

Esse posicionamento heterônomo do sargento e dos demais guardas também pode ser lido no excerto a seguir:

*Vamos, disse a mulher, **não há nada a fazer, eles nem têm culpa, estão cheios de medo e obedecem a ordens**, [médico] **Não quero acreditar que isto esteja a acontecer, é contra todas as regras de humanidade**, [mulher do médico] *É melhor que acredites, porque nunca te encontrei diante de uma verdade tão evidente, [...]*. (SARAMAGO, 1995, p. 69, negritos nossos)*

Apesar disso, concordamos com o médico quando este enuncia “*Não quero acreditar que isto esteja a acontecer, é contra todas as regras de humanidade*”. É justamente por isso que La Taille (2000) aponta para a importância dos valores morais nas ações dos indivíduos a fim de se preservar a harmonia social, bem como de Piaget (1932/1994), ao defender a reciprocidade, e de Kant (1785/2004), sobre o imperativo categórico a determinar a Humanidade como fim em si mesmo.

Quando, porém, os guardas se mostravam totalmente guiados pela obediência a um superior, observamos o quão heterônomos aparentam, demonstrando a incapacidade de se colocarem no lugar do outro e confundindo um ato bom com o que dizem as autoridades. Essa constatação é acentuada quando se desresponsabilizam de culpa por não poderem atender ao pedido da mulher do médico em obter medicamentos, ainda que disso dependesse uma vida.

Em seguida, a referida mulher vai socorrer o ferido, indiciando o seu espírito de ajudar outrem, pouco importando sua biografia, provavelmente movida pela generosidade ou outra virtude qualquer.

Apesar disso, ela manifesta preocupação em não invadir o espaço alheio, causada pelo fato de ser a única a ver, sem que os demais soubessem:

Pela primeira vez, desde que aqui entrara, a mulher do médico sentiu-se como se estivesse por trás de um microscópio a observar o comportamento de uns seres que não podiam nem sequer suspeitar da sua presença, e isto pareceu-lhe subitamente indigno, obscuro, Não tenho o direito de olhar se os outros não me podem olhar a mim, pensou. (SARAMAGO, 1995, p. 71, negritos nossos)²¹

Em outro contexto, mais uma vez, verificamos que a nossa tese acerca da autonomia da mulher do médico faz sentido. Como aponta Adorno e Horkheimer (1947/1985) e é possível depreender do pensamento de Piaget (1932/1994), ela, ao propor a tessitura de uma corda de panos para que os internos tomados pela cegueira branca pudessem buscar o alimento sem se perderem, utilizou-se da razão instrumental. Porém, a citada mulher – antes disso – buscou refletir acerca do que poderia fazer para que os cegos não se perdessem e, em decorrência, acabassem sendo mortos pelos guardas, isto é, pensou em todos e objetivou garantir o bem-estar da coletividade internada no manicômio, mesmo todos estando naquelas condições inóspitas.

O mesmo – uso da razão crítica ou sábia – nota-se no trecho a seguir, quando a referida mulher, com o auxílio da rapariga de óculos escuros, recolhe os recipientes vazios e os queima: *“Temos de queimar o lixo, disse depois a mulher do médico, acabar com este horrível mosquedo”* (SARAMAGO, 1995, p. 109). Caso contrário, os dejetos (...) todo tipo de animal transmissor ou “instalador” de doenças e pragas, como ocorreu na Idade Média, com a peste negra²².

²¹ Esse trecho nos faz lembrar do Panóptico arquitetado por Bentam. Segundo Japiassu & Marcondes (1989, p. 35). Em o *Panóptico* (1786), “[...] Bentam elabora todo um plano de organização arquitetural das prisões a fim de submeter os prisioneiros a uma vigilância permanente e poder reinseri-lo no sistema produtivo. Pretendia estender esse plano a todas as instituições de educação e de trabalho.”

²² “Esta foi a maior, a mais trágica epidemia que a história registra, tendo produzido um morticínio sem paralelo. Foi chamada Peste Negra pelas manchas escuras que apareciam na pele dos enfermos. Como em outras epidemias, teve início na Ásia Central, espalhando-se por via terrestre e marítima em todas as direções. [...] As consequências sociais, demográficas, econômicas, culturais e religiosas dessa grande calamidade que se abateu sobre os povos da Ásia e da Europa, foram imensas. As cidades e os campos ficaram despovoados; famílias inteiras se extinguíram; casas e propriedades rurais ficaram vazias e abandonadas, sem herdeiros legais; a produção agrícola e industrial reduziu-se enormemente; houve escassez de alimentos e de bens de consumo; a nobreza se empobreceu; reduziram-se os efetivos militares e houve ascensão da burguesia que explorava o

Na sequência, a mulher do médico foi verificar o estado do ladrão que estava doente. Primeiramente, identificou-se e, em seguida, levantou a manta que cobria a sua perna ferida. Observou, então, que o referido membro

[...] tinha um aspecto assustador, inchada toda por igual desde a coxa, e a ferida, um círculo negro com laivos arroxeados, sanguinolentos, alargara-se muito, como se a carne tivesse sido repuxada de dentro. Desprendia um cheiro ao mesmo tempo fétido e adocicado. (SARAMAGO, 1995, p. 75)

Diante do quadro, ela lhe perguntou como estava se sentindo. Antes de lhe responder sobre o seu estado, ele a agradeceu: *“Obrigado por cá ter vindo”* (SARAMAGO, 1995, p. 75). Nota-se que, diante da situação em que se encontrava, o ladrão doente começou a apresentar (ao menos para a mulher do médico) condutas polidas e de agradecimento. Esse fato indicia a afirmação de Piaget (1936/1975a) de que a consciência é produto da dificuldade, ou seja, ele só começou a apresentar comportamentos educados, quando se viu diante de uma situação complexa.

Comte-Sponville (1995), afirma, a respeito da polidez, que ela não é uma virtude propriamente, mas, frequentemente, as outras dependem dela para existirem. O referido autor define que

A polidez é a primeira virtude e, quem sabe, a origem de todas. É também a mais pobre, a mais superficial, a mais discutível. Será apenas uma virtude? Pequena virtude, em todo caso, como se diz das damas de mesmo nome. A polidez faz pouco caso da moral, e a moral da polidez. Um nazista polido em que altera o nazismo? Em que altera o horror? Em nada, é claro, e a polidez está bem caracterizada por esse *nada*. Virtude puramente formal, virtude de etiqueta, virtude de aparato! A aparência, pois, de uma virtude, e somente a aparência. (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 13, *itálicos do autor*)

Voltando à cena em que se encontravam a mulher do médico e o ladrão.

Quando ela colocou a sua mão na testa dele para conferir se estava febril e foi lhe dar boa noite, o doente a segurou pelo braço, puxou-a para mais próximo de si e lhe disse bem baixo: ***“Eu sei que a senhora vê”*** (SARAMAGO, 1995, p. 75, **negritos nossos**).

comércio. O poder da Igreja se enfraqueceu com a redução numérica do clero e houve sensíveis mudanças nos costumes e no comportamento das pessoas” (REZENDE, 2009, p. 78-80-81). Segundo Gracioli (2018), “a peste negra sempre esteve associada aos ratos, mas a ciência hoje questiona se os roedores foram mesmo os vetores de transmissão. Pesquisas chegam a apontar que o maior transmissor da doença foi o homem e não o rato”.

Essas palavras a deixaram embaraçada. Sua reação, primeira, foi de tentar desmenti-lo. Diante disso, ele respondeu:

Não me queira enganar a senhora, eu bem sei que vê, mas esteja descansada que não digo a ninguém, [mulher] Durma, durma, [ladrão] Não tem confiança em mim, [mulher] Tenho, [ladrão] Não se fia da palavra de um gatuno, [mulher] Já lhe disse que tenho confiança, [ladrão] Então por que não me diz a verdade, [mulher] Amanhã falamos, agora durma (SARAMAGO, 1995, p. 75-76).

Diante da sua insistência, ela lhe disse que, no outro dia, eles conversariam a respeito e foi ao encontro do seu marido. Aproveitou o momento para contar-lhe sobre a situação da perna do doente. Foi nesse instante que o seu esposo lhe disse algo, de maneira a que todos aqueles próximos a sua cama pudessem ouvir: “*não chega estarmos cegos, é como se nos tivessem atado de pés e mãos*” (SARAMAGO, 1995, p. 76).

Vê-se que o médico ainda é incapaz de compreender que eles já viviam de pés e mãos atadas. Por isso, é que tinham sido tomados pela cegueira branca. Em termos piagetianos, eles eram heterônomos, apesar de não terem consciência disso ou por se julgarem autônomos.

Notamos aqui mais uma consequência da heteronomia: ao tomar o discurso hegemônico como a verdade, como natural, as pessoas são incapazes de compreender e sequer de refletir sobre as formas de controle às quais estão submetidas. Do ponto de vista da psicologia das virtudes (LA TAILLE, 2000), eles estavam cegos pelo cultivo de formas de glória, como ter *status* financeiro, no lugar de valores ético/morais, como a generosidade, a compaixão e a justiça.

5.9 A morte do ladrão e o seu enterro

Nesse momento do romance, Saramago (1995) introduz novamente o ladrão doente. Este estava prestes a dirigir-se o mais próximo do local onde estavam os guardas. Segundo ele, só assim teria a chance de ser encaminhado ao hospital. É nessa hora que ele estabelece novo diálogo com a mulher do médico.

*[...] Não posso continuar aqui a apodrecer, reconheço que o seu marido fez o que estava ao seu alcance, mas **quando eu tinha de roubar um carro não ia pedir a outro que o roubasse por mim**, agora é o mesmo, eu é que lá tenho de ir, quando eles me virem neste estado perceberão logo que*

estou mal, metem-me numa ambulância e levam-me ao hospital, de certeza que há hospitais só para cegos, [...], depois tratam-me da perna, curam-me, ouvi dizer que é o que se faz com os condenados à morte, se têm uma apendicite operam-nos e só depois é que os matam, para que morram com saúde, cá por mim, se quiserem, podem depois tornar a trazer-me para aqui, que não me importa. (SARAMAGO, 1995, p. 77, negritos nossos)

Acontece que ele malogrou no seu intento, sendo morto pelos guardas que vigiavam o local.

Diante disso, a mulher do médico julgou que lhe restava, com o auxílio dos outros, enterrá-lo. Para tal, era necessário que ela encontrasse uma enxada ou um apetrecho equivalente que lhes possibilitassem a feitura de uma cova. Como não encontrou nada semelhante ou equivalente, ela e o seu marido foram pedir aos guardas que providenciassem alguma ferramenta, como pá e/ou enxada.

O sargento que foi chamado por um dos soldados para atendê-los disse que não as arrumaria e que eles deixassem o corpo do ladrão cego apodrecer ao relento. No entanto, a mulher do médico, apoiada em seus conhecimentos sobre contágio, argumentou: “*a atmosfera não está parada, tanto está aqui como vai para aí*” (SARAMAGO, 1995, p. 84), acerca do perigo de contágio, caso o corpo do preso ficasse ao relento. Diante de sua fala, o militar refletiu a ponto de concordar com ela: “*A mulher tem razão, reconsiderou o sargento, num caso como este não há dúvida de que todos os cuidados são poucos*” (SARAMAGO, 1995, p. 85).

Depois de passado algum tempo, a mulher do médico conseguiu uma enxada com os policiais. Como eles não sabiam que ela enxergava, ficaram surpresos com a sua capacidade em ter encontrado a ferramenta e depois voltado para o interior do hospital. Diante da cena, um dos soldados se dirigiu ao sargento e lhe disse: “*Nosso sargento, já viu aquilo [...], até parece ela que tem olhos,*”, ao qual ele respondeu: “*Os cegos aprendem depressa a orientar-se, explicou, convicto, o sargento*” (SARAMAGO, 1995, p. 86).

Tendo como parâmetro Piaget (1932/1994), compreendemos tais palavras pronunciadas pelo militar como uma demonstração inequívoca acerca do processo de construção de conhecimentos. Em outras palavras, diante de um problema (evidentemente, para os próprios sujeitos), isto significa que eles estão em desequilíbrio. Como forma de atingir um novo estado de equilíbrio e, em decorrência, adaptarem-se de maneira organizada ao meio, os referidos organismos

acionam involuntariamente os mecanismos de assimilação e de acomodação²³. No caso dos personagens tomados pela cegueira branca – inclusive a mulher do médico que não cegara –, construíram meios para viverem naquele ambiente.

Dando continuidade, no dia seguinte à referida madrugada em que o ladrão fora morto, depois de certo atraso, a comida começou a ser levada pelos soldados. Os cegos, famintos, ouviram os portões e imediatamente se colocaram em posição de alerta. Foi quando um dos soldados, apoiado na crença de um possível ataque, embora nada indicasse isso, resolveu iniciar os disparos e novamente mais mortes ocorreram. Quando cessaram os disparos, os cegos colocaram-se a recolher o alimento.

Diante desse quadro, eles resolveram primeiramente comer e, na sequência, enterrar os corpos. Nesse momento, a mulher do médico analisou a conduta de desonestidade da maioria dos pacientes que foram tomados pela cegueira branca, no que concerne ao fato de vários deles terem sido guiados apenas com a finalidade de atender aos próprios interesses. Inclusive, alguns chegaram a receber comida duas vezes.

Apesar de ela ter considerado o referido ato condenável, julgou prudente não denunciar, pois, se o fizesse, poderia ser descoberta como alguém que enxergava e, por consequência, concretizar-se-ia o seu receio de ser transformada em uma escrava de todos.

A propósito: a prudência é considerada também, por Comte-Sponville (1995), como uma grande virtude e quem não a cultiva costuma fracassar no seu intento.

Melhor é mentir à Gestapo do que lhe entregar um judeu ou um resistente. Em nome de quê? Em nome da prudência, que é a justa determinação (para o homem, pelo homem) desse melhor. É a moral aplicada, e o que seria uma moral que não se aplicasse? As outras virtudes, sem a prudência, não poderiam mais que revestir o Inferno com suas boas intenções. (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 38)

Referente a essa cena, podemos também falar sobre as relações pautadas pelo meio, e outras, pelo fim. Conforme Kant (1785/2004), a norma fundamental da conduta moral é tratar outrem, como gostaria de ser tratado, ou seja, nunca como

²³ A assimilação e a acomodação constituem “os dois polos de uma interação que se desenvolve entre o organismo e o meio, a qual constitui a condição indispensável de todo funcionamento biológico e intelectual” (PIAGET, 1937/ 1970, p. 328). Enquanto as formas biológicas de assimilação são hereditárias, “aquilo que é característico das assimilações cognitivas é construir sem cessar novos esquemas em função dos precedentes ou acomodar os antigos” (PIAGET, 1983, p. 246).

meio, mas como fim em si mesmo. Nesse sentido, teríamos o eu refletido no outro, e seria possível fazer ou não ao outro aquilo que aprovássemos ou desaprovássemos a nós mesmos.

A mulher do médico, ainda em relação a alguns receberem mais alimentos que outros, poderia desvencilhar-se de tal situação e ficar simplesmente a observar. Porém, não achava justo que uns se beneficiassem mais, quando ela poderia denunciar isso. Assim, sentiu-se incomodada com essa ocorrência e decidiu conversar a respeito com o marido.

Sobre o fato de ela possivelmente – ao agir dessa forma – acabar por se transformar em uma escrava de todos, pode parecer ao leitor mais apressado que esse é um comportamento típico de sujeitos heterônomos. Consideramos, porém, que isso decorre do fato de ela ser generosa.

Por que fazemos tal afirmação? Caso ela fosse heterônoma, simplesmente ela estaria a agir por dever, sem pensar nas consequências e, por conseguinte, satisfaria a vontade de todos.

Todavia, rodeada de heterônomos, mesmo ela fazendo uso de seu pensar, os sujeitos habituados a um modo de proceder acabariam por obrigá-la a se comportar como serviçal, entendendo essa atitude como natural. Por assim serem, acreditariam que apenas os outros podem resolver seus problemas, como é corrente na nossa cultura, sobretudo quando os próprios brasileiros criticam o seu povo por todas as mazelas e mal feitos existentes em nosso país, como se o próprio crítico fosse de outra nacionalidade e não habitasse e usufruísse dos *fartos seios da nossa mãe terra*, para empregar expressão do psicanalista Contardo Calligaris (1991/1996). É por isso que ela se mostra temerosa até mesmo em pensar nas consequências caso eles ficassem sabendo do estado de sua visão.

*Não queria nem pensar nas consequências que resultariam da revelação de que não estava cega, o mínimo que lhe poderia acontecer seria **ver-se transformada em serva de todos, o máximo talvez fosse converterem-na em escrava de alguns**. A ideia, em que ao princípio se falara, de designar um responsável por cada camarata, poderia, sabe-se lá, ajudar a resolver estes apertos e outros por desgraça ainda piores, sob condição, porém, de que a autoridade desse responsável, certamente frágil, certamente precária, certamente posta em causa a cada momento, fosse claramente exercida a bem de todos e como tal reconhecida pela maioria. Se não o conseguirmos, pensou, acabaremos por matar-nos aqui uns aos outros. Prometeu a si mesma quealaria destes delicados assuntos ao marido e continuou a repartir as rações. (SARAMAGO, 1995, p. 93-94, negritos nossos)*

Apesar dessas reflexões inclinadas à defesa da generosidade, o trecho “Se não o conseguirmos, pensou, acabaremos por matar-nos aqui uns aos outros” (SARAMAGO, 1995, p. 93) nos dá indícios de que ela foi, neste caso, efetivamente movida pela reciprocidade.

Continuemos.

Depois de se alimentarem, quase todos os internos foram se deitar. Em razão disso, ela e o seu marido conseguiram convencer apenas dois dos confinados a auxiliá-los no trabalho de fazer as covas e enterrar os mortos.

Depois de enterrados, os que desempenharam a função de coveiros estavam esgotados e, por causa disso, foram dormir, como os outros já faziam havia algum tempo. A mulher do médico, porém, manteve-se acordada, refletindo. Foi nesse momento que percebeu que não havia dado corda ao relógio, e caiu em desespero.

A rapariga dos óculos escuros, ao ouvir seus murmúrios e soluços, dirigiu-se à mulher do médico a fim de ampará-la.

Está aflita, precisa de alguma coisa, ia perguntando [a rapariga de óculos escuros] à medida que avançava? e tocou com as duas mãos nos corpos deitados. A discricção mandava que imediatamente as retirasse, e essa ordem deu-lha o cérebro com certeza, mas as mãos não obedeceram, apenas tornaram mais subtil o contacto, nada mais que um leve roce da epiderme na manta grosseira e tépida. Precisa de alguma coisa, tornou a perguntar a rapariga, e, agora sim, as mãos já se retiraram, já se levantaram, perderam-se na brancura estéril, no desamparo. Ainda soluçando, a mulher do médico saiu da cama, abraçou-se à rapariga, Não é nada, foi uma tristeza que me entrou de repente, disse, Se a senhora, que é tão forte, está a desanimar, então é porque não temos mesmo salvação, queixou-se a rapariga. [...] A mulher do médico disse, Todos temos os nossos momentos de fraqueza, ainda o que nos vale é sermos capazes de chorar, o choro muitas vezes é uma salvação, há ocasiões em que morreríamos se não chorássemos, [...] (SARAMAGO, 1995, p. 100-101)

Em referência a tal contexto, pensamos na possibilidade de refletirmos a respeito do olhar do outro como elemento integrante do processo de construção de nossa autoimagem. Para La Taille (2000), o julgamento alheio tem considerável influência na determinação das condutas, até mesmo quando nos referimos aos sujeitos denominados autônomos.

Piaget (1932/1994), por sua vez, também corrobora essa ideia, uma vez que afirmou que é praticamente impossível, para um adulto, desconsiderar os juízos emitidos pelo outro. Para reforçar, exemplifica com a atuação de pintores e de músicos que não tinham reconhecimento em grande escala, mas que, se nos

atentarmos, estavam sempre rodeados por pessoas íntimas que lhes ofereciam alguma forma de suporte, sobremaneira, financeiro e psicológico.

No caso da obra, quando a rapariga dos óculos escuros emitiu sua perspectiva, ou seja, seu juízo sobre a mulher do médico – *tão forte* –, fê-la, de alguma forma, recompor-se e fortalecer sua identidade autônoma. Afirmamos isso com base na resposta dada por ela: “*Todos temos os nossos momentos de fraqueza, ainda o que nos vale é sermos capazes de chorar, o choro muitas vezes é uma salvação*” (SARAMAGO, 1995, p. 101). Em outros termos, percebeu que havia de manter o controle de si para poder, dessa forma, contribuir com o coletivo. Além disso, evidenciou que mesmo os sujeitos autônomos têm seus momentos de desespero, de bloqueio da cognição e de impulsividade. Caso não fosse assim, tais pessoas seriam santas ou deusas, como se fala popularmente e cabe perfeitamente ao psicólogo, quando alguém nos diz “mas você não é psicólogo?” Costumamos responder assim (por mais ríspido que possa parecer): “mas não somos deuses”.

5.10 A beleza e a cegueira

Ainda no contexto em que se estabelecia o citado diálogo entre as personagens, a mulher do médico sentiu vontade de dizer à rapariga que ela estava curada da conjuntivite. Pensou, contudo, que pouca serventia teria sua ação, pois todos que estavam no manicômio encontravam-se tomados pela cegueira branca.

Mais calma, a mulher do médico pensava, olhando-a de frente, Já quase não se lhe notam vestígios da conjuntivite, que pena não poder dizer-lho, ela ficaria contente. Provavelmente, sim, ficaria contente, embora um tal contentamento fosse absurdo, não tanto por estar ela cega, mas porque toda a gente ali o estava também, **de que servirá ter os olhos límpidos, e belos, como estes são, se não há ninguém para os ver.** (SARAMAGO, 1995, p. 100-101, negritos nossos)

Evidenciamos aqui que a noção de beleza física, assim como a nossa existência, é dependente do outro. No caso em análise, de nada adiantaria ter os olhos curados e “bonitos”, sem ninguém para vê-los. Arriscamo-nos a dizer que a nosso meio social, conceituado por Debord (1992/1997) como “sociedade do espetáculo”, da aparência externa, perde completamente o sentido. Evidenciamos, ainda, que, atualmente, temos nos mostrado incapazes de romper com certos

estereótipos, exatamente porque estamos cegos para outros aspectos. Nas palavras de Piaget (1932/1994), heterônomos, nas de Marx (1848/2014), alienados.

5.11 O velho cego de um olho e as notícias do mundo extramuros

Na sequência da obra, chegou ao manicômio o velho cego de um olho e que, por isso, usava uma venda preta. Também havia passado pelo consultório do médico, assim como a rapariga dos óculos escuros, o menino estrábico e o primeiro homem a cegar. Ele, então, apresentou-se à mulher do médico e, como forma de retribuir-lhe o acolhimento, lhe informou que possuía um pequeno rádio. Os cegos que estavam próximos ficaram um pouco eufóricos com essa notícia, pois só assim poderiam escutar um pouco de música e obter informações sobre o que estaria ocorrendo fora do manicômio. Infelizmente, afora algumas músicas, nada fora noticiado.

Mesmo assim, como ele havia sido o último cego a chegar ao manicômio, os demais queriam saber acerca do que estava acontecendo fora de lá. Ele, então, contou que, entre outros ocorridos,

*Ao princípio, muito ao princípio, algumas organizações caritativas ainda ofereceram voluntários para irem tratar dos cegos, fazer-lhes as camas, limpar-lhes as retretes [vaso sanitário], lavar-lhes a roupa, preparar-lhes a comida, esses cuidados mínimos sem os quais a vida depressa se torna insuportável, até para os que vêem. Os pobres queridos cegavam imediatamente, mas ao menos ficava para a história **a beleza do gesto**. [...]*
(SARAMAGO, 1995, p. 125-126, negritos nossos)

Saramago (1995), a nosso ver, informa-nos, com esse trecho, que não são todos que estão a preocupar-se apenas com o próprio umbigo (consigo próprios), como aponta certos autores (Lasch, 1979/1983, por exemplo). Diante da tragédia, voluntários foram ao socorro dos acometidos pela cegueira, mesmo ficando – quase na sequência – cegos. Isso, porém, nos faz pensar que a caridade não é uma virtude ou é insuficiente para nos proteger contra a cegueira, já que ela ainda se funda, de alguma maneira, em um interesse pessoal. Sobre isso, Comte-Sponville (1995, p. 208, negritos nossos) nos explica também que

Ainda não é caridade, que ama seu próximo como a si mesma, o que suporia, como já vira Rousseau, que adotássemos esta “máxima sublime”: “Faz ao outro o que queres que ele te faça.” A doçura não visa tão alto

assim. É uma espécie de bondade natural ou espontânea, cuja máxima, “bem menos perfeita, porém mais útil talvez do que a precedente”, seria antes a seguinte: **“Faz teu bem com o menor mal possível ao outro.”** Essa máxima da doçura, menos elevada sem dúvida do que a da caridade, menos exigente, menos exaltante, é também mais acessível, por isso mais útil de fato, e mais necessária. Podemos viver sem caridade, toda a história da humanidade o prova. Mas sem um mínimo de doçura, não.

De qualquer maneira, é fato que uma pessoa caridosa – seja por qual motivo for – é digna de elogio, pois o seu ato é revestido de beleza. Em outros termos: ajudar os outros, mesmo em se tratando de uma medida paliativa, talvez seja uma maneira de religar os semelhantes.

Centrando-nos novamente na obra, foi no instante em que o velho cego estava a fazer o seu relato que ocorreu à mulher do médico – já desesperada pela situação em que se encontravam – considerar, mais uma vez, a possibilidade de assumir publicamente que ainda enxergava.

A sua aflição fundamentou-se no fato de os cegos terem se transformados em animais irracionais (como se já não fossem, ao agir mecanicamente), lobos de si próprios (HOBBS, 1651/1974); sobremaneira por não serem amparados devidamente. Podemos, nesse sentido, ressaltar a importância da moral, ou seja, de um sistema de regras e valores que deve ter por primazia possibilitar à harmonia social. Para Piaget (1932/1994), a necessidade da moralidade para o desenvolvimento do indivíduo e da civilização é inquestionável. E não poderia ser de outra forma. Como conviver sem o respeito a algumas regras que compõem o campo das relações interpessoais? Somente por meio dela é que se possibilita ao indivíduo construir a autonomia. Temos, então, o meio como elemento constitutivo do desenvolvimento do homem como ser civilizado. A questão, porém, em relação ao *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 1995), diz respeito ao meio que, além de contribuir para a cegueira dos indivíduos, reforça o egoísmo deles. Afirmamos isso porque, se nos voltarmos ao cotidiano, somos capazes de identificar diversas regras e leis de convívio social impostas. Não que a imposição seja o único problema, uma vez que também observamos a aceitação, sem qualquer reflexão, dessas regras por parte dos indivíduos, que, sequer, reflete para a legitimação de tais regras ou a reformulação das já existentes.

A questão consiste, porém, na imposição de regras sem se explicitarem seus princípios, como ocorre com frequência, segundo La Taille (2006), nas instituições educacionais. A saber, os princípios constituem o porquê das regras, as quais,

quando apontadas por si só, excluem todo o entendimento acerca de sua necessidade, fazendo com que o indivíduo não as internalizem, apenas obedeçam-lhes. Assim, a educação, que poderia ser uma ferramenta de emancipação, já que é necessário que se coloquem limites aos indivíduos para que, posteriormente, alcancem a autonomia, acaba por exercer um papel de poder vertical, mantido por relações de coação.

Em outros termos, os indivíduos são acostumados a seguir normas e nada sabem a respeito de seu fundamento e de suas finalidades. Dessa forma, quando se veem desamparados por elas, não se consideram na posição de legislador, que pode, por meio do diálogo e do olhar voltado ao outro, determinar coletivamente o bem e, em seguida, determinar quais regras devem nortear as relações entre eles.

Continuando com a narrativa, o ambiente, que já se tornara um caos, obrigou os cegos a utilizarem espaços não convenientes para depositarem seus dejetos, se é que havia ali algo apropriado. Dessa forma, começaram a utilizar o limite da cerca que delimitava o espaço do manicômio para tal fim. Em relação a isso, e a outras ocorrências incomuns que se tornavam cada vez frequentes, a mulher do médico refletiu.

Estes cegos, se não lhes acudirmos, não tardarão a transformar-se em animais, pior ainda, em animais cegos. Não o disse a voz desconhecida, aquela que falou dos quadros e das imagens do mundo, está a dizê-lo, por outras palavras, noite alta, a mulher do médico, deitada ao lado do seu marido, cobertas as cabeças com a mesma manta, Há que dar remédio a este horror, não aguento, não posso continuar a fingir que não vejo, Pensa nas consequências, o mais certo é que depois tentem fazer de ti uma escrava, um pau-mandado, terás de atender a todos e a tudo, exigir-te-ão que os alimentos, que os laves, que os deites e os levantes, que os leves daqui para ali, que os assoes e lhes seques as lágrimas, gritarão por ti quando estiveres a dormir, insultar-te-ão se tardares, E tu, como queres tu que continue a olhar para estas misérias, tê-las permanentemente diante dos olhos, e não mexer um dedo para ajudar, O que fazes já é muito, Que faço eu, se a minha maior preocupação é evitar que alguém se aperceba de que vejo, [...] (SARAMAGO, 1995, p. 134-135, negritos nossos)

Ademais, o diálogo entre o médico e sua mulher nos levou a pensar – como já apontamos – no fato de a cegueira já estar presente nas sociedades pós-industriais do Ocidente antes de se tornar uma epidemia no sentido aparentemente biológico.²⁴

²⁴ O sociólogo Simmel (1902/1973) credita essa situação ao excesso de elementos exógenos com os quais se deparam diariamente os indivíduos. Essa abundância de informações se choca com os estímulos endógenos do sujeito, levando-o a apresentar comportamento tipicamente *blasé* e a ser incapaz, em decorrência, de se comover com o que o cerca. Age assim como forma de se proteger contra o fadiga do psiquismo, caso se preocupasse com os outros, em um mundo de excessiva

Desse modo, a cegueira não levou a melhorias nas condutas humanas, como reflete o médico, ao buscar desestimular a sua mulher sobre tornar público que enxergava. Entretanto, a mulher o responde, dizendo que se não trouxe melhorias, igualmente, não trouxe pioras: ***“Alguns irão odiar-te por veres, não creias que a cegueira nos tornou melhores, Também não nos tornou piores, Vamos a caminho disso, vê tu só o que se passa quando chega a altura de distribuir a comida, [...]”*** (SARAMAGO, 1995, p. 135, negritos nossos).

Na sequência, a mulher do médico tentou apontar ao marido quais seriam os benefícios de todos saberem sobre sua lucidez óptica. Para isso, utilizou-se da razão sábia. Sendo assim, buscou demonstrar que, se todos soubessem, teria condições de promover ações calcadas na justiça, tornando mais amena a vida ali, já que ela poderia tomar cargo de tudo aquilo que estava engendrando lutas e disputas.

Nesse sentido, a justiça, a mais racional das virtudes, conforme Aristóteles (343 a.C./1991), constitui-se, basicamente, segundo La Taille (2006), pela igualdade e equidade, o que implica suprimir privilégios e tornar iguais os diferentes, respectivamente.

Também em relação a isso, de acordo com Kant (1781/2001), não basta que se pratique a justiça. É necessário que a equidade esteja a ela atrelada. Queremos dizer que para que se prevaleça efetivamente a justiça, é preciso considerar as singularidades, como uma criança receber mais alimento que um adulto devido ao seu momento de desenvolvimento, a exigir um gasto maior de energia.

Precisamente, uma pessoa que visse poderia tomar a seu cargo a divisão dos alimentos por todos os que estão aqui, fazê-lo com equidade, com critério, deixaria de haver protestos, acabariam essas disputas que me põem louca, tu não sabes o que é ver dois cegos a lutarem, [...]
(SARAMAGO, 1995, p. 135)

Nesse momento, o médico – seu marido – a interrompe dizendo-lhe que ***“Lutar foi sempre, mais ou menos, uma forma de cegueira”*** (SARAMAGO, 1995, p. 135). A isso ela responde que assim prefere a ter que continuar vendo tamanho horror. Entretanto, o médico a contrapõe, buscando evidenciar que a situação em que se encontravam era diferente. Não se tratava de uma guerra, cujo norte é a

claridade. Em linhas gerais, essa é a tese defendida por pensadores ligados à *Escola de Frankfurt* ao denunciar que a razão pensada por Kant em *O que é o esclarecimento?* (1783/2005) foi transformada ou reduzida à razão instrumental (a que está presa aos meios, deixando de se considerar os fins).

defesa de alguma ideologia, como o emprego da guerra visando à defesa do estado democrático de direito. No caso em questão, não se poderia falar mais de seres pensantes, mas de selvagens:

Isto é diferente, Farás o que melhor te parecer, mas não te esqueças daquilo que nós somos aqui, cegos, simplesmente cegos, cegos sem retóricas nem comiserações, o mundo caridoso e pitoresco dos ceguinhos acabou, agora é o reino duro, cruel e implacável dos cegos, [...]
(SARAMAGO, 1995, p. 135)

No mesmo diálogo, como já dito, a mulher do médico ainda emite a seguinte fala: *“Se tu pudesses ver o que eu sou obrigada a ver, quererias estar cego”* (SARAMAGO, 1995, p. 135). Podemos, a partir disso, pensar nos efeitos das relações sociais atuais. Sabemos que a falta de generosidade, justiça, compaixão e amor, entre outras, compõe um cenário em que, como nos diz Bauman (2000), leva à produção de relações sociais líquidas. Dessa forma, com a velocidade, dinâmica e fluidez da vida, a atenção voltada ao outro se torna dispensável, ou sequer é vista como um problema.

A mulher do médico, em um momento de reflexão, deu a pensar em como poderia dizer que ainda enxergava. Chegou à conclusão, como nas outras vezes, de que seria penoso lidar com todas as responsabilidades, as quais poderiam levá-la à exaustão. Acabou por dizer *“Sou covarde, murmurou exasperada, para isto mais valia estar cega, não andaria com veleidades de missionária”* (SARAMAGO, 1995, p. 137). Podemos, assim, hipotetizar que, pela perspectiva da referida personagem, a questão da compaixão, que compõe também a função de missionários tais quais os conhecemos, seja pejorativa. Esse fato pode ter se dado por, não raramente, se confundir compaixão com piedade. Porém, segundo Comte-Sponville (1995, p. 127),

Podemos participar àquele que sofre, por exemplo por estar gravemente enfermo, nossa compaixão ou nossa simpatia. Não ousaríamos lhe exprimir nossa piedade, que seria considerada depreciativa ou insultante. A piedade é sentida de cima para baixo. A compaixão, ao contrário, é um sentimento horizontal, só tem sentido entre iguais, ou antes, e melhor, ela realiza essa igualdade entre aquele que sofre e aquele (ao lado dele e, portanto, no mesmo plano) que compartilha do seu sofrimento. Nesse sentido, não há piedade sem uma parte de desprezo; não há compaixão sem respeito.

Mesmo assim, a mulher do médico, depois de acordar, começou a pensar como faria para informar os internos de que enxergava. Considerou duas

possibilidades: contar-lhes que não fora tomada pela cegueira branca ou dizer-lhes que tinha recuperado a visão. Caso acatasse a segunda alternativa, com o seu ato, além dos seus motivos pessoais, ela poderia dar esperança aos demais de que eles poderiam voltar a ver. Depois de considerar as possíveis consequências de seu ato (transformar-se numa serviçal, por exemplo), julgou por bem manter-se em silêncio quanto a esse aspecto.

5.12 A selvageria e o horror

Dando continuidade à narrativa, em um determinado momento, em meio ao caos, alguns indivíduos se apropriaram de toda a comida que havia sido deixada no átrio (pátio) e feriram os outros que tentavam impedi-los. Reafirmamos, com isso - pela reflexão da mulher do médico -, a noção de que não se procurava manter uma relação de cooperação naquele ambiente (PIAGET, 1932/1994). As condutas, ao contrário, eram pautadas pela coação, concretizada, na maioria dos casos, pela violência física, justamente a forma empregada por um grupo de cegos que tomou o poder e submeteu todos os outros.

É possível observar semelhanças com a forma de poder que permeia nossa sociedade. O sistema capitalista por si só é emblemático a esse respeito. Em um mundo controlado pelo modelo econômico neoliberal, em que os próprios indivíduos se tornam descartáveis caso não estejam contribuindo para a manutenção da ordem social capitalista, as relações se dão de modo vertical, contemplando os interesses de uma pequena parcela detentora do poder econômico, político e social.

Sobre isso, pela perspectiva da psicologia ético/moral, podemos salientar que se trata de pessoas que utilizam suas competências tanto cognitiva quanto moral para subjugar os demais. É o que Flanagan (1991/1996) chama de ideal autônomo duvidoso, mas que é legitimado, uma vez que os indivíduos controlados não são capazes, na maior parte das vezes, de avaliar criticamente o conteúdo em relação à qualidade das regras que os cercam. Assim, em uma moral heterônoma, parecem não perceber que fazem parte de uma engrenagem que atua em prol da sua própria subjugação²⁵.

²⁵ O modo de funcionamento do indivíduo heterônomo, a nosso ver, pode ser comparado ao que nos é retratado em *Tempos modernos* (1936). Essa película, protagonizada por Charlie Chaplin (1889-1977), é emblemática, pois demonstra a emergente identidade das sociedades pós-industriais, ou

Dando continuidade, a mulher do médico – ao alcançar o átrio – “compreendeu logo que nenhuma conversação diplomática iria ser possível, e que provavelmente não o seria nunca” (SARAMAGO, 1995, p. 138). Afora o certo ceticismo apresentado pela referida mulher (algo perfeitamente esperado na situação em que se encontrava), fez novamente uso da razão sábia e concluiu: naquele contexto e naquela circunstância, a conversação seria impossível. Afinal, os cegos que haviam tomado posse da comida estavam armados de paus e ferros tirados das camas.

Mesmo assim, o desespero, movido pela fome, fez com que alguns, mesmo sendo golpeados, insistissem: “[...] *os golpes nos braços levantados, outros arrastavam-se de gatas até esbarrarem com as pernas dos adversários, que os recebiam com pontoadas [sic] nos lombos e pontapés*” (SARAMAGO, 1995, p. 139).

Assim, nessa cena, vê-se o valor venal instituído à vida no mundo ocidental. Desse modo, então, a vida parece ter se tornado meio e não fim, como apregoeou Piaget (1932/1994) e Kant (1785/2004). A identidade do indivíduo também é de tal forma construída por formas de glória que o sujeito delega à beleza, à força física, ao *status* financeiro e ao social apenas os valores necessários para a sua existência. Na obra em questão, por exemplo, os homens que furtaram toda a comida, inicialmente, pediram em troca todos os bens que os outros indivíduos possuíam. Observamos que essa conduta estava atrelada à questão do *status* social e econômico em detrimento da vida em si.

Diante disso, quando se encontravam na camarata a fim de reunir os bens, alguns cegos confrontaram a decisão.

[...] *Eu não dou o que me pertence a esses filhos de uma puta cega, disse alguém, Nem eu, ajuntou outro, Isto, ou damos todos, ou não dá nenhum, disse o médico, Não temos alternativa, disse a mulher, além disso a regra, aqui dentro, vai ter de ser a mesma que nos impuseram lá fora, quem não quiser pagar, que não pague, está no seu direito, mas nesse caso não comerá, o que não pode é estar a alimentar-se à custa dos outros. [...]* (SARAMAGO, 1995, p. 141, negritos nossos)

Na referida cena, vemos na resposta da mulher a presença da virtude da justiça. De acordo com Comte-Sponville (1995, p. 93), a justiça “[...] é o respeito à igualdade de direitos, não de forças, e aos indivíduos, não às potências”.

Nessa perspectiva, exemplifica:

Nos campos de concentração como alhures, as diferenças individuais eram também diferenças éticas. Alguns roubavam a ração de seus co-detentos, denunciavam os líderes aos guardas, oprimiam os mais fracos, cortejavam os mais fortes... Injustiça. Outros organizavam a resistência e a solidariedade, dividiam os recursos comuns, protegiam os mais fracos, em suma, tentavam restabelecer apesar de tudo, no horror generalizado, como que uma aparência de direito ou de equidade... Justiça. Que ela tivesse de mudar de formas, imagina-se, mas sem com isso desaparecer, nem como exigência, nem como valor, nem como possibilidade. Nos campos de concentração também havia justos e canalhas, ou antes era possível (desconfiemos das globalizações extremadas e simplificadoras) ser mais ou menos justo, e alguns o foram, muitas vezes à custa da própria vida, heroicamente. [...] (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 87-88)

Enquanto os outros ocupantes da camarata retiravam seus pertences a fim de entregá-los em troca de comida, a mulher do médico começou a olhar fixamente para uma tesoura. Passou, então, a se questionar a respeito de que lhe serviria aquele objeto e, aparentemente sem saber o porquê, considerou por melhor guardá-lo consigo. Assim, enquanto o médico recolhia os pertences de todos, sua mulher aproveitou para pendurar a tesoura no prego mais alto que encontrou no quarto.

Sobre outro momento, pretendemos apresentar um trecho da narrativa que nos remete à diferença entre coragem e esperança.

*Descuidados do dia de amanhã, esquecidos de que **quem paga adiantado, sempre acaba mal servido**, a maioria dos cegos, em todas as camaratas, dormiam a sono solto. Os outros, cansados de buscar sem resultado uma saída honrosa para os vexames sofridos, foram, pouco a pouco, adormecendo também, sonhando com a esperança de uns dias melhores do que estes, mais livres, se não mais fartos. Na primeira camarata lado direito só a mulher do médico não dormia. (SARAMAGO, 1995, p. 151, negritos nossos)*

Por essa perspectiva, podemos observar que, enquanto os outros indivíduos do manicômio contavam com a esperança, sempre projetando um futuro, sem refletir sobre o presente (heteronomia), a mulher do médico encontrou-se impulsionada, em ação no tempo presente, apesar de todas as adversidades, o que concretiza coragem, segundo Comte-Sponville (1995).

Sendo assim, a vida nos aponta a necessidade de ter coragem para resistir ao desespero. Este, por sua vez, pode nos levar a ter mais coragem. Afinal, “e o que temeriam, se nada mais têm a esperar?” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 65).

5.13 A coragem decorrente do desespero

É o que acontece quando efetivamente a tesoura é utilizada e que nos faz confirmar a coragem a partir do desespero. Referimo-nos ao momento em que os homens, os quais, até então, pediam os bens em troca de comida, passaram a exigir o corpo das mulheres, estuprando-as – em troca de alimento –, embora saibamos que não seja concebível a quantificação de sofrimento. Assim, a mulher foi capaz de matar um dos estupradores com um golpe no pescoço, apesar de não ter se mostrado a favor da violência, pelo menos até esse momento.

Devagar, a mulher do médico aproximou-se, rodeou a cama e foi colocar-se por trás dele. A cega continuava no seu trabalho. A mão levantou lentamente a tesoura, as lâminas um pouco separadas para penetrarem como dois punhais. Nesse momento, o último, o cego pareceu dar por uma presença, mas o orgasmo retirara-o do mundo das sensações comuns, privara-o de reflexos, Não chegarás a gozar, pensou a mulher do médico, e fez descer violentamente o braço. A tesoura enterrou-se com toda a força na garganta do cego, girando sobre si mesma lutou contra as cartilagens e os tecidos membranosos, depois furiosamente continuou até ser detida pelas vértebras cervicais. (SARAMAGO, 1995, p. 185)

A narrativa nos leva também a um momento em que a mulher do médico não conseguia dormir como faziam seus pares e saiu a caminhar pelo ambiente. Deparamo-nos, na referida cena, com uma atitude que nos fez voltar a analisar a virtude da compaixão.

A mulher do médico continuou a andar, cada vez mais depressa, à medida que se aproximava da porta. Antes de seguir em direcção ao átrio, olhou ao longo do corredor que levava às outras camaratas deste lado, lá mais para diante, às sentinas, e finalmente, à cozinha e ao refeitório. Havia cegos deitados junto às paredes, daqueles que à chegada não foram capazes de conquistar uma cama [...] A dez metros, um cego estava deitado em cima de uma cega, ele enganchado entre as pernas dela, faziam-no o mais discretamente que podiam, eram dos discretos em público, mas não seria preciso ter o ouvido muito apurado para saber em que se ocupavam, muito menos quando um e outro já não puderam reprimir os ais e os gemidos, alguma palavra inarticulada, que são os sinais de que tudo aquilo está prestes a acabar. A mulher do médico ficou parada a olhá-los, não por inveja, tinha o seu marido e a satisfação que ele lhe dava, mas por causa de uma impressão doutra natureza, para a qual não encontrava nome, poderia ser um sentimento de simpatia, como se estivesse a pensar em dizer-lhes Não liguem a estar eu aqui, também sei o que isso é, continuem, poderia ser um sentimento de compaixão. (SARAMAGO, 1995, p. 153)

Nessa perspectiva, podemos, uma vez mais, fundamentar-nos em Comte-Sponville (1995). Este afirma ser a compaixão uma forma de simpatia, na dor ou na tristeza, envolvendo-se e participando do sentimento alheio. E mais:

Todo prazer é um bem, mas nem sempre, longe disso, um bem moral (a maioria de nossos prazeres são moralmente indiferentes), nem mesmo – pensemos no prazer de um torturador – um bem moralmente aceitável. A simpatia no prazer não vale o mesmo que o prazer em questão, ou antes, se ela às vezes pode valer mais (pode ser louvável participar do prazer, ainda que moralmente indiferente, de outrem: é o contrário da inveja), é apenas na medida em que esse prazer não é moralmente pervertido, isto é, dominado pelo ódio ou pela crueldade. Todo sofrimento, ao contrário, é um mal, e um mal moral, não decerto por ele sempre ser moralmente condenável (há muitos sofrimentos inocentes, outros virtuosos ou heroicos), mas por sempre ser moralmente lastimável. A compaixão é essa lástima, ou antes, essa lástima é a forma mínima da compaixão. (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 117)

E, ainda, observamos sua perspectiva sobre o amor.

*Ainda que esse instante de gozo supremo pudesse durar-vos a vida inteira, **nunca os dois que sois poderíeis chegar a ser um só.** O cego e a cega descansavam agora, Já separados, um ao lado do outro, mas continuavam de mãos dadas, eram novos, talvez fossem namorados, tinham ido ao cinema e ali cegaram, ou um acaso milagroso os juntou aqui, e, sendo assim, como foi que se reconheceram, ora essa, pelas vozes, claro está, não é só a voz do sangue que não precisa de olhos, **o amor, que dizem ser cego, também tem a sua palavra a dizer.** O mais provável, porém, é que os tivessem apanhado ao mesmo tempo, nesse caso aquelas mãos entrelaçadas não são de agora, estão assim desde o princípio.* (SARAMAGO, 1995, p. 153-154, negritos nossos)

A partir da reflexão da mulher do médico “*o amor, que dizem ser cego, também tem a sua palavra a dizer*” (SARAMAGO, 1995, p. 154), voltamo-nos à crítica em relação ao amor eros. Este se constitui pela falta e, por assim ser, pela busca incessante de algo que lhe traga alegria, já que nunca se satisfaz. Portanto, para Platão (apud Comte-Sponville, 1995), pode ser denominado de amor-paixão.

Por outro lado, o amor *philia* regozija-se com a existência e a presença do outro. Assim, não existe aqui a noção simbiótica que geralmente se faz dos casais, como se acabassem por se tornar apenas um. Afirmamos isso, pois, ao se configurar a ideia de unidade de dois ou mais indivíduos, deixa-se de respeitar as singularidades, levando ao reforço de um egoísmo, isto é, um esperando que o outro sempre corresponda às suas expectativas.

Assim,

[...] Constituir apenas um? Faz muito tempo que renunciaram a isso, se é que um dia acreditaram nisso. Amam demais seu duo, com seus harmônicos, seu contraponto, suas dissonâncias às vezes, para querer transformá-lo em impossível monólogo! (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 277)

A mulher do médico seguiu em seu trajeto observando e, assim, trazendo-nos detalhes da situação calamitosa em que se encontrava o antigo manicômio. Por esse momento, deparou-se com um senhor, como nos mostra a cena a seguir:

[...] Era um homem alto, de mãos grandes. Primeiro esticou para a frente o braço que segurava o cajado, varreu com gestos rápidos o vazio diante de si, deu depois um passo breve, durante um segundo a mulher do médico temeu que ele estivesse a vê-la, que só procurasse por onde seria melhor atacá-la, [...]. Em voz baixa, quase num sussurro, o homem perguntou, Quem está aí, não gritou como as sentinelas de verdade Quem vem lá, a resposta boa deveria ser Gente de paz, e ele remataria Passe de largo, não foi assim que as coisas se passaram, só abanou a cabeça como se respondesse a si mesmo Que disparete, aqui não pode haver ninguém, a estas horas está tudo a dormir. Apalpando com a mão livre, recuou para junto da porta, e, tranquilizado pelas suas próprias palavras, deixou pender os braços. Tinha sono, há muito tempo que estava à espera de que um dos companheiros o viesse render, mas para isso era preciso que o outro, à voz interior do dever, acordasse por si mesmo, que ali não havia despertadores nem meio nenhum de os usar. Cautelosamente, a mulher do médico chegou-se à outra ombreira da porta e olhou para dentro. A camarata não estava cheia. Fez uma contagem rápida, pareceu-lhe que deviam ser uns dezanove ou vinte. Ao fundo viu umas quantas caixas de comida empilhadas, outras em cima das camas desocupadas, Era de esperar, eles não distribuem a comida toda que vão recebendo, pensou. O cego pareceu ficar outra vez inquieto, mas não fez qualquer movimento para investigar. (SARAMAGO, 1995, p. 156-157)

Podemos observar, pelo que nos é relatado pela mulher do médico, a ausência de generosidade, compaixão e justiça, bem como de amor como uma característica recorrente nos personagens de Saramago (1995), enjaulados no manicômio. Nesse sentido, passamos a refletir ao ver um quarto que havia poucas pessoas ocupando, embora tantas dormissem no chão; ao nos deparar, ademais, com comestíveis em grande quantidade, enquanto tantos passavam fome; e, ainda, ao constatar que tais atitudes partiam de indivíduos que se encontravam na mesma situação caótica que os outros e, nem assim, doía-lhes o sofrimento de outrem.

De acordo com Comte-Sponville (1995), a generosidade somente pode ser considerada uma virtude uma vez que é fraca no ser humano, já que tendemos ao egoísmo. Além disso, essa virtude apenas é necessária na ausência do amor. Desse

modo, em relação aos personagens em questão, percebemos a inexistência tanto de amor quanto de qualquer virtude, principalmente generosidade.

Talvez, pudéssemos considerar a solidariedade, já que ela pressupõe a defesa dos interesses de um determinado grupo. Contudo, ela não é uma virtude, conforme asseverou Comte-Sponville (1995, p. 68-69), por ser demais interessada para isso.

O que é a solidariedade? É um estado de fato antes de ser um dever; depois é um estado de alma (que sentimos ou não), antes de ser uma virtude ou um valor. O estado de fato é bem indicado pela etimologia: ser solidário é pertencer a um conjunto in solido, como se dizia em latim, isto é, “para o todo”. Assim devedores são ditos solidários, na linguagem jurídica, se cada um pode e deve responder pela totalidade da soma que tomaram emprestada coletivamente. Isso tem suas relações com a solidez, de que a palavra provém: um corpo sólido é um corpo em que todas as partes se sustentam (em que as moléculas, poderíamos dizer igualmente, são mais solidárias do que nos estados líquidos ou gasosos), de tal sorte que tudo o que acontece com uma acontece também com a outra ou repercute nela. Em suma, a solidariedade é antes de tudo o fato de uma coesão, de uma interdependência, de uma comunidade de interesses ou de destino. Ser solidários, nesse sentido, é pertencer a um mesmo conjunto e partilhar, conseqüentemente – quer se queira, quer não, quer se saiba, quer não – uma mesma história. Solidariedade objetiva, dir-se-á: é o que distingue o seixo dos grãos de areia, e uma sociedade de uma multidão.

Esse fato, além da relação feita com as virtudes, fez-nos pensar acerca do poder, que, conforme é conduzido, reflete valores ético/morais. Nesse sentido, comparamos o poder conferido à mulher do médico, já que era a única a enxergar, àquele produzido por outros personagens.

Como já apontamos em várias passagens do presente texto, a referida personagem, embora tivesse o privilégio da visão, fator que contribuiria demasiadamente caso ela decidisse agir de maneira egoísta, assim não o fez. Ao contrário, utilizou-se do fato de poder ver para contribuir, sempre, de modo horizontal. Isso significa dizer que ela priorizava as relações interindividuais de cooperação, as quais possibilitam a todos uma participação simétrica por meio da coordenação de diferentes pontos de vista, como afirma Piaget (1932/1994), promovendo o desenvolvimento ético/moral.

Já os outros personagens de comportamentos egoístas agiam de maneira vertical através do exercício de poder, isto é, baseados em relações interindividuais de coação. Em outros termos, estabeleciam relações assimétricas, e a autoridade

era concebida como inquestionável. Nesse sentido, aproveitavam-se das condições apenas para se beneficiarem.

Sobre a compaixão, Comte-Sponville (1995, p. 117) nos diz que

[...] é a simpatia na dor ou na tristeza, em outras palavras, é participar do sentimento do outro. Mas, justamente, se nem todos os sofrimentos se equivalem, se há inclusive maus sofrimentos (como o sofrimento do invejoso diante da felicidade do outro), nem por isso deixam de ser sofrimentos, e todo sofrimento merece compaixão. Há nisso uma assimetria notável.

Por essa perspectiva, podemos reforçar a virtude da compaixão patente na mulher do médico ao se referir ao homem do cajado que estava a vigiar a camarata dos ladrões:

Deliberadamente, a mulher do médico quis pensar que este homem era um ladrão de comida, que roubava o que a outros pertencia de justiça, que tirava à boca de crianças, mas apesar de o pensar não chegou a sentir desprezo, nem sequer uma leve irritação, só uma estranha piedade diante do corpo descaído, da cabeça inclinada para trás, do pescoço alongado de veias grossas. (SARAMAGO, 1995, p. 157)

5.14 O médico e a rapariga dos óculos escuros

Dirigindo-nos a outro momento da obra, aconteceu que a mulher do médico se deparou com a cena de seu marido deitando-se com a rapariga de óculos escuros.

Encostada à parede do fundo, no espaço estreito entre as duas fileiras de catres, olhava desesperada a porta no outro extremo, aquela por onde tinham entrado num dia que já parecia distante e que não levava agora a parte alguma. Assim estava quando viu o marido levantar-se e, de olhos fixos, como um sonâmbulo, dirigir-se à cama da rapariga dos óculos escuros. Não fez um gesto para o deter. De pé, sem se mexer, viu como ele levantava as cobertas e depois se deitava ao lado dela, como a rapariga despertou e o recebeu sem protesto, como as duas bocas se buscaram e encontraram, e depois o que tinha de suceder sucedeu, o prazer de um, o prazer do outro, o prazer de ambos, os murmúrios abafados, ela disse, Ó senhor doutor, e estas palavras podiam ter sido ridículas e não o foram, ele disse, Desculpa, não sei o que me deu, de facto tínhamos razão, como poderíamos nós, que apenas vemos, saber o que nem ele sabe. Deitados no catre estreito, não podiam imaginar que estavam a ser observados, o médico de certo que sim, subitamente inquieto, estaria dormindo a mulher, perguntou-se, andaria aí pelos corredores como todas as noites, fez um movimento para voltar à sua cama, mas uma voz disse, Não te levantes, e uma mão pousou-se no seu peito com a leveza de um pássaro, ele ia falar, talvez repetir que não sabia o que lhe tinha dado, mas a voz disse, Se não disseres nada compreenderei melhor. A rapariga dos óculos escuros

*começou a chorar, Que infelizes nós somos, murmurava, e depois, Eu também quis, eu também quis, o senhor doutor não tem culpa, Cala-te, disse suavemente a mulher do médico, calemo-nos todos, **há ocasiões em que as palavras não servem de nada**, quem me dera a mim poder também chorar, dizer tudo com lágrimas, não ter de falar para ser entendida. (SARAMAGO, 1995, p. 171-172, negritos nossos)²⁶*

Por essa atitude, podemos reforçar que tal personagem se pautava também pelo amor, mais especificamente o que Comte-Sponville (1995) denomina de amor *ágape*. Segundo o referido pensador, esse tipo de amor leva a pessoa ao recuo, a não ocupação de todo o espaço da relação, ou seja, ao não exercício de todo o poder de que dispõe. Em relação a este tipo de amor, Comte-Sponville (1995/1996, p. 295) explica, fazendo comparação com a maneira como deveríamos amar os nossos filhos.

Por quê? Por amor: para deixar mais lugar, mais poder, mais liberdade a seus filhos, e tanto mais quanto mais fracos são os filhos, quanto mais desprovidos, mais frágeis, para não os impedir de existir, para não os esmagar com sua presença, sua potência, seu amor... Aliás, isso não é reservado apenas aos pais. (COMTE-SPONVILLE, 1995/1999, p. 295)

Observamos, assim, tais características desse amor no comportamento da mulher do médico. Ela não invade a intimidade de seu marido, deixando-lhe espaço para suas decisões e ações.

Ademais, dispendeu atenção à rapariga dos óculos escuros, confessando-lhe inclusive que era a única que ainda via:

Eu vejo [disse a mulher do médico]. A rapariga ficou imóvel, serena, apenas perplexa porque não sentia nenhuma surpresa, era como se já o soubesse desde o primeiro dia e só não tivesse querido dizê-lo em voz alta por ser um segredo que não lhe pertencia. Girou a cabeça um pouco e sussurrou por sua vez ao ouvido da mulher do médico, Eu sabia, não sei se tenho a certeza, mas acho que sabia, É um segredo, não o podes dizer a ninguém, Esteja descansada, Tenho confiança em ti, Pode tê-la, antes queria morrer que enganá-la [...] (SARAMAGO, 1995, p. 172)

Vê-se que a rapariga anuncia outra virtude, outrora cara aos nossos antepassados. Referimo-nos à lealdade à palavra empenhada. É evidente que,

²⁶ Faremos considerações sobre esse episódio. Contudo, queremos deixar evidente que não se trata de concordamos ou não com o fato de o médico – marido da “mulher do médico” – ter mantido relações sexuais com a rapariga de óculos escuros. A despeito dos nossos posicionamentos pessoais, não é nossa finalidade julgá-los. Nem o poderia ser, pois – como pesquisadores e amparados em referências teóricas – cabe-nos somente analisar; portanto, não é nossa função emitir opiniões favoráveis ou contrárias em relação a esse comportamento. Esse aspecto seria material para outro tipo de escrito.

segundo Pedro-Silva (2006), ela só pode ser considerada uma virtude, se não se colocar acima dos valores que objetivam a harmonia social. Por exemplo, ser leal a um amigo que cometeu um homicídio, não o delatando, não pode ser considerada uma virtude, pois se coloca acima da moral e, em decorrência, produz desarmonia social e, quiçá, individual.

Aqui o amor *ágape* também se faz presente, pois é aquele que

[...] não duplica o amor a si, mas que o compensa ou o dissolve, o amor que não conforta o ego, mas liberta dele, o amor desinteressado, o amor gratuito, o puro amor, como dizia Fénelon, o amor que dá (o que já era *philia*), mas que dá em pura perda, e não a seu amigo (dar a um amigo não é perder: é possuir de outro modo, é desfrutar de outro modo), mas ao estranho, mas ao desconhecido, mas ao inimigo [...] (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 298)

Além de tudo, a mulher do médico coloca-se com os olhos de seu marido, dando-lhe consolo, respeitando-lhe as vontades a ponto de sugerir “*Deixa-te ficar um pouco mais, se queres*”, ao que se sucede “*Não, vou para a nossa cama, Então ajudo-te*”. (SARAMAGO, 1995, p. 172).

5.15 Início dos estupros

A narrativa então se volta para o momento em que ocorre o primeiro estupro coletivo. No momento apresentado, a mulher do médico torna a pensar em matar o líder dos estupradores, como já havia ocorrido quando exigiram favores sexuais das mulheres, em troca da comida fora anunciada.

O cego da pistola retirou o sexo que ainda vinha a pingar e disse com voz vacilante, enquanto estendia o braço para a mulher do médico, Não tenhas ciúmes, já vou tratar de ti, e depois subindo o tom, Eh, rapazes, podem vir buscar esta [a rapariga dos óculos escuros], mas tratem-na com carinho, que ainda posso precisar dela. Meia dúzia de cegos avançaram de rebolão pela coxa, deitaram mãos à rapariga dos óculos escuros, levaram-na quase de rastos, Primeiro eu, primeiro eu, diziam todos. O cego da pistola tinha-se sentado na cama, o sexo flácido estava pousado na beira do colchão, as calças enroladas aos pés. Ajoelha-te aqui, entre as minhas pernas, disse. A mulher do médico ajoelhou-se. Chupa, disse ele, Não, disse ela, Ou chupas, ou bato-te, e não levas comida, disse ele, Não tens medo de que to arranque à dentada, perguntou ela, Podes experimentar, tenho as mãos no teu pescoço, estrangulava-te antes que chegasses a fazer-me sangue, respondeu ele. Depois disse, Estou a reconhecer a tua voz, E eu a tua cara, És cega, não me podes ver, Não, não te posso ver, Então por que dizes que reconheces a minha cara, Porque essa voz só pode ter essa cara, Chupa, e deixa-te de conversa fina, Não, Ou chupas, ou na tua camarata nunca mais

entrará uma migalha de pão, vai lá dizer-lhes que se não comerem é porque te recusaste a chupar-me, e depois volta para me contares o que sucedeu. A mulher do médico inclinou-se para diante, com as pontas de dois dedos da mão direita segurou e levantou o sexo pegajoso do homem, a mão esquerda foi apoiar-se no chão, tocou nas calças, tateou, sentiu a dureza metálica e fria da pistola, Posso matá-lo, pensou. Não podia. Com as calças assim como estavam, enrodilhadas aos pés, era impossível chegar ao bolso onde a arma se encontrava. Não o posso matar agora, pensou. Avançou a cabeça, abriu a boca, fechou-a, fechou os olhos para não ver começou a chupar. (SARAMAGO, 1995, p. 177)

Ocorreu, então, desse ato cruel acometido por indivíduos que em todo momento utilizaram de seus poderes como detentores dos alimentos para subjugar e dominar os outros, a morte de uma das mulheres, a conhecida como “cega da insônia”, devido a sua constante dificuldade em dormir. Nesse instante, novamente a mulher do médico demonstrou sua compaixão, sua capacidade de sentir o sofrimento da outra e, dessa forma, buscou tratá-la com respeito, mesmo estando morta. Por isso, decidiu limpá-la antes do enterro:

[...] ainda que apodrecida, queria lavar a cega das insónias, limpá-la do sangue próprio e do ranho alheio, entregá-la purificada à terra, se tem ainda algum sentido falar de purezas de corpo neste manicómio em que vivemos, que às da alma, já se sabe, não há quem lhes possa chegar. (SARAMAGO, 1995, p. 180)

Para isso se concretizar, fez todos os esforços, driblando cegos que jamais aceitariam doar água para limpar uma defunta, e conseguiu voltar do refeitório com um saco pesado, cheio de água. Nesse sentido, cogitamos que o ato da mulher do médico foi movido por compaixão.

Ocorre, então, agora com outras mulheres, o segundo estupro coletivo, do qual decorre o já referido assassinato cometido pela mulher do médico - a saber, ela, movida pela coragem do desespero, cravou-lhe uma tesoura no pescoço. Acontece, porém, após a morte, que um grande alarido de gritos toma o quarto e, com algum esforço, a mulher do médico consegue retirar as mulheres da camarata dos estupradores. Isso custou algumas vidas de homens que tentavam avançar em sua direção, buscando impedi-la ou matá-la, os quais também foram mortos ou feridos pela tesoura.

Nesse sentido, a referida personagem demonstrou saber o peso depositado ao seu ato, tanto que lhe fez ficar atordoada ao lembrar o que havia ocorrido. Apesar disso, questionou-se:

[...] *quando é que é necessário matar, perguntou-se a si mesma enquanto ia andando na direcção do átrio, e a si mesma respondeu, **Quando já está morto o que ainda é vivo.** Abanou a cabeça, pensou, E isto que quer dizer, palavras, palavras, nada mais.* (SARAMAGO, 1995, p. 189)

Vemos, no período em destaque, uma característica da moralidade heterônoma: apesar de o indivíduo estar “vivo” (no sentido biológico do termo), continua norteado pelo egoísmo, a ponto de cometer crueldades para com outrem, já que não leva em consideração a alteridade, como no caso dos estupradores da obra de Saramago (1995). Assim, tomado pelo excesso de claridade, não é capaz de agir de maneira reflexiva, encontrando-se, dessa forma, “morto”.

Voltando. Vemos, nessa e em outras ações da mulher do médico, de enfrentamento que vão se dando, uma atitude pautada – mais uma vez – na coragem. É o caso, por exemplo, de quando ela enfrenta o cego da contabilidade dos ladrões.

Parada à entrada da camarata, a mulher do médico gritou com fúria, Lembrem-se do que eu no outro dia disse, que não me esqueceria da cara dele, e daqui em diante pensem no que vos digo agora, que também não me esquecerei das vossas, Hás-de pagar, [...] tu e as tuas amigas, mais os cabrões dos homens que lá tendes, Não sabes quem eu sou nem donde vim, És da primeira camarata do outro lado, disse um dos que tinham ido chamar as mulheres, e o cego das contas acrescentou, A voz não engana, basta que pronuncies uma palavra ao pé de mim e estás morta, O outro também tinha dito isso, e aí o tens, Mas eu não sou um cego como ele, como vocês, quando vocês cegaram já eu conhecia tudo do mundo, Da minha cegueira não sabes nada, Tu não és cega, a mim não me enganas, [mulher] Talvez eu seja a mais cega de todos, já matei, e tornarei a matar se for preciso,[...] [Cego da contabilidade] a partir de agora seremos nós a recolher a comida, vocês comam do que cá têm, Filha da puta, As filhas das putas não são homens nem são mulheres, são filhas das putas, já ficaste a saber o que valem as filhas das putas. [...] (SARAMAGO, 1995, p. 187-188)

Depois dessa discussão, a narrativa se volta para seguinte cena:

*Continuava sozinha. Aproximou-se da porta que dava para a cerca. Por entre as grades do portão distinguiu mal o vulto do soldado que estava de sentinela, Ainda há gente lá fora, gente que vê. Um ruído de passos atrás de si fê-la estremecer, São eles, pensou, e virou-se rapidamente com a tesoura pronta. Era o marido. As mulheres da segunda camarata tinham vindo a gritar pelo caminho o que acontecera no outro lado, que uma mulher tinha morto à facada o chefe dos malvados, que houvera tiros, o médico não perguntou quem era a mulher, só poderia ser a sua [...] Estou aqui, disse ela, e foi para ele, e abraçou-o, sem reparar que o manchava de sangue, ou reparando, não tinha importância, até hoje têm partilhado tudo. Que foi que se passou, perguntou o médico, disseram que foi morto um homem, Sim, matei-o eu, Porquê, **Alguém teria de o fazer, e não havia mais ninguém,***

E agora, Agora estamos livres, eles sabem o que os espera se quiserem outra vez servir-se de nós, Vai haver luta, guerra, Os cegos estão sempre em guerra, sempre estiveram em guerra, Tornarás a matar, Se tiver de ser, dessa cegueira já não me livrarei, E a comida, Viremos nós buscá-la, duvido que eles se atrevam a vir até aqui, pelo menos nestes próximos dias terão medo de que lhes suceda o mesmo, que uma tesoura lhes atravessasse o pescoço, Não soubemos resistir como deveríamos quando eles apareceram com as primeiras exigências, Pois não, tivemos nós medo, e o medo nem sempre é bom conselheiro [...].
(SARAMAGO, 1995, p. 189-190, negritos nossos)

Aliado a sua coragem, interpretamos que a mulher do médico compreendeu que o assassinato do chefe do bando era a única possibilidade de os demais cegos terem o seu alimento de direito e o respeito, sobretudo em relação aos desejos femininos. Pode parecer que a sua ação foi heterônoma ou ignóbil, pois ela tirou a vida de alguém. Contudo, entendemos que ela, ao contrário, foi autônoma. Por quê? Primeiro: ela refletiu longamente sobre o estado a que tinham sido submetidos. Segundo: apesar de ter a vida como um fim em si mesmo, valores como a justiça com equidade foram contemplados em sua ação. Terceiro: ser autônomo, justo e leal às convicções, em determinadas situações, implica a retirada da vida de uma pessoa para que várias outras possam continuar a existir ou a florescer. A esse respeito, eis como se pronunciou Comte-Sponville (1995/1999, p. 26), acerca da fidelidade ao *fuhrer*: “A Fidelidade não desculpa tudo: ser fiel ao pior é pior do que renegá-lo. Os SS juravam fidelidade a Hitler; essa fidelidade no crime era criminosa. Fidelidade ao mal é má fidelidade”.

Não se pode conceber, assim, o comportamento obstinado de lealdade a qualquer conteúdo como uma virtuosidade, mesmo que seja à vida.

A fidelidade [lealdade] é ou não louvável? Depende das ‘circunstâncias’, em outras palavras: depende dos valores aos quais se é fiel. Fiel a *quê*? [...] Ninguém dirá que o ressentimento é uma virtude, ainda que permaneça fiel a seu ódio ou aos seus rancores; a boa memória da afronta é uma má fidelidade. Tratando-se de fidelidade, o epíteto não é tudo? E existe ainda uma fidelidade para com as coisas pequenas, que é mesquinha e tenaz memória das bagatelas, insistência e teimosia... (JANKÉLÉVITCH apud COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 26-27)

Posteriormente, inicia-se uma discussão acerca de quem teria matado o chefe dos estupradores, já que, por isso, e pelo fato de terem atrasado na entrega de novos alimentos, estavam sem ter o que comer.

O que eu sei é que não estaríamos nesta situação se não fosse terem-lhes matado o chefe, que importância teria ir lá as mulheres duas vezes por mês a dar-lhes o que deu para dar-se a natureza, pergunto. Houve quem achasse graça à reminiscência, houve quem disfarçasse o riso, a alguma voz de protesto não a deixou falar o estômago, e o mesmo homem insistiu, Quem teria sido o da façanha gostava eu de saber, As mulheres que estavam lá nessa altura juram que não foi nenhuma delas, O que devíamos fazer era tomar a justiça nas nossas mãos e levá-lo ao castigo, Desde que soubéssemos quem é, Dizíamos-lhes aqui está o tipo que vocês procuram, agora deem-nos a comida, Desde que soubéssemos quem é. (SARAMAGO, 1995, p. 191)

Observamos aqui, mais uma vez, pensamentos e ações norteados pelo egoísmo e, por conseguinte, não padeciam com o sofrimento alheio. Ao contrário, utiliza-o como chacota, sem a mínima reflexão, esta que constitui um dos requisitos à construção de uma moral autônoma. Referimo-nos ao homem que atribuiu às mulheres a obrigação de se deixarem ser estupradas, afinal, é da natureza “dar” aquilo que foi feito pra isso, assim como àqueles que riram de sua colocação.

Por outro lado, notamos que, apesar do egoísmo predominante, Saramago (1995) aponta para a possibilidade de existirem seres que se guiam por virtudes, pelo menos em certos momentos e dadas as circunstâncias. É o caso da personagem que estava sendo estuprada pelo líder do bando e a quem mulher do médico libertara ao matá-lo.

*À entrada da porta que dava para as camaratas da ala direita apareceu uma mulher que estivera a ouvir escondida. Era a que tinha recebido na cara o jorro de sangue, aquela em cuja boca o morto ejaculava, aquela ao ouvido de quem a mulher do médico tinha dito, Cala-te, e agora está esta mulher pensando, Daqui onde estou, sentada no meio destes, não te posso dizer cala-te, não me denuncies, mas sem dúvida reconheces a minha voz, é impossível que a tenhas esquecido, a minha mão esteve sobre a tua boca, o teu corpo contra o meu corpo, e eu disse cala-te, agora chegou o momento de saber verdadeiramente a quem salvei, de saber quem és, por isso vou falar, por isso vou dizer em voz alta e clara para que possas acusar-me, se é esse o teu destino e o meu destino, já o digo, **Não irão apenas os homens, irão também as mulheres, voltaremos ao lugar onde nos humilharam para que da humilhação nada fique, para que possamos libertar-nos dela da mesma maneira que cuspiamos o que nos lançaram à boca.** Disse e ficou à espera, até que a mulher falou, Aonde tu fores, eu irei, foi isto o que disse. (SARAMAGO, 1995, p. 192)*

Percebemos a gratidão como fundamento dessa atitude, já que

A gratidão não nos tira nada, ela é dom em troca, mas sem perda e quase sem objeto. A gratidão nada tem a dar, além do prazer de ter recebido. [...] Agradecer é dar; ser grato é dividir. Esse prazer que devo a você não é apenas para mim. Essa alegria é a nossa. Essa felicidade é a nossa. O egoísta pode regozijar-se em receber. Mas seu regozijo é seu bem, que ele

guarda só para si. Ou, se o mostra, é mais para fazer invejosos do que felizes: ele exhibe seu prazer, mas é o prazer dele. Já esqueceu que outros têm algo a ver com isso. Que importância têm os outros? Por isso o egoísta é ingrato: não porque não goste de receber, mas porque não gosta de reconhecer o que deve a outrem, e a gratidão é esse reconhecimento, porque não gosta de retribuir, e a gratidão, de fato, retribui com o agradecimento, porque não gosta de partilhar, porque não gosta de dar. (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 145-146)

Outro episódio, ocorrido subsequentemente, refere-se ao momento que os confinados vão ao átrio à espera de receber o alimento depois de já passados dias sem entrega. Nessa oportunidade, pelo que nos revelam os personagens acerca do que pensam sobre a mulher do médico, vemos novamente a crença de que as coisas acontecem em seus mistérios, principalmente divinos, característica da moral heterônoma definida por Piaget (1932/1994).

*Alguns, por muito que o quisessem, não puderam aguentar, como se de repente tivessem adormecido desmaiaram ali mesmo, **valeu-lhes a mulher do médico, parecia impossível como esta mulher conseguia dar fé de tudo quanto se passava, devia ser dotada de um sexto sentido, uma espécie de visão sem olhos, graças a isso é que os pobres infelizes não se ficaram ali a cozer ao sol, levaram-nos logo de charola para dentro, e com tempo, água e palmadinhas na cara todos acabaram por sair do delírio.** Mas era inútil contar com estes para a guerra, não poderiam nem com uma gata pelo rabo, modo de dizer muito antigo que se esqueceu de explicar por que extraordinária razão é mais fácil levar pelo rabo uma gata que um gato.* (SARAMAGO, 1995, p. 196, negritos nossos)

Após se organizarem para lutar por comida, já que isso havia se tornado uma regra, muitos são mortos novamente. Em meio ao caos, a mulher do médico decidiu revelar que podia ver. Na referida cena, voltamos a alguns elementos.

*[...] então a mulher do médico compreendeu que não tinha qualquer sentido, se o havia tido alguma vez, continuar com o fingimento de ser cega, está visto que aqui já ninguém se pode salvar, **a cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança.*** (SARAMAGO, 1995, p. 204, negritos nossos)

A partir desse período, observamos mais uma vez a prioridade da personagem mulher do médico em pensar no coletivo. Embora a revelação de que via pudesse implicar uma série de consequências, preferiu revelar a fim de, quiçá, conseguir de alguma forma salvar aqueles que já estavam mortos por causa da falta de esperança.

Nesse sentido, ela apresenta uma alegoria entre a cegueira e a ausência de esperança que, a nosso ver, representa em muito as sociedades ocidentais contemporâneas. Em outros termos, podemos apreender que a massa já se encontra cega (heterônoma), pois não sabe pelo que esperar, tamanha alienação. Ou o contrário: por estarem cegos, as pessoas ainda nutrem a esperança de que um dia sua vida será diferente, menos indigna, injusta, mesquinha e covarde. Isso pode ser corroborado pelo trecho abaixo, em que a mulher do médico se indaga sobre o fato de muitos ali nunca terem notado suas habilidades extraordinárias para alguém que tinha acabado de se tornar cega.

*Podia portanto dizer quem eram os mortos, este é o ajudante de farmácia, este é aquele que disse que os cegos atirariam ao monte, ambos tiveram razão de certo modo, e escusam de perguntar-me como sei quem eles são, a resposta é simples, Vejo. Alguns dos que ali estavam já o sabiam e tinham-se calado, outros andavam desde há tempos com suspeitas e agora viam-nas confirmadas, inesperado foi o alheamento dos restantes, e contudo, pensando melhor, talvez o não devamos estranhar, noutra altura a revelação teria sido causa de um enorme alvoroço, de uma comoção sem freio, que sorte a tua, como foi que conseguiste escapar ao universal desastre, que nome têm as gotas que pões nos olhos, dá-me a direcção do teu médico, ajuda-me a sair desta prisão, neste momento já tanto fazia, **na morte a cegueira é igual para todos**. (SARAMAGO, 1995, p. 204, negritos nossos)*

Ademais, essa cena também reforça a virtuosidade da personagem em questão, sempre a agir com coragem, justiça, generosidade, compaixão e amor (COMTE-SPONVILLE, 1995/1999), fazendo, assim, do outro objeto de preocupação.

Por fim, em mais uma alegoria, leva-nos a pensar que somente em óbito e, dessa forma, fora do alcance do excesso de informação predominante, o indivíduo se liberta da cegueira acentuada pelas sociedades pós-industriais.

O que não podiam era continuar ali, sem defesas de nenhuma espécie, até os ferros das camas lá tinham ficado, os punhos não serviam de nada. Orientados pela mulher do médico, arrastaram os cadáveres para o patamar exterior e ali os deixaram ficar à lua, sob a alvura leitosa do astro, brancos por fora, negros enfim por dentro. (SARAMAGO, 1995, p. 203-204)

Naquele espaço cada vez mais caótico e inóspito, o ápice se dá quando uma mulher – tomada pela loucura – incendeia o local. Nesse momento, em meio ao medo estabelecido quando se confronta a morte, alguém ainda pôde lembrar que a mulher do médico enxergava, portanto poderia direcioná-los. Ela apareceu trazendo consigo todos aqueles com quem conviveu mais intimamente durante o

confinamento, mesmo que isso pudesse ter lhe custado a vida. Falamos isso, pois ela demorou a aparecer já que havia ficado procurando o menino estrábico, do qual o paradeiro era desconhecido por todos.

Na outra ala o medo anda pelo mesmo, a um cego basta cheirar-lhe a fumo e logo imagina que o lume está mesmo ao lado dele, o que não será sendo verdade, em pouco tempo o corredor ficou entupido de gente, se não houver quem ponha alguma ordem nisto, vamos ter tragédia. Num momento alguém se recorda de que a mulher do médico ainda tem uns olhos que veem, onde está ela, pergunta-se, ela que nos dirá o que se passa, por onde deveremos ir, onde está, estou aqui, só agora é que consegui sair da camarata, a culpa foi do rapazinho estrábico que ninguém conseguia saber onde se tinha metido, agora já está aqui, agarro-o com força pela mão, teriam de arrancar-me o braço para que eu o largasse, com a outra mão seguro a mão do meu marido, e depois vem a rapariga dos óculos escuros, e depois o velho da venda preta, onde está um está outro, e depois o primeiro cego, e depois a mulher dele, todos juntos, apertados como uma pinha, que, espero bem, nem este calor há-de abrir. (SARAMAGO, 1995, p. 207)

A mulher do médico, ao conseguir alcançar o patamar que lhe possibilitava pedir aos guardas que liberassem os confinados para não morrerem intoxicados ou carbonizados devido ao incêndio, verificou que já não havia ninguém na entrada. Haviam abandonado seus postos por um de dois motivos, pensou a mulher: em virtude do incêndio ou de contaminação pela cegueira.

5.16 A saída do manicômio

Dessa maneira, a mulher alertou a todos que estavam livres e pôs-se a guiar seu grupo para fora do manicômio. Esperaram em algum lugar desconhecido até que amanhecesse, e, assim, seguiram até uma loja em que todos ficaram aguardando a mulher do médico que fora procurar por comida.

Em seu percurso, a referida mulher vai nos descrevendo o caos estabelecido com a chegada da cegueira. A nosso ver, parecia mesmo ter se engendrado uma nova ordem social a partir da desordem. Essa nova configuração social apresentava como cerne a lei da sobrevivência, que passou a organizar os indivíduos em grupos que lutavam entre si para garantirem, ao menos uma vida Severina (1956/2007), em alusão ao poema de João Cabral de Melo Neto (1920-1999).

Vemos, na cena seguinte, o apontamento de um possível retorno do senso de coletividade, mesmo que timidamente. Em outras palavras, começa-se a dar importância ao outro para se manter vivo.

Dando continuidade, a mulher do médico, antes de sair à procura de alimento, pensou em deixar os demais em um local que os protegesse, até o seu retorno.

A mulher do médico pensou que seria uma boa ideia deixar os companheiros numa destas lojas, tomando muita atenção ao nome da rua, ao número da porta, não fosse perdê-los ao voltar. Parou, disse à rapariga dos óculos escuros, Esperem-me aqui, não se mexam, foi espreitar a porta envidraçada de uma farmácia, pareceu-lhe ver lá dentro uns vultos deitados, bateu no vidro, uma das sombras mexeu-se, tornou a bater, outros vultos se moveram lentamente, houve uma pessoa que se levantou virando a cara para donde vinha o ruído, Estão todos cegos, pensou a mulher do médico, mas não compreendeu por que se encontravam estes aqui, talvez fossem a família do farmacêutico, mas, se assim era, por que não estavam eles em sua própria casa, com mais conforto que o chão duro, salvo se guardavam o estabelecimento, contra quem, e menos sendo estas mercadorias o que são, que tanto podem salvar como matar. [...] O homem disse, Está a chover, e depois, Quem é você, Não sou daqui, Anda à procura de comida, Sim, há quatro dias que não comemos, E como sabe que são quatro dias, É um cálculo, Está sozinha, Estou com o meu marido e uns companheiros, Quantos são, Ao todo, sete, Se estão a pensar em ficar conosco, tirem daí o sentido, já somos muitos, Só estamos de passagem, Onde vêm, Estivemos internados desde que a cegueira começou, Ah, sim, a quarentena, não serviu de nada, Por que diz isso, Deixaram-nos sair, Houve um incêndio e nesse momento percebemos que os soldados que nos vigiavam tinham desaparecido, E saíram, Sim, Os vossos soldados devem ter sido dos últimos a cegar, toda a gente está cega, Toda a gente, a cidade toda, o país, Se alguém ainda vê, não o diz, cala-se, Por que é que não vive na sua casa, Porque não sei onde ela está, Não sabe, E você, sabe onde está a sua, Eu, a mulher do médico ia responder que precisamente se dirigia para lá com o marido e os companheiros, era só o tempo de comerem alguma coisa para recuperar forças, mas no mesmo instante viu com toda a clareza a situação, agora, alguém que estando cego tivesse saído de casa, só por milagre a conseguiria reencontrar, não era o mesmo que dantes, quando os cegos daquele tempo podiam sempre contar com a ajuda de um passante, fosse para atravessar uma rua, fosse para retomar o caminho certo no caso de se terem desviado inadvertidamente da rota habitual, Só sei que está longe daqui, disse, Mas não é capaz de lá chegar, Não [...] (SARAMAGO, 1995, p. 213-214)

Na continuação do diálogo entre a mulher do médico e o homem a quem conhecera, constatamos realmente uma nova maneira de organização social, como referimos. Percebemos, então, emergentes relações que deixam de se constituir em bases econômicas e outras formas de glória, passando a coletivizar os espaços e vivências e a pautar suas condutas por outros valores, como a generosidade. Por mais precárias que se encontrassem as condições, a nosso ver, existe uma crítica social que nos aponta para a necessidade da superação do sistema social e

econômico capitalista, constituído pela ideia de propriedade e de preocupação apenas consigo mesmo, a fim de se restaurar identidades que, enfim, teria o outro como necessário não apenas à sobrevivência, mas também ao desenvolvimento individual e coletivo. Em outros termos, para a construção de moralidades virtuosas e, portanto, autônomas (LA TAILLE, 2000; PIAGET, 1932/1994).

Ora aí tem, o mesmo me sucede a mim, o mesmo sucede a todos, vocês os que estiveram na quarentena têm muito que aprender, não sabem como é fácil ficar sem casa, Não compreendo, Os que andam em grupo, como nós, como quase toda a gente, quando temos de procurar comida somos obrigados a ir juntos, é a única maneira de não nos perdermos uns dos outros, e como vamos todos, como ninguém ficou a guardar a casa, o mais certo, supondo que tínhamos conseguido dar com ela, é estar já ocupada por outro grupo que também não tinha podido encontrar a sua casa, somos uma espécie de nora às voltas, ao princípio houve algumas lutas, mas não tardámos a perceber que nós, os cegos, por assim dizer, não temos praticamente nada a que possamos chamar nosso, a não ser o que levarmos no corpo, A solução estaria em viver dentro duma loja de comidas, ao menos enquanto elas durassem não seria preciso sair, Quem o fizesse, o mínimo que lhe poderia acontecer era nunca mais ter um minuto de sossego, digo o mínimo porque ouvi falar do caso de uns que o tentaram, fecharam-se, trancaram as portas, mas o que não puderam foi fazer desaparecer o cheiro da comida, juntaram-se fora os que queriam comer, e como os de dentro não abriram, pegou-se fogo à loja, foi remédio santo, eu não vi, contaram-me, de toda a maneira foi remédio santo, que eu saiba ninguém mais se atreveu, E não se vive nas casas, nos andares, Sim, vive-se, mas tanto faz, pela minha casa já deve ter passado uma quantidade de gente, não sei se algum dia conseguirei dar com ela, além disso, nesta situação, é muito mais prático dormir nas lojas térreas, nos armazéns, escusamos de andar a subir e a descer escadas, Já não chove, disse a mulher do médico, Já não chove, repetiu o homem para dentro. A estas palavras levantaram-se os que ainda estavam deitados, recolheram os pertences, mochilas, pequenas malas, sacos de pano e de plástico, como se partissem em expedição, e era verdade, iam caçar comida, um a um foram saindo da loja, a mulher do médico reparou que estavam bem abrigados, é certo que as cores das roupas não jogavam umas com as outras, que as calças ou eram tão curtas que deixavam as canelas à mostra, ou tão compridas que tinham de levar cobras em baixo, mas o frio não entraria com estes, alguns dos homens usavam gabardine ou sobretudo, duas das mulheres levavam casacos compridos de peles, guarda-chuvas é que não se viam, provavelmente pelo incómodo que dão, sempre as varetas a ameaçar os olhos. O grupo, umas quinze pessoas, afastou-se. Ao longo da rua outros grupos apareciam, pessoas isoladas também, encostados às paredes havia homens a aliviar a urgência matinal da bexiga, as mulheres preferiam o resguardo dos automóveis abandonados. Amolecidos pela chuva, os excrementos, aqui e além, alastravam na calçada. (SARAMAGO, 1995, p. 215-216)

A mulher do médico, após ter encontrado alimento, quando tentava retornar ao local onde haviam ficado seus companheiros, viu-se perdida. Caiu em prantos e foi amparada por uma matilha que a acompanhava devido ao cheiro de comida que

exalava dos sacos. Um deles, a partir desse momento, passou a acompanhar o grupo, participando, inclusive, da divisão dos alimentos.

Não há dúvida, está perdida. Deu uma volta, deu outra, já não reconhece nem as ruas nem os nomes delas, então, desesperada, deixou-se cair no chão sujíssimo, empapado de lama negra, e, vazia de forças, de todas as forças, desatou a chorar. Os cães rodearam-na, farejam os sacos, mas sem convicção, como se já lhes tivesse passado a hora de comer, um deles lambe-lhe a cara, talvez desde pequeno tenha sido habituado a enxugar prantos. A mulher toca-lhe na cabeça, passa-lhe a mão pelo lombo encharcado, e o resto das lágrimas chora-as abraçada a ele. Quando enfim levantou os olhos, mil vezes louvado seja o deus das encruzilhadas, viu que tinha diante de si um grande mapa, desses que os departamentos municipais de turismo espalham no centro das cidades, sobretudo para uso e tranquilidade dos visitantes, que tanto querem poder dizer aonde foram como precisam saber onde estão. Agora, estando toda a gente cega, parece fácil dar por mal empregado o dinheiro que se gastou, afinal há é que ter paciência, dar tempo ao tempo, já devíamos ter aprendido, e de uma vez para sempre, que o destino tem de fazer muitos rodeios para chegar a qualquer parte, só ele sabe o que lhe terá custado trazer aqui este mapa para dizer a esta mulher onde está. Não estava tão longe quanto cria, apenas se tinha desviado noutra direcção, [...] Os cães foram ficando para trás, alguma coisa os distraiu pelo caminho, ou estão muito habituados ao bairro e não querem deixá-lo, só o cão que tinha bebido as lágrimas acompanhou quem as chorara, provavelmente este encontro da mulher e do mapa, tão bem preparado pelo destino, incluía também um cão. O certo é que entraram juntos na loja, o cão das lágrimas não estranhou ver pessoas estendidas no chão, tão imóveis que pareciam mortas, estava habituado, às vezes deixavam-no dormir no meio delas, e quando era hora de se levantarem, quase sempre estavam vivas. (SARAMAGO, 1995, p. 225-226)

Analisando essa troca de afetos entre a mulher do médico e o cão das lágrimas, mais uma vez voltamo-nos à compaixão, uma das virtudes pelas quais se pauta a personagem. De acordo com Comte-Sponville (1995, p. 122-123):

Notemos de passagem [...] que a compaixão também vale em relação aos animais. A maioria de nossas virtudes só visa à humanidade, é sua grandeza e seu limite. A compaixão, ao contrário, simpatiza universalmente com tudo o que sofre: se temos deveres para com os animais, como acredito, é antes de tudo por ela, ou nela, e é por isso que a compaixão talvez seja a mais universal de nossas virtudes.

Temos, posteriormente, a cena em que a mulher do médico, acompanhada por ele, volta ao supermercado onde havia encontrado comida estocada quando saíram do manicômio. Ao chegarem, a mulher notou que não havia ninguém mais vivendo naquele espaço e se intrigou. Pediu ao marido que a esperasse, e seguiu corredor adentro a fim de alcançar o estoque. De repente, retornou em vômitos e vertigens, contando ao marido o que havia visto: estavam todos mortos.

Provavelmente, aquele dia em que passara por eles com sacos de comida, sentiram o cheiro e foram averiguar. Acontece, porém, que havia uma escada escorregadia, e era possível que tivessem caído em um efeito dominó, perdendo o que ainda restava de vida.

Como se encontrava emocionalmente esgotada, seguiu com o marido até uma igreja, sentaram-se para recuperar forças, e, quando deu por si,

Levantou a cabeça para as colunas esguias, para as altas abóbadas, a comprovar a segurança e a estabilidade da circulação sanguínea, depois disse, Já me sinto bem, mas naquele mesmo instante pensou que tinha enlouquecido, ou que desaparecida a vertigem ficara a sofrer de alucinações, não podia ser verdade o que os olhos lhe mostravam, aquele homem pregado na cruz com uma venda branca a tapar-lhe os olhos, e ao lado uma mulher com o coração trespassado por sete espadas e os olhos também tapados por uma venda branca, e não eram só este homem e esta mulher que assim estavam, todas as imagens da igreja tinham os olhos vendados, as esculturas com um pano branco atado ao redor da cabeça, as pinturas com uma grossa pincelada de tinta branca, e estava além uma mulher a ensinar a filha a ler, e as duas tinham os olhos tapados, e um homem com um livro aberto onde se sentava um menino pequeno, e os dois tinham os olhos tapados, e um velho de barbas compridas, com três chaves na mão, e tinha os olhos tapados, e outro homem com o corpo cravejado de flechas, e tinha os olhos tapados, e uma mulher com uma lanterna acesa, e tinha os olhos tapados, e um homem com feridas nas mãos e nos pés e no peito, e tinha os olhos tapados, e outro homem com um leão, e os dois tinham os olhos tapados, e outro homem com um cordeiro, e os dois tinham os olhos tapados, e outro homem com uma guia, e os dois tinham os olhos tapados, e outro homem com uma lança dominando um homem caído, chavelhudo e com pés de bode, e os dois tinham os olhos tapados, e outro homem com uma balança, e tinha os olhos tapados, e um velho calvo segurando um lírio branco, e tinha os olhos tapados, e outro velho apoiado a uma espada desembainhada, e tinha os olhos tapados, e uma mulher com uma pomba, e as duas tinham os olhos tapados, e um homem com dois corvos, e os três tinham os olhos tapados, só havia uma mulher que não tinha os olhos tapados porque já os levava arrancados numa bandeja de prata. (SARAMAGO, 1995, p. 301)

Sendo assim, dirige-se ao marido e se estabelece um diálogo:

*[...] Não me acreditarás se eu te disser o que tenho diante de mim, todas as imagens da igreja estão com os olhos vendados, Que estranho, por que será, Como hei-de eu saber, pode ter sido obra de algum desesperado da fé quando compreendeu que teria de cegar como os outros, pode ter sido o próprio sacerdote daqui, talvez tenha pensado justamente que **uma vez que os cegos não poderiam ver as imagens, também as imagens deveriam deixar de ver os cegos**, As imagens não veem, Engano teu, as imagens veem com os olhos que as veem, só agora a cegueira é para todos, Tu continuas a ver, **Cada vez irei vendo menos, mesmo que não perca a vista tornar-me-ei mais e mais cega cada dia porque não terei quem me veja**, [...]* (SARAMAGO, 1995, p. 301-302, negritos nossos)

Aqui verificamos a importância do olhar do outro na construção da nossa identidade. O outro, segundo Piaget (1932/1994) e La Taille (1998, 2000, 2002a, 2002b 2002c), faz-se necessário, a partir da interação, para a noção que criamos sobre aquilo que somos. Assim, ao dizer “*Cada vez irei vendo menos, mesmo que não perca a vista tornar-me-ei mais e mais cega cada dia porque não terei quem me veja*”, a mulher corrobora a teoria piagetiana acerca da importância de outrem.

5.17 Os cegos tomados pela cegueira branca voltam a enxergar

Após esse momento, passemos para a cena em que os indivíduos começam a recuperar a visão.

O primeiro cego é tomado por uma cegueira escura e, na sequência, volta a enxergar. Aos poucos, cada um foi se recuperando e a mulher do médico, em reflexão final, corrobora, a nosso ver, a alegoria entre a cegueira física e a cegueira de uma época em que se é cego mesmo vendo. Em outros termos: a heteronomia e a prioridade dada às formas de glória tem levado as pessoas a não enxergarem o outro e, em consequência, vivem em sociedade, mas não sabem qual o motivo; preocupam-se unicamente com os interesses pessoais e, no limite, com os das pessoas mais próximas, como os dos familiares.

*A mulher do médico perguntou, E eles, e o médico disse, Este [o menino estrábico], provavelmente, estará curado quando acordar, com os outros não será diferente, o mais certo é que estejam agora mesmo a recuperar a vista, quem vai apanhar um susto, coitado, é o nosso homem da venda preta, Porquê, Por causa da catarata, depois de todo o tempo que passou desde que o examinei, deve estar como uma nuvem opaca, Vai ficar cego, Não, logo que a vida estiver normalizada, que tudo comece a funcionar, opero-o, será uma questão de semanas, Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, **Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem.** A mulher do médico levantou-se e foi à janela. Olhou para baixo, para a rua coberta de lixo, para as pessoas que gritavam e cantavam. Depois levantou a cabeça para o céu e viu-o todo branco, Chegou a minha vez, pensou. O medo súbito fê-la baixar os olhos. A cidade ainda ali estava. (SARAMAGO, 1995, p. 310, negritos nossos)*

Apesar disso, Saramago (1995) nos aponta a possibilidade de se reestabelecerem os vínculos sociais por meio do cultivo de certos valores, como nos demonstra sua personagem “mulher do médico”. Ele parece nos indicar que, apenas voltando a considerar o outro em nossas relações – ou seja, como um fim em si

mesmo – podemos superar nossa condição de heteronomia e de valorização de formas de glória.

Amparados em Piaget (1932/1994) e La Taille (1998, 2000, 2002a, 2002b, 2002c, 2006, 2009), entre outros estudiosos, concordamos com Saramago (1995), uma vez que a teoria piagetiana e a das virtudes manteve a noção da construção da autonomia, justamente a moral decorrente das relações de cooperação, ou seja, aquelas que prezam pela coordenação de pontos de vista, fazendo com que a preocupação em relação ao outro seja constitutivo das interações e, dessa forma, permitindo também o desenvolvimento individual.

Em resumo, a análise da personagem “a mulher do médico” do romance *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO, 1995) possibilitou os seguintes resultados e análises:

1. A referida personagem, em algumas passagens, fez parecer que ela se pautou por uma moral heterônoma, como quando seu marido cegou e ela lhe dispendeu uma atenção que parecia ser aquela imposta socialmente às esposas, portanto, isenta de reflexão e de acordo com os *costumes* esperados nas sociedades pós-industriais. Viu-se, também, tal situação quando ela estava a crer que os acontecimentos se sucediam controlados por uma força maior, para a qual não existe explicação. Em outros termos, as coisas se dão e pronto, não há o que fazer para mudá-las, semelhantes às leis físicas;

2. Contudo, com o desenvolvimento textual, ao contrário, verificamos que ela agiu movida por uma moral autônoma e por valores éticos/morais. Por exemplo, quando ela fingiu também ter cegado para poder acompanhar seu marido ao lugar aonde seriam levados os supostos contagiados pela cegueira branca. No exemplo acerca da crença de que seria tomada pela cegueira branca, ela – mesma – indicou que estava agindo de maneira lógica, pautada por uma razão crítica (sábua), pois se todos estavam cegando sem se conseguir explicar as razões para isso, era provável que o mesmo lhe sucederia;

3. Na quase totalidade de suas ações, ela fez uso da razão crítica (teoria e prática) para lidar e resolver as situações vivenciadas. Em outros termos, pautou suas condutas pela noção da Humanidade como um fim em si mesmo. Por exemplo, ao propor a tessitura de uma corda de panos para que os internos tomados pela cegueira branca pudessem buscar o alimento sem se perderem, ela utilizou-se da razão instrumental. Porém, antes disso, buscou refletir acerca do que poderia fazer

para que os cegos não se perdessem e, em decorrência, acabassem sendo mortos pelos guardas, isto é, pensou em todos e objetivou garantir o bem-estar da coletividade internada no manicômio, mesmo todos estando naquelas condições inóspitas. O mesmo ocorreu quando a referida mulher, com o auxílio da rapariga de óculos escuros, recolheu e queimou os recipientes vazios, visando não atrair animais que pudessem transmitir doenças;

4. Quanto à maioria dos demais personagens, agiu movida pela heteronomia e por formas de glória. Por exemplo, em relação à mãe do menino estrábico – pelo fato de não mentir para acompanhar o filho ao manicômio – consideramos que isso ocorreu porque, ao contrário da mulher do médico, o fato de agir de maneira heterônoma não a permitiu mentir, tampouco desobedecer às ordens emitidas por figuras julgadas autoridades. O mesmo raciocínio foi empregado pelo primeiro cego ao ter se referido ao ladrão de seu automóvel. Para ele, o fato de o gatuno também ter cegado era uma evidência da sua crença na justiça imanente;

5. É o caso, também, dos soldados em todas as suas atitudes, sem exceção, quando assassinaram sem necessidade, recusaram-se a prestar auxílio a quem precisava ou não forneceram alimentos. Estes se pautaram pelo realismo moral. Isso porque suas justificativas, a todo o momento, eram em nome de estarem obedecendo às ordens de seus superiores. Isso acontece porque o respeito às normas morais, quando não são construídas ou reconstruídas, são entendidas ao pé-da-letra, independentemente das circunstâncias, confundindo um ato bom com o que dizem as autoridades, independente das consequências a outrem;

6. Com exceção da mulher do médico, a ausência de virtudes, como a compaixão, a generosidade, a justiça, entre outras tão caras ao desenvolvimento moral, é também notória em relação aos personagens. No caso dos guardas, quando o sargento toma ciência do pedido da mulher do médico para que disponibilizasse ferramentas visando enterrar o ladrão que havia sido morto, o militar disse para deixar o corpo do ladrão cego apodrecer ao relento. Ela, então, apoiada em seus conhecimentos sobre contágio, argumentou que eles, igualmente, poderiam sofrer o perigo de contágio, caso o corpo do preso ficasse ali. Diante de sua argumentação, o militar refletiu a ponto de concordar com ela. Contudo, o móvel que o fez mudar de atitude e arrumar os apetrechos para que o morto fosse internado decorreram da sua preocupação em preservar a si mesmo. Nesse sentido, ele foi movido por um razão instrumental e ela por uma razão crítica ou sábia. Igualmente,

observamos em outros personagens a predominância de pensamentos e ações norteados por um “egoísmo cego”, como no caso de um dos personagens que atribui às mulheres a obrigação de se deixarem ser estupradas, afinal, é da natureza “dar” aquilo que foi feito pra isso;

7. Como decorrência do fato de ser autônoma, a mulher do médico atribuiu importância considerável à coletividade, ou seja, ao agir pautado pela reciprocidade. A cena que disparou essa nossa proposição foi aquela em que ela se vê frente à discussão e, posteriormente, à agressão física entre o primeiro homem a cegar e o ladrão que roubara seu carro. Em ambos os momentos, ela procurou chamá-los à razão, dizendo que discutir ali não valeria de nada. Disse, também, que o melhor era fazer as pazes, pois viveriam ali juntos. Essa é uma conduta tipicamente de sujeitos autônomos, pois – primeiro – eles se preocupam em estabelecer o bem (no caso, era deixar o roubo do carro de lado), para depois estabelecer as regras de convivência;

8. Aliás, em diversos momentos ela nos aponta para sua perspectiva de que a luta solitária é uma forma de cegueira que não vale a pena praticar, pois tende sempre ao fracasso, semelhante à diferença entre revolta e revolução. Ambas são movidas pela indignação, só que – diferentemente da segunda – a primeira não estabelece um plano para que a situação injusta seja superada;

9. A liderança da mulher do médico não foi imposta. Ela acabou sendo alçada a essa condição porque apresentou habilidades para guiar os outros como ninguém. Ademais, sempre buscou solucionar as urgências. Tal “liderança”, porém, era executada sempre levando em consideração os outros;

10. Observamos, assim, que a referida personagem, embora tivesse o privilégio da visão, fator que contribuiria demasiadamente caso ela decidisse agir de maneira egoísta, assim não o fez. Ao contrário, utilizou-se do fato de poder ver para contribuir, buscando sempre considerar os outros como iguais. Isso significa dizer que ela, sempre que possível, priorizou as relações interindividuais de cooperação, as quais possibilitam o desenvolvimento ético/moral.

11. Já a quase totalidade dos outros personagens apresentou comportamentos egoístas. Assim, como consequência, procediam de maneira coercitiva, cujo poder decorre do estabelecimento de relações interindividuais de coação;

12. Apesar de sua primazia dada às relações de cooperação, no entanto, pelas reflexões dadas pela mulher do médico, notamos que não se procurava estabelecer esse tipo de relação naquele ambiente. Um exemplo é quando alguns indivíduos se apropriaram de toda a comida que havia sido deixada no átrio e feriram os outros que tentavam impedi-los. Notamos, então que as condutas eram pautadas na força física e psíquica, pela qual um grupo tomou o poder e submeteu todos os outros a ele;

13. Acerca do episódio em que a rapariga dos óculos escuros sofre uma tentativa de estupro por parte do ladrão, notamos na atitude da mulher do médico uma espécie de solidariedade. Afirmamos isso, pois ela se solidarizou com a rapariga;

14. Quanto ao ladrão, ela poderia o ter deixado a sofrer, como forma de vingança – conduta típica de sujeitos heterônomos que sequer internalizaram (aprenderam mecanicamente) que ajudar os outros é um dever. No entanto, ela não fez isso e, ao contrário, buscou ajudá-lo, evidenciando o quanto era autônoma (razão), generosa (afeto) ou movida pelo dever (quando o móbile é o próprio dever) de ajudar a um doente. E não apenas no momento do ato, mas durante todo o processo lastimável do ladrão, ela esteve presente, indiciando o seu espírito de ajudar outrem, pouco importando sua biografia;

15. No tocante às virtudes, verificamos que a mulher do médico agiu, sobremaneira, movida pela compaixão, coragem, generosidade, justiça/reciprocidade e prudência, além do amor;

16. Quanto à compaixão, analisamos uma cena emblemática. Falamos do momento em que ela, caminhando pelo manicômio a refletir, depara-se com um casal em exercício sexual, pelo qual é capaz de se condoer e desejar-lhe que desfrute daquele momento. É também o caso de quando uma das mulheres morre após ter sido estuprada por diversos indivíduos que estavam em posse da comida. Nesse momento, novamente a mulher do médico demonstra sua compaixão, sua capacidade de sentir o sofrimento da outra e, dessa forma, decide limpá-la antes do enterro;

17. Sobre a possibilidade de ser guiada também pela virtude da coragem, analisamos que, enquanto os outros indivíduos do manicômio contavam com a esperança, sempre projetando um futuro, sem refletir sobre o presente, a mulher do médico encontrava-se impulsionada, em ação no tempo presente, apesar de todas

as adversidades, o que configura coragem. Sendo assim, a vida nos aponta a necessidade de coragem para resistir ao desespero. Este, porém, ao mesmo tempo, pode dar coragem. Exemplo: no momento em que os homens que, até então, pediam os bens em troca de comida, passaram a exigir o corpo das mulheres, estuprando-as da maneira mais violenta possível – em troca de alimento –, como dissemos, a mulher do médico teve uma atitude que nos faz confirmar a coragem engendrada a partir do desespero. Referimo-nos ao fato de ela ter matado o líder dos estupradores, apesar de condenar o emprego da violência;

17. Sobre a generosidade, tem por função agir exclusivamente pelas exigências feitas pelo amor, pela moral ou pela solidariedade, independente de qualquer lei.

Por essa perspectiva, a mulher do médico, também, em grande parte de suas ações, pautou-se pela referida virtude. A todo o momento, ela, além de se utilizar da razão, também agiu movida pelo coração. Assim, em prol do outro, a lei para ela era colocada em segundo plano, ou, muitas vezes, sequer era considerada.

18. A justiça/reciprocidade, considerada por Piaget (1932/1994) a virtude mais racional de todas e por Aristóteles (343 a.C./1991) como a *virtude das virtudes*, também esteve presente em suas atitudes, como no momento em que alguns se recusavam a dar seus bens em troca do que comer, conforme haviam exigido os indivíduos que roubaram todo o alimento. Nesse sentido, ela dá o livre arbítrio para cada uma escolher como agir, mas enuncia que, caso negassem a doação, também não comeriam injustamente à custa dos outros. Vê-se, ainda, que a justiça para se concretizar, em determinadas situações, demanda a retirada da vida de alguém. Assim, a mulher do médico compreendeu que o assassinato do chefe do bando era a única possibilidade de os demais cegos terem o seu alimento de direito e o respeito, sobretudo em relação aos desejos femininos. Pode parecer que a sua ação foi heterônoma ou ignóbil, pois ela tirou a vida de alguém. Contudo, entendemos que ela, ao contrário, foi autônoma. Por quê? Primeiro: ela refletiu longamente sobre o estado a que tinham sido submetidos. Segundo: apesar de ter a vida como um fim em si mesmo, valores como a justiça com equidade foram contemplados em sua ação. Terceiro: ser autônomo e leal às convicções, em determinadas situações, implica a retirada da vida de uma pessoa para que várias outras possam continuar a existir ou a florescer;

19. Em relação à prudência, ela assim pautou suas condutas quando – os cegos, ao receberem alimentos – notou que alguns se beneficiavam, recebendo-a duas vezes. Apesar de ela ter considerado tal ato condenável, julgou prudente não denunciar, pois, se o fizesse, poderia ser descoberta como alguém que enxergava e, por consequência, concretizar-se o seu receio de ser transformada em uma escrava de todos;

20. Em relação ao amor verificamos uma crítica no tocante a sua forma *eros*. Este se constitui pela falta e, por assim ser, pela busca incessante de algo que lhe traga alegria, que o complete, já que nunca se satisfaz. Por outro lado, o amor *philia* regozija-se com a existência e presença do outro. Assim, não existe aqui a noção simbiótica que geralmente se faz dos casais, como se acabassem por se tornar apenas um. Afirmamos isso, pois, ao se configurar a ideia de unidade de dois ou mais indivíduos, deixa-se de respeitar as singularidades, levando ao reforço do egoísmo, isto é, um esperando que o outro sempre corresponda às suas expectativas. Sobre esse aspecto, há a cena em que a mulher do médico vê seu marido se deitar e manter relação sexual com a rapariga dos óculos escuros. Ela não os interrompe, respeita a vontade de seu marido, além de auxiliá-los ao fim do ato. Assim, podemos reforçar que tal personagem se pautava pelo amor *ágape*. Este tipo de amor leva a pessoa ao recuo, a não ocupação de todo o espaço disponível, ou seja, ao não exercício de todo o poder de que dispõe;

21. Apesar de movida pelo cultivo das virtudes e da razão, a mulher desejou, por várias vezes, cegar também. Isso aponta, a nosso ver, a dificuldade de ser autônomo quando todos à sua volta são heterônomos. A esse respeito, mesmo para os sujeitos autônomos – teoricamente invulneráveis à influência da aprovação social (olhar do outro) para a realização de determinadas ações – é necessário que algum elemento do meio social referende as suas condutas;

22. Por fim, depois que saem do manicômio, sob a perspectiva da mulher do médico, observamos que, ainda timidamente, se começa a substituir a individualidade decorrente das sociedades pós-industriais e a voltar o olhar para a noção da importância do outro para se existir. Mais ainda: a necessidade de se organizarem em comunidades para garantir a sobrevivência, isto é, como afirmou o educador Cortella, em conjunto com La Taille, (2005, p. 32): “Uma comunidade são pessoas juntas com objetivos partilhados, mecanismos de autopreversão e estrutura de proteção recíproca”.

Na sequência, apresentamos as considerações finais, à guisa de conclusão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo visa a apresentar nossas considerações finais a respeito do que foi apontado sobre os aspectos éticos e morais contidos na obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995) de Saramago, principalmente em relação ao nível de desenvolvimento moral e aos valores que nortearam as condutas da mulher do médico, a única não tomada pela cegueira branca. Nesse sentido, observamos que a referida personagem guiou suas condutas por virtudes características de uma moralidade autônoma.

Antes, porém, de tecer considerações finais acerca da personagem “a mulher do médico”, informamos que na Parte I da presente dissertação tecemos considerações sobre a relação entre literatura e psicologia, principalmente a da moralidade e a das virtudes. Amparados em críticos literários e psicólogos, verificamos que a referida relação é possível, embora, por muito tempo, tenha sido desconsiderada por psicólogos, sociólogos e literatos.

Na sequência, apresentamos as justificativas para a realização do presente estudo: do ponto de vista pessoal, por termos sido docentes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Notamos, durante esse percurso, que os estudantes se mostravam desinteressados quanto aos conteúdos relacionados à disciplina de Língua Portuguesa. Somado a isso, também nos preocupávamos com o que costumavam emitir acerca de temas como o racismo, o machismo, o *bullying*, entre outros. Assim, descrevemos o projeto que desenvolvemos com eles a partir da obra *Admirável mundo novo* (1932), de Huxley, que nos possibilitou disparar e dialogar sobre aspectos que contribuíssem para a construção de novos olhares acerca desses temas ou, no limite, mesmo que permanecessem defendendo os mesmos pontos de vista, refletissem sobre eles. Em outros termos, buscamos, com isso, fazê-los refletir sobre os valores priorizados em nossa sociedade que renegam a importância do outro, além de apontar a possibilidade de transformação do quadro social vigente.

Socialmente, justificamos o estudo amparados na própria realidade social, que nos parece indicar um quadro de anomia social, e em autores que se debruçaram sobre a atual crise moral e ética, que estamos a viver (afirmação com a qual concordamos).

Justificamos, ainda, nosso estudo por constatar lacuna na literatura em relação a estudos científicos voltados para a análise, sob o viés da psicologia da moralidade e eticidade humana, da obra *Ensaio sobre a cegueira* (SARAMAGO,

1995). Assim, procuramos, por meio da mencionada obra, construir novos olhares sobre esta obra a partir da psicologia da eticidade e moralidade humana, bem como das virtudes.

Por fim, ao analisar os aspectos morais da obra de Saramago (1995) a partir dos mencionados referenciais, foi nossa intenção contribuir para os aspectos apresentados a seguir:

a) apresentar, por intermédio da obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995), contribuições para a expansão do campo de estudos da Psicologia Moral e das Virtudes;

b) oferecer elementos sobre os aspectos morais nos modos de relações atuais;

c) promover reflexões sobre ou para o ensino da literatura nos cursos de Ensino Fundamental, Médio e Superior;

d) identificar na obra *Ensaio sobre a cegueira* (1995) questões atuais sobre a ética, os valores e as consequências de uma sociedade pós-industrial na construção da identidade moral daqueles que vivem em seu interior.

Em relação os objetivos do estudo, identificamos a natureza dos valores priorizados pela “mulher do médico”, isto é, eles eram mais afeitos à dimensão moral (pública), ética (privada) ou formas de glória; identificamos e analisamos os valores que têm sido priorizados por grande parte dos indivíduos a ponto de não considerarem o outro em suas relações; igualmente, identificamos e analisamos os valores necessários para a superação desse modelo de identidade heterônoma.

Na Parte II, apresentamos nossa metodologia, a saber, configurou-se como uma pesquisa documental. Esta contribui para a análise de documentos já acusados, mas que permitem receber variadas interpretações; embora não tenham sido desenvolvidas pesquisas sobre a psicologia moral e ética quanto a essa obra.

Na Parte III, discutiremos sobre o referencial teórico adotado. Basicamente, tecemos considerações sobre os valores morais, referentes à Psicologia moral de Piaget (1932/1994), e à Psicologia das virtudes (La Taille, 1992, 1998, 2000, 2002a, 2002b), além de nos voltarmos a definições de virtude e sua importância na construção da moralidade (COMTE-SPONVILLE, 1995).

Na Parte IV, apresentamos dados a vida de Saramago e o contexto histórico em que se deu o seu nascimento, a adolescência, a adultícia e, por fim, a velhice e sua morte.

Na parte V, expomos os resultados e sua análise acerca da “mulher do médico” – a única que **não** foi tomada pela cegueira branca.

Identificamos que os valores priorizados pela mulher do médico eram mais afeitos às dimensões moral (pública) e ética (privada). Em outras palavras, a mulher do médico teve a maioria de suas condutas motivadas por valores relacionados ao como se *deve agir* e como se *deve ser*, visando, respectivamente, a busca da harmonia social e da individual ou de alguma forma de felicidade.

Quanto aos aspectos morais observados nos personagens, de um modo geral, notamos que, diferentemente da mulher do médico, eles pensavam e agiam de maneira heterônoma e/ou pautados por formas de glória (beleza, força física, status social e financeiro). Sendo assim, mantinham relações de coação (tanto de mando quanto de obediência), nas quais, ao contrário do que acontece nas por reciprocidade, predomina a assimetria. Isso significa dizer que obedeciam cegamente às figuras julgadas autoridades e agiam de maneira igual em relação aos que julgavam inferiores. Somado a isso, as preocupações dos personagens estavam voltadas para a defesa do EU, a ponto de o Outro ser concebido apenas como meio para a concretização dos próprios interesses. Dessa forma, agiam de maneira a não refletir sobre suas ações, a ponto de, diversas vezes, a vida alheia perder por completo o valor. Foi o que nos mostraram a mãe do menino estrábico, o primeiro homem a cegar, o ladrão de carros, os guardas, os estupradores, entre outros personagens da obra.

Ademais, ainda em comparação à mulher do médico, embora tenhamos encontrado a manifestação de algumas virtudes por determinados personagens, percebemos que foram em contextos isolados. Esses foram os casos do médico (coragem), do ladrão (polidez, ainda que seja considerada uma pequena virtude) e da personagem que estava sendo violentada pelo líder dos estupradores quando a mulher do médico o matou (gratidão). Assim, observamos indivíduos heterônomos, embora, em algumas circunstâncias, tenham considerado o outro em suas relações. Porém, a nosso ver, tais atitudes não configuram condição suficiente para afirmarmos que eram totalmente autônomos. Na verdade, como ocorre com a maioria da população, apresentaram em alguns contextos condutas pautadas pela autonomia e por valores morais e éticos.

Quanto à mulher do médico, o oposto se sucedeu. Notamos uma personagem autônoma, com algumas falas típicas de sujeitos heterônomos, como a de acreditar

que as vidas são determinadas pelo destino. Porém, como demonstramos ao longo da análise, sabemos da dificuldade de se ser autônomo quando se encontra rodeado por heterônomos. Afirmamos isso, pois somos dependentes do olhar do outro sobre nós, ou seja, necessitamos da aprovação de outrem. Sem contar que sujeitos totalmente autônomos é algo raro (embora não impossível).

A nosso ver, evidenciamos, ainda, que a autonomia da mulher do médico não foi obtida apenas graças a um trabalho da razão. Ela foi forjada por meio do pensar articulado ao cultivo (exercício) de grandes virtudes, como a compaixão, a coragem, a generosidade, a justiça/reciprocidade e a prudência. Como apontamos, *uma andorinha só não faz verão*.

Dessa forma, em analogia aos indivíduos das sociedades pós-industriais, foram apresentados personagens cultivadores de formas de glória, além de adeptos do hedonismo. Em outros termos, os indivíduos priorizavam valores como a beleza, a força física, o status social e o financeiro. Ademais, alguns tomaram a felicidade como sinônimo de satisfação do prazer individual, independentemente das consequências para as outras pessoas.

Quanto aos valores necessários para a superação desse modelo de identidade heterônoma, encontramos as seguintes virtudes: compaixão, generosidade, prudência, coragem e justiça nos pensamentos e ações da mulher do médico. Ainda que não sejam considerados virtudes, também notamos que em certos momentos ela se amparou pela solidariedade e pelo amor (este último não se trata mais de uma virtude, mas é a síntese delas). Sendo assim, tendo por suporte o fato de ela ter sido a única que não ficou cega, consideramos tais excelências como aquelas valorizadas por Saramago para superar o estado de heteronomia, servidão, alienação, coisificação, menoridade que, atualmente, se encontram os indivíduos, sobremaneira os pertencentes à classe social dominada.

Sendo assim, notamos nos pensamentos e nas ações da mulher do médico que ela agiu movida por reciprocidade – principal característica da moral autônoma. Isso significa dizer que ela procurou manter o outro como preocupação em suas relações, além de considerar e coordenar os diferentes pontos de vista que eram manifestados. Em outros termos, a referida personagem se pautou por valores éticos e morais, os quais possibilitam a construção de uma moralidade autônoma.

Acrescentamos: se notarmos o fato de que Saramago era comunista, é provável que ele quisesse nos dizer que a cegueira branca é um sintoma de

sociedades em que a vida passou a ter valor secundário (para não dizer, desprovida de qualquer excelência moral ou ética, ou seja, deixou de ser concebida como um bem em si mesmo). Apesar disso, ele nos aponta a possibilidade de se reestabelecerem os vínculos sociais por meio do cultivo de certos valores, como nos demonstrou sua personagem “a mulher do médico”. Ele parece nos indicar que, apenas voltando a considerar devidamente o outro em nossas relações, por meio do cultivo das virtudes e do uso da razão crítica (sábia), podemos superar esse quadro atual. Precisamos apontar, porém, que não encontramos respostas efetivas em relação às virtudes implicarem reciprocidade ou desta serem consequências. Grosso modo, não sabemos quem vem primeiro, se são as virtudes ou se é a reciprocidade, em todo caso, elas estão estritamente relacionadas. Esse é objeto para outro estudo, pois entre os estudiosos do tema, há divergências a esse respeito.

Afinal, como escreveu e cantou o artista Criolo (2011),

Não existe amor em SP
Os bares estão cheios de almas tão vazias
A ganância vibra, a vaidade excita
Devolva minha vida e morra
Afogada em seu próprio mar de fel
Aqui ninguém vai pro céu.

Por outro lado, ainda julgamos potente a possibilidade de transformação do status quo. Para isso, é necessário que a ética não seja letra morta e, como tal, empregada apenas para condenar as condutas de outrem, e no seu lugar prevalecer o legalismo, a ditadura do politicamente correto e a primazia à democracia (dimensão do desejo) em detrimento da república (dimensão do viver em comunidade).

REFERÊNCIAS

ACESSAJUVENTUDE. História do Carandiru (s.d.). Disponível em: <https://acessajuventude.webnode.com.br/historia-do-carandiru/>. Acesso em: 22 de abril de 2017.

ADLER, A. (1933). **Le sens de la vie**, Paris: Payot, 1991.

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. (1947). **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. L. P. **Filosofando** – Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.

ARISTÓTELES (343 a.C.). **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ASTÚCIA. In: DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Melhoramentos, (s.d.) Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ast%C3%BAcia/>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

BARRETO, A. Mudança social em Portugal, 1960/2000. **Instituto de Ciências Sociais**, Universidade de Lisboa, 2002.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOTTOMORE, T. (Editor) (s.d.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRUCKNER, P. **L'euphorie perpétuelle**. Paris: Édition Grasset et Fasquelle, 2000.

CALLIGARIS, C. (1991). **Hello Brasil**: notas de um psicanalista viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 1996.

CALLIGARIS, C. (s.d) O hedonismo em "Roma" e entre nós. **Folha de São Paulo Ilustrada**, São Paulo, 12 abr 2007. Disponível em

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1204200726.htm>. Acesso em: 26 jun 2016.

CAMPBELL, R. & CRISTOPHER, J. Moral development theory: a critique of its kantian presuppositions. **Developmental Review**, v.16 (1), 1996.

CANDIDO, A. (1965). **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CIDADE DE DEUS. Direção: Fernando Meirelles e Kátia Lund. Produção: O2 Filmes, Globo Filmes e Videofilmes. Lumière Brasil, 2002.

COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995.

CORTELLA, M. S.; LA TAILLE, Y. de. **Nos labirintos da moral**. São Paulo: Papirus debates, 2005.

COSTA, J. F. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, J. (Coord.). **Percursos na história da psicanálise**. Rio de Janeiro: Taurus, 1985.

COSTA, J. F. **Psicanálise e moral**. São Paulo: Ed. Educ, 1989.

CRIOLO. Não existe amor em SP. In: GANJAMAN, D.; CABRAL, M. **Nó na orelha** (CD). São Paulo: Sterns Music, 2011.

DEBORD, G. (1992). **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOSTOIÉVSKI, F. (1866). **Crime e castigo**, São Paulo: Publifolha, 1998.

DRUMMOND, C. (1984). **Corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA. Direção: Fernando Meirelles. Produção: Niv Fichman, Andrea Barata Ribeiro, Sonoko Sakai: Fox Film do Brasil, 2008.

EPICURO. (s/d). **Carta sobre a felicidade** (a Meneceu). São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 29, p. 179-200, 2004.

FLANAGAN, O. (1991). Cognition morale: développement et structure profonde. In: _____. **Psychologie morale et éthique**. Paris: Puf, 1996. p. 213-237.

FREITAG, B. **A teoria crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRUTUOSO, S. Tristeza não é doença. **Revista Época**, edição 486, São Paulo: Globo, 2007.

GARRIDO, T.; VILHENA, B. O Erê. In: FILHO, A. L. (Liminha). **O Erê** (CD). Nova Iorque: Epic Records, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GILLIGAN, C. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1982.

GOLDING, W. (1954). **Senhor das moscas**. Rio de Janeiro: Alfaguara Brasil, 2014.

GRACIOLI, J. Espalhada por humanos, peste negra ainda tem casos registrados: pesquisa aponta que humanos espalharam a peste bubônica, epidemia mais mortal da história. **Jornal da USP**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/ratos-podem-ser-inocentes-transmissao-da-pesto-negra/>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

GRANDE Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HABERMAS, J. (1985). **Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.

HOBBS, T. (1651). **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril cultural, 1974.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORWITZ, A. V. Tristeza não é doença. **Época**, São Paulo, ed. 486, 8 set 2007 Entrevista concedida a Suzane Frutuoso. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78970-9556-486,00.html>. Acesso em: 23 jun 2017.

HUXLEY, A. (1932). **Admirável mundo novo**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2007.

JAPIASSU, H. & MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

KANT, I. (1781). **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, I. (1783). **O que é o esclarecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

KANT, I. (1785). **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KOHLBERG, L. (1981). Introducción. In: _____. **Psicología del desarrollo moral**. Bilbao: De. Desclée, 1992.

KUPFER, M. C. M. **Freud e a educação**. São Paulo: Scipione, 1988.

LASCH, C. (1979). **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago editorial, 1983.

LASCH, C. (1984). **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LA TAILLE, Y. de. Apêndice: três perguntas a vygotskianos, wallonianos e piagetianos. In: ____ (Org.). **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. p. 47-73.

LA TAILLE, Y. de. Prefácio à edição brasileira. In: PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. p. 7-20.

LA TAILLE, Y. de. **As virtudes morais segundo as crianças**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 1998. (mimeogr.).

LA TAILLE, Y. de. Para um estudo psicológico das virtudes morais. **Educação e Pesquisa**. v. 26, n. 2, p. 102-121, São Paulo jul./dez., 2000.

LA TAILLE, Y. de. **Vergonha, a ferida moral**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002a.

LA TAILLE, Y. de. Cognição, afeto e moralidade. In: OLIVEIRA, M. K. de, SOUZA, D. T. R., REGO, T. C. (Orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002b.

LA TAILLE, Y. de. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicologia**: reflexão e crítica. Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002c

LA TAILLE, Y. de. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade da criança. **Psicologia**: reflexão e crítica. Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2006.

LA TAILLE, Y. de. **Formação ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. (1967). **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEITE, D. (1965). **Psicologia e Literatura**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOCKE, J. (1690). *Ensaio acerca do entendimento humano*. In: _____. **Locke**. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Col. Os Pensadores)

MAIA, M. C. Conheça a vida e a obra do escritor José Saramago. **Revista Veja**, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/entretenimento/conheca-a-vida-e-a-obra-do-escriptor-jose-saramago/>. Acesso em: 21 jun 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. (1848). **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martins Claret, 2014.

MINÉ, E. Pretextos ou testemunhos? (em torno da crônica de José Saramago). **Boletim/CESP**, v. 14, n. 18, p. 99-105, jul./dez. 1994.

MOCHCOVITCH, L. G. (1988) **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1990.

NETO, J. C. de M. (1956). **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Alfaguara Brasil, 2007.

NIETZSCHE, F. (1878). **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Schwarcs, 2000.

O JARDINEIRO fiel. Direção: Fernando Meirelles. Produção: Simon Channing-Williams: Focus Feature, 2005.

PASCAL, B. (1670). **Pensamentos**. Rio de Janeiro: Globo, 1979.

PEDRO-SILVA, N. **Entre o público e o privado**: ensaio sobre o valor da lealdade à palavra empenhada na contemporaneidade. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

PERRON, R. **Les représentations de soi**. Toulouse: Privat, 1991.

PENAS, M. C.; FISTEOS, L. R.; RÍO, J. V. A revolução dos cravos. **Intres divulgativo**, Melide, 2007.

PIAGET, J. (1932) **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, J. (1936). **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

PIAGET, J. (1937). **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PIAGET, J. (1946). **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

PIAGET, J. (1954). **Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

PIAGET, J. (1964). **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

PIAGET, J. (1974). **Fazer e compreender**. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1978.

PIAGET, J. (s/d). **A epistemologia genética**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PLATÃO. (380 a. C.). **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

RAMOS, G. (1938). **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

REZENDE, J.M. À sombra do plátano: crônicas de história da medicina [online]. **As grandes epidemias da história**. São Paulo: Unifesp, p. 73-82, 2009.

RICHTER, N. G. **Os espaços infernais e labirínticos em “Ensaio sobre a cegueira”**. 165 f. Tese (Doutora em Letras). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

RODRIGUES, G.. Rio de Lágrimas. **Revista Isto é**, São Paulo: Três, ISTOÉ nº 1865, p. 40-41, 13 jul. 2005.

ROUANET, S. P. **Teoria crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ROUANET, S. P. **Razão nômade; Walter Benjamin e outros viajantes**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

ROUSSEAU, J. J. (1762). **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SARAMAGO, J. **Levantando do chão**. Lisboa: Caminho, 1980.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, J. **O evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

SARAMAGO, J. **Autobiografia de José Saramago**. (s/d). Disponível em: <https://www.josesaramago.org/autobiografia-de-jose-saramago/>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SÊNECA, L. A. (s.d.). **Sobre a brevidade da vida**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SENNETT, R. (1976). **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRA, J. B. Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo. **Portugal Moderno, 1910-1940**, coord. Paulo Henrique, Catálogo de Exposição Portugal-Frankfurt, 1997.

SIMMEL, G. (1902) A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOBRAL, J. M. *et al.* Perante a Pneumônica a epidemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal (1918-1919). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 377-402, 2009.

TAYLOR, C. (1989). **As fontes do Self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

TEIXEIRA, G. L. A violência é cega: reflexões em torno de Ensaio sobre a cegueira de José Saramago. **Revista Aurora** (PUC-SP). São Paulo, n. 7, 2010.

TEMPOS MODERNOS. Direção: Charles Chaplin. Produção: Charles Chaplin. Continental, 1936.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

VASCONCELLOS, J. L. de. **Etnografia Portuguesa**, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.